

VICTORIA

Uma empresa do Grupo Segurador SMABTP

Relatório e Contas 2023

VICTORIA – Seguros de Vida, S.A.

índice

Estrutura de Governo da Sociedade	03
Relatório do Conselho de Administração	05
Informação Financeira	
Demonstração da posição financeira	37
Demonstração de resultados	39
Demonstração do Rendimento Integral	40
Demonstração de Fluxos de Caixa	41
Demonstração das alterações nos capitais próprios	42
Notas às Demonstrações Financeiras	43
Relatórios de Fiscalização	
Certificação Legal de Contas	146
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	151
Anexos	
Participação nos Resultados - Ramo Vida	153
Rentabilidade dos produtos financeiros - Ramo Vida	156

Estrutura de Governo da Sociedade

Mesa da Assembleia Geral

Presidente

José António de Melo Pinto Ribeiro

Secretário

Marcos Manuel Guimarães de Sousa Guedes

Conselho Fiscal

Presidente

João de Lara Everard

Vogais

Célia Custódio

Eduardo Rêgo

Vogal Suplente

Patricia Caldinha

Conselho de Administração

Presidente

Jacques Chanut

Vogais

Francisco Campilho

Carlos Suárez

Hervé Leblanc

Pierre Esparbes

Philippe Desurmont

Revisor Oficial de Contas

Deloitte & Associados, SROC S.A. (SROC nº 43)

(representada por Paulo Alexandre Rosa

Pereira Antunes (ROC nº 1610))

Comissão Executiva do Conselho de Administração

Presidente

Francisco Campilho

Vogal

Carlos Suárez

Estrutura de Governo da Sociedade

Diretores de Departamento

Euclides Carvalho
Dep. Canal Agentes

João Ferreira da Fonseca
Dep. Canal Corretores

Frederico Pereira
Dep. Canal Pessoais

Júlio Gonçalves
Dep. Financeiro e Gestão de Riscos

João Borbinha
Dep. de Informática

Susana Pascoal
Dep. de Marketing

Carla Martins
Dep. de Novos Canais

Tiago Monteiro
Dep. de Operações

Alberto Bento
Dep. de Recursos Humanos, Organização e Logística

Ana Aragão
Dep. Técnico Pessoais

Miguel Roque
Dep. Técnico Reais



1. Relatório do Conselho de Administração

Nos termos do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos, submetemos à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão, as

Demonstrações Financeiras e Notas às Demonstrações Financeiras do exercício de 2023.

SITUAÇÃO ECONÓMICA

O ano de 2023 continuou a ser marcado por um aumento dos riscos geopolíticos, em particular pelo impasse da guerra na Ucrânia e uma nova guerra no Médio Oriente, mas também pela deterioração da situação política em muitos países. Apesar destes crescentes riscos geopolíticos e do aumento dos riscos financeiros com o forte aperto monetário nos países ocidentais, o crescimento global acabou por registar apenas um ligeiro abrandamento em 2023, embora com alguma disparidade regional. As economias beneficiaram, por um lado, da atenuação do choque energético o que contribuiu para uma descida das taxas de inflação, e, por outro lado, de políticas orçamentais relativamente expansionistas. Embora os bancos centrais tenham continuado uma política monetária restritiva em 2023, começaram, no entanto, a sugerir no Outono que o fim do ciclo de subida das taxas estaria próximo, o que favoreceu um rali nos mercados financeiros no final do ano.

O crescimento mundial abrandou ligeiramente em 2023 (para 3,1% em média anual, após 3,5% em 2022) embora, tal

como referido tenham existido diferenças regionais.

A aceleração da economia dos EUA foi provavelmente uma das maiores surpresas económicas do ano, com um crescimento do PIB de 2,5% ao ano (2022: 1,9%), graças, em parte, a uma política orçamental expansionista. O consumo privado foi impulsionado pelo dinamismo do mercado de trabalho e utilização pelas famílias de parte das poupanças acumuladas durante a pandemia. As empresas americanas continuaram a beneficiar de preços de energia mais baixos e de subsídios governamentais para apoiar a reindustrialização "verde". O dinamismo económico americano contrastou com a alguma estagnação na economia europeia. Apesar, do impacto positivo da atenuação da crise energética, graças à queda do preço do gás e ausência de perturbações nos stocks, sofreu, no entanto, uma perda de competitividade devido ao efeito negativo da subida das taxas de juro, principalmente nos setores da construção e imobiliário. No geral, o PIB deverá ter crescido 0,5% em 2023 (2022: 3,4%). Este número esconde dinâmicas muito diferentes: a economia

alemã, muito industrial, contraiu-se cerca de 0,3% (2022: 1,8%), enquanto as economias mais orientadas para os serviços viram o seu PIB crescer, em particular a França (cerca de 0,8% face a 2,5% no ano anterior) e Portugal por exemplo. Portugal superou de facto o crescimento médio da Zona Euro, apresentando um aumento de 2,1% no PIB (2022: 6,8%). Este crescimento assentou na resiliência da procura interna e na manutenção de algum dinamismo do setor exportador. A taxa de desemprego recuou de 6,7% para 6,4% e o saldo das contas públicas deverá apresentar um superavit de 1,1% do PIB face a um défice de 0,3% em 2022.

Por seu lado, a China beneficiou da reabertura da sua economia no início de 2023, permitindo que o crescimento recuperasse para uma média anual de 5,2% (após 3% em 2022). No entanto, o crescimento permaneceu enfraquecido pelo efeito deflacionista da bolha imobiliária, e que levou as autoridades a flexibilizar a política orçamental e monetária. Destaca-se também o efeito positivo do desenvolvimento da produção ou, em particular de automóveis elétricos, que reforçou o setor exportador.

O preço das matérias-primas (alimentares, industriais e energéticas) registou uma descida quase universal em 2023. Após a crise energética de 22, os preços do petróleo, mas especialmente os do gás caíram significativamente durante o ano,

graças à combinação de vários fatores: procura limitada por um menor crescimento económico, um inverno ameno na Europa e melhoria da oferta). O preço do petróleo (Brent) perdeu 5% em 2023, voltando a cair abaixo dos 80 dólares por barril. Esta descida dos preços das matérias-primas contribuiu significativamente para a descida acentuada da inflação em 2023. Na área do euro, desceu de uma média homóloga de 8,4% em 2022 para 5,5% em 2023. Nos Estados Unidos, a tendência é a mesma, com a inflação a descer de 8% para 4,1% em 2023. Portugal também apresentou um perfil inflacionista semelhante, tendo este indicador atingindo 5,3% em média em 2023 (após 8,1% em 2022).

A pandemia de Covid-19 em 2020 e 21 e a crise energética de 2022, levaram os governos a medidas excecionais de apoio à economia, com natural impacto negativo nas contas públicas. Para 2023 era de esperar algum regresso a um maior controlo orçamental, o que efetivamente não aconteceu. Em diferentes graus, os governos mantiveram os défices públicos em níveis elevados, destacando-se o caso dos Estados Unidos que apresentaram uma deterioração do défice orçamental federal para 6,3% do PIB em 2023. Os principais países da zona euro reduziram ligeiramente o seu défice público durante o ano. Simultaneamente, os bancos centrais mantiveram o controlo monetário que

iniciaram em meados de 2022. A Reserva Federal nos EUA aumentou a sua taxa de juro de referência em 100 p.b., para 5,50% em julho, e depois manteve-a inalterada.

Um pouco atrás, o Banco Central Europeu, aumentou a taxa diretora em 200 p.b., atingido os 4% em setembro.

MERCADOS FINANCEIROS

Apesar dos riscos geopolíticos e da continuação das políticas monetárias restritivas, os ativos financeiros obtiveram um bom desempenho em 2023. As principais classes de ativos financeiros, nomeadamente mercado monetário, obrigações soberanas e de empresas europeias e mercados acionistas europeus e norte-americanos registaram retornos positivos no ano. Os mercados viveram um episódio de stress em março de 2023, na sequência da falência de alguns bancos regionais dos EUA (SVB, First Republic...) seguida da aquisição do Credit Suisse pelo UBS. A resposta rápida das autoridades monetárias dos EUA – fornecendo liquidez aos bancos e garantindo implicitamente os depósitos dos bancos mais pequenos – ajudou a conter os receios dos investidores quanto à solidez do sistema financeiro. Também, a divulgação de más notícias sobre a situação financeira dos promotores imobiliários chineses teve um efeito reduzido nos mercados. Após estes episódios de stress, os mercados passaram a acreditar num cenário "cor de rosa" caracterizado por um abrandamento suave do crescimento e o regresso da inflação para os 2%, o que permitiria aos bancos centrais começar o processo de

redução das taxas de juro. Efetivamente no último trimestre a Reserva Federal deu como certo que as taxas de juro teriam atingido o seu máximo neste ciclo, o que contribuiu para uma valorização dos mercados no final do ano.

Depois da queda em 2022, os índices de ações tiveram um desempenho excepcional em 2023, tendo beneficiado de um certo entusiasmo pelas ações tecnológicas relacionadas com o tema emergente da Inteligência Artificial e, no final do ano, das expectativas de cortes de taxas por parte dos bancos centrais. O índice global de ações MSCI World teve uma performance de 21,8% em dólares. O S&P500 superou os seus homólogos europeus com um ganho de 24,2% em 2023, com o Eurostoxx50 e o PSI a subirem 19,2% e 11,7%, respetivamente. O MSCI Emerging Markets subiu mais moderadamente 7,1% ao longo do ano, arrastado por algumas ações asiáticas (China em particular).

Após a sua forte subida em 2022, as taxas de juro europeias a 10 anos caíram em 2023 (-54 pontos base na taxa alemã e -95 pontos base na taxa portuguesa), enquanto a taxa

de juro a 10 anos nos EUA quase estabilizou. No entanto, estas variações ocultam movimentos significativos ao longo do ano, com uma tendência ascendente das taxas de juro de longo prazo até ao setembro, antes de uma descida significativa no final do ano. As taxas de juro a 10 anos atingiram um pico em meados de outubro, com 2,97% para a taxa alemã a 10 anos e 4,98% para a taxa de rendibilidade a 10 anos dos EUA.

A mudança de tom do Reserva Federal e o aumento das expectativas dos investidores em relação ao futuro das taxas de juro levaram a um rali dos títulos no final do ano. As yields alemã, portuguesa e norte-americana a 10 anos terminaram o ano em 2,02%, 2,63% e 3,88%, respetivamente. As

taxas de rendibilidade das obrigações de empresas seguiram a mesma tendência, subindo no primeiro semestre do ano, antes de descerem significativamente no final do ano. O índice Bloomberg de Obrigações Soberana Euro subiu 7,1%, enquanto o índice iBoxx de Obrigações de Empresas Euro subiu 8,2%.

O preço do ouro fechou o ano em 2.072 USD, uma valorização de 13,4% em relação ao ano de 2023. Depois de valorizar em 2022, o dólar perdeu valor no ano em relação à maioria das principais moedas, como resultado da retórica mais branda da Reserva Federal. O euro ganhou 3,3 e encerrou a cotar nos 1,1064 dólares/euro.

MERCADO SEGURADOR

De acordo com os dados divulgados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), em 2023 o mercado de seguros registou um volume global de prémios de 11,8 mil milhões de euros mantendo a tendência decrescente dos últimos dois anos. Este valor representa uma diminuição face ao ano de 2022 de -2,0%, no entanto observando-se uma queda menor do que a verificada no ano passado (-9,7%). O Ramo Vida voltou a registar uma redução da sua quota para 43,7%, que se situava em quase 63% em 2018, o que denota, por outro lado, o comportamento

consistentemente positivo dos Ramos Não Vida nestes últimos anos.

Com um volume de prémios de 5,2 mil milhões de euros, o Ramo Vida apresentou uma redução de 14,3% relativamente a 2022 e de 33,2% face aos valores registados no ano de 2021. É interessante analisar a composição deste ramo de atividade. Os seguros não ligados com 3,7 mil milhões de euros registaram um crescimento de 28,5% face a 2022, passando a representar 72% (39% em 2021). Tem sido o comportamento dos seguros ligados, que registaram uma quebra de 53,9%, a determinar a evolução do Ramo Vida. Num período de alteração da

conjuntura de taxas de juro, como aquele que se viveu no ano 2023, foram inúmeros os produtos que concorreram na captação de poupanças, destacando-se desde logo os Certificados de Aforro do Estado.

Os Ramos Não Vida atingiram um volume global de prémios de 6,7 mil milhões de euros o que representa uma taxa de crescimento face a 2022 de 10,2%. Como referido anteriormente, o crescimento destes ramos tem sido consistente e positivo ao longo dos últimos anos: 18,3% face a 2021 e 23,9% relativamente aos prémios Não Vida registados em 2020. Os únicos Ramos com comportamento negativo neste ano foram o de Mercadorias Transportadas (-26,7%), Aéreo (-19,9%) e Marítimo e Transportes (-0,7%). Os Ramos com maior crescimento foram: Saúde (16,7%), Acidentes de Trabalho (11,0%) e Incêndio e Outros Danos (10,1%). O Ramo Automóvel registou um crescimento de 5,8%, mantendo a sua posição de liderança e representado 31,5% do total dos Ramos Não Vida. Por outro lado, a Saúde reforça a sua posição de segundo maior Ramo Não Vida ultrapassando os 1,3 milhões de euros de prémios enquanto o Ramo de Incêndios e Outros Danos consolida a sua terceira posição nos Ramos Não Vida, e os Acidentes de Trabalho, apesar de terem registado um dos maiores crescimentos anuais, mantêm a quarta posição do ranking.

Confirmam-se algumas das tendências de curto prazo, e por isso mais conjunturais, e

outras de mais médio prazo, que se vêm desenhando ao longo dos últimos anos, como o crescimento do Ramo Saúde, e que de certa forma estão a moldar o futuro da atividade seguradora.

Relativamente ao enquadramento legal e regulamentar da atividade seguradora, o ano de 2023 ficou marcado pela publicação e entrada em vigor dos diplomas seguintes:

- Norma Internacional de Relato Financeiro IFRS17 – entra em vigor em 01 de janeiro de 2023
- Circular n.º 1/2023, de 24 de janeiro - impacto da inflação na avaliação prudencial das Empresas de Seguros – em vigor a partir de 30 de janeiro de 2023;
- Circular n.º 3/2023, de 29 de março – recomendações sobre informação a prestar pelos seguradores nas alterações dos prémios de seguro (posteriormente alterada pela Circular n.º 1/2024, de 4 de janeiro) – em vigor a partir de 31 de março de 2023 e período transitório até 31 de dezembro de 2024;
- Circular n.º 5/2023, de 18 de abril – recolha de informação sobre riscos físicos abrangidos pelos ramos de "incêndio e elementos da natureza" e "outros danos em coisas";
- Lei n.º 22/2023, de 25 de maio – regula as condições em que a morte medicamente assistida não é punível e altera o Código Penal – entra em vigor 30 dias após a publicação da respetiva

regulamentação (a aprovar no prazo de 90 dias);

- Lei n.º 32/2023, de 10 de julho – elimina a obrigação de afixação do dístico do seguro automóvel – em vigor a partir de 11 de julho de 2023;
- Norma Regulamentar n.º 8/2023-R, de 10 de novembro – altera a regulamentação do registo central de contratos de seguro de vida, contratos de seguro de acidentes pessoais e operações de capitalização com beneficiários em caso de morte – em vigor a partir de 11 de novembro de 2023;
- Norma Regulamentar n.º 9/2023-R, de 21 de novembro – estabelece os procedimentos de registo prévio junto da ASF para o exercício de funções reguladas – aplicável aos requerimentos apresentados à ASF a partir de 22 de novembro de 2023;
- Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro – orçamento do Estado para 2024. Destacam-se, em particular, as alterações efetuadas em matéria de “direito ao esquecimento” (artigo 15.º-A do Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de abril e artigo 7.º da Lei n.º 75/2021, de 18 de novembro).

O exercício de 2023 fica marcado pelos desafios da implementação da Norma Internacional de Relato Financeiro IFRS17 e a adaptação do Plano de Contas para as Empresas de Seguros, reconhecidamente

assumido como um processo de elevada complexidade para todos os intervenientes. A questão dos Protection Gaps da economia portuguesa, nomeadamente em termos de risco sísmico, e a falta de proteção de seguros para catástrofes naturais foram temas que ganharam neste ano uma nova visibilidade. Em 2021, a Estratégia Nacional para a Proteção Civil Preventiva 2030 tinha estabelecido como um dos objetivos estratégicos a criação de um Sistema de Proteção de Riscos Catastróficos baseado em soluções de seguros para a cobertura destes riscos. Mas foi em junho deste ano, que uma Resolução da Assembleia da República, recomendou ao Governo a criação de um Fundo de Garantia para os Riscos Climáticos e Sísmicos, constituindo a cobertura do risco sísmico o primeiro pilar de um sistema que poderá vir a abranger outras catástrofes naturais. Finalmente, já em outubro, foi publicado o Despacho 10256/2023 que veio solicitar o apoio técnico da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) para a criação de um sistema de cobertura do risco de fenómenos sísmicos. A data de entrega do Relatório Final ficou marcada para o final de março de 2024. Estando concluída a recolha de informação junto das diversas entidades, encontramos-nos assim cada vez mais perto da concretização deste primeiro passo para a construção de um sistema de proteção adequado à realidade nacional.

ATIVIDADE DA EMPRESA

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. explora em Portugal, e desde 2016 em Espanha em regime de livre prestação de serviços, todas as modalidades de seguro de vida, nomeadamente os produtos tradicionais, produtos financeiros, planos de poupança reforma, rendas e todas as formas de planos de previdência. Assume ainda, no âmbito da legislação aplicável, a gestão de fundos de pensões. O resseguro aceite não é explorado pela VICTORIA.

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. no decurso do ano de 2023 manteve-se fiel à estratégia de comercialização e perfil de carteira dos últimos anos.

No tocante à distribuição do negócio – e porque o mercado mais tradicional da intermediação seguradora prossegue com a sua particular metamorfose - a VICTORIA adaptou o seu modelo de acompanhamento no terreno dos canais de agentes e corretores, multiplicando a presença junto dos profissionais mais proativos e reequacionando a sua proposta de valor para o resto. No âmbito dos novos canais, o ano de 2023 significou, a partir do terceiro trimestre, o fim da parceria de cinco anos com o EuroBic. Pela sua vez, o canal exclusivo de pessoais manteve o foco no desenvolvimento de consultores especialistas na mitigação dos riscos derivados da perda de rendimentos. Ainda em relação ao negócio, foi possível finalizar

a primeira fase do projeto de automatização e sistematização da ação comercial, avançar nos projetos de simuladores-emissores e ampliar o número de ligações web com os distribuidores.

Durante o ano de 2023, um dos maiores focos da Empresa manteve-se na garantia de adaptação ao novo âmbito contabilístico, determinado pelas normas IFRS 17 e 9. Por outro lado, dedicou-se uma particular atenção à implementação do novo modelo de organização de trabalho híbrido, adaptando-o ao projeto “Casa Nova!”: a nova localização dos serviços centrais, provisoriamente instalados em 2023 no Edifício VICTORIA, e que irão ocupar, após as obras de renovação, um outro edifício do Grupo na zona do Marquês de Pombal, o Camilo Castelo Branco-CCB 46.

Transversalmente, a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. continuou a sua aposta na formação como eixo de desenvolvimento estratégico, destinando-a tanto ao universo interno de colaboradores como aos distribuidores, e quer em matérias obrigatórias, como a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo ou a gestão de dados pessoais, quer em matérias técnicas ou comerciais. Igualmente, prosseguiu com o investimento na melhoria contínua dos processos de subscrição e sinistros, o tratamento de dados, a robotização das

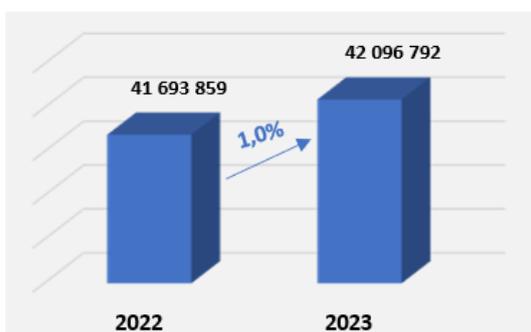
operações de apoio ao negócio, a segurança das estruturas e sistemas de informação e o desenvolvimento de soluções inerentes às exigências legais e regulamentares.

Numa vertente institucional, foram renovados os mandatos dos órgãos sociais, até 2025, ao tempo que se modificou o modelo de governo da sociedade, em conformidade com a Norma nº4/2022 da ASF. Avançou-se, também, com uma nova abordagem para a definição do plano estratégico, no propósito de afinar o seu alinhamento com o plano operacional e

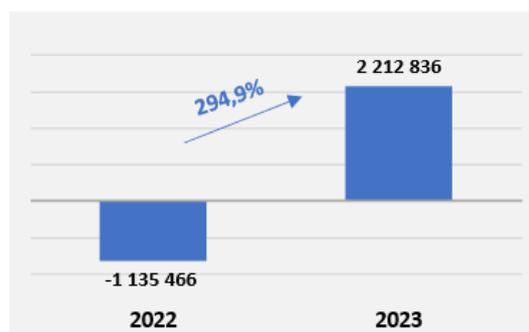
sistematizar as iniciativas encetadas para responder aos desafios de contexto como a digitalização, os pilares ESG, a gestão do talento ou o incremento da pressão regulatória. Ainda no âmbito institucional, a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. garantiu a manutenção das iniciativas nos seus ecossistemas de especialidade, reforçando a colaboração com a Associação Portuguesa de Promotores e Investidores Imobiliários, a Nova Medical School, distintas publicações da fileira C&I, Câmaras de Comércio e Embaixadas.

INDICADORES-CHAVE DE DESEMPENHO

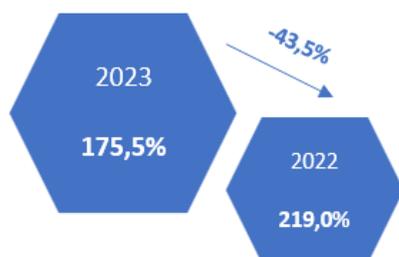
PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS



RESULTADO LIQUÍDO DO EXERCÍCIO

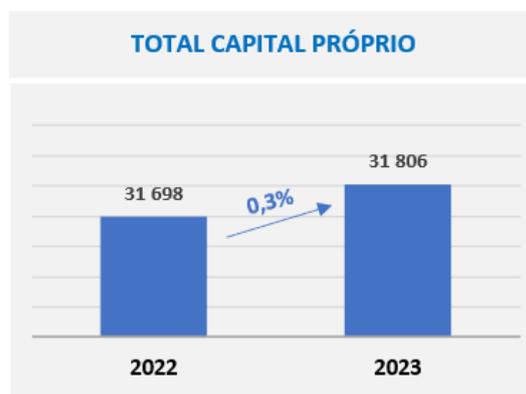


RÁCIO DE SOLVÊNCIA II



FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS (SCR)





PRÉMIOS

O volume global de prémios brutos emitidos de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento (PBE), registou um crescimento de 1,0% face ao ano anterior, atingindo EUR 42.096.792 (2022: EUR 41.693.859). Em 2023 a VICTORIA –

Seguros de Vida, S.A. consolidou a sua presença no mercado, alcançando 0,8% de quota de mercado.

Analisando mais detalhadamente:

Prémios e entregas	2023	%	2022	%	Var. 23/22
VIDA	42 096 792	100,0%	41 693 859	100,0%	1,0%
Contratos de seguro	31 221 838	74,2%	30 800 963	73,9%	1,4%
Contratos de investimento	10 874 954	25,8%	10 892 896	26,1%	-0,2%

Registou-se um aumento de 1,4% na receita proveniente de contratos de seguro (2023: EUR 31.221.838 vs. 2022: EUR 30.800.963) e uma diminuição de 0,2% em contratos de investimento (2023: EUR 10.874.954 vs. 2022: EUR 10.892.896). No que diz respeito à composição da carteira, comparativamente com o ano anterior, a estrutura mantém-se sendo os produtos financeiros os mais representativos com 50% (2022: 48%), seguidos dos seguros de Vida Risco, em que o peso aumenta ligeiramente de 35% em 2022 para 36% em

2023. Os seguros mistos e rendas representam 11% e 4% em 2023 (2022: Seguros Mistos: 12% e Rendas: 5%). Mantendo a tendência de 2022, a receita de prémios com origem em contratos de seguro de empresas apresentou um aumento de 10,8%, totalizando um volume total de prémios de EUR 18.135.401 (2022: EUR 16.362.664), dos quais EUR 47.331 correspondem a contratos em regime de Livre Prestação de Serviços (2022: EUR 49.915). A receita obtida através de contratos de seguro celebrados com

particulares decresceu 9,5%, situando-se em EUR 13.089.021 (2022: EUR 14.462.246).

CUSTOS POR NATUREZA A IMPUTAR

Em 2023 verificou-se uma diminuição no valor total dos Custos por Natureza a imputar de 0,8% (2023: EUR 12.723.684 vs. 2022: EUR 12.829.447), impulsionada por

um conjunto de fatores, tais como a descida da taxa de inflação, política de teletrabalho e a continuação do esforço de contenção.

Custos por natureza a imputar	2023	2022	Var. 23/22
Total	12 723 684	12 829 447	-0,8%
Custos com pessoal	4 483 097	5 019 738	-10,7%
Fornecimentos e Serviços Externos	3 566 988	3 146 645	13,4%
Impostos e Taxas	64 946	63 496	2,3%
Amortizações	1 380 105	1 448 315	-4,7%
Juros e Comissões	392 614	425 331	-7,7%
Remunerações de mediação	2 835 934	2 725 922	4,0%

Assim, os Custos com Pessoal apresentaram uma diminuição de 10,7% para um total de EUR 4.483.097 (2022: EUR 5.019.738), após a subida de 12,9% registada em 2022. Já no que se refere aos Fornecimentos e Serviços Externos, o montante assumido no ano ascendeu a EUR 3.566.988, o que representa uma variação de 13,4% (2022: EUR 3.146.645). A rubrica de amortizações do exercício registou um decréscimo de 4,7% face ao ano anterior, enquanto que a

rubrica de Juros e Comissões apresentou uma redução de 7,7%. Adicionalmente, verificou-se um aumento de 4,0% nas remunerações de mediação.

De acordo com a informação apresentada, os Custos por Natureza a imputar representam um peso nos prémios estatutários de 30,2%, menos 0,5 pontos percentuais face ao rácio de 2022.

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

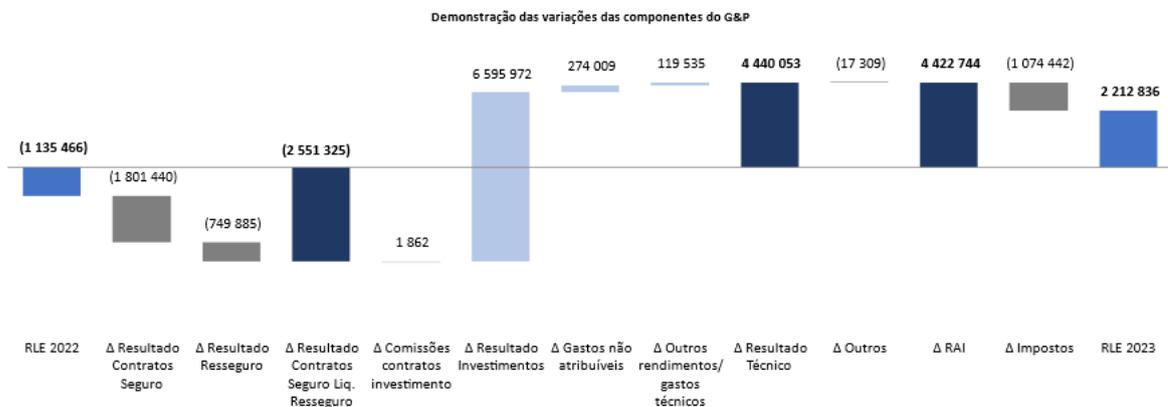
O resultado líquido do exercício em 2023 foi de EUR 2.212.836, representando uma melhoria significativa comparativamente a

2022, com um RLE de EUR -1.135.466 (2022 em IFRS 4: EUR 842.941).

Com maior detalhe, podemos observar que o resultado dos contratos de seguro líquido

de resseguro teve um impacto negativo na variação do RLE (Δ EUR 2.551.325), todavia compensado pela variação do resultado de investimentos bastante positiva no valor de

EUR 6.595.972, contribuindo para um resultado técnico de EUR 4.440.053.



CAPITAIS PRÓPRIOS

Com a entrada em vigor das normas contabilísticas IFRS17 e 9, o impacto nos capitais próprios de dezembro de 2021 foi de EUR - 3.483.106. Esta variação resulta em grande parte da diminuição do montante das provisões técnicas líquidas de resseguro, no valor de EUR 4.128.521,

relacionada com a alteração dos modelos de mensuração das responsabilidades técnicas. Os impostos diferidos contribuíram positivamente em EUR 1.011.224.

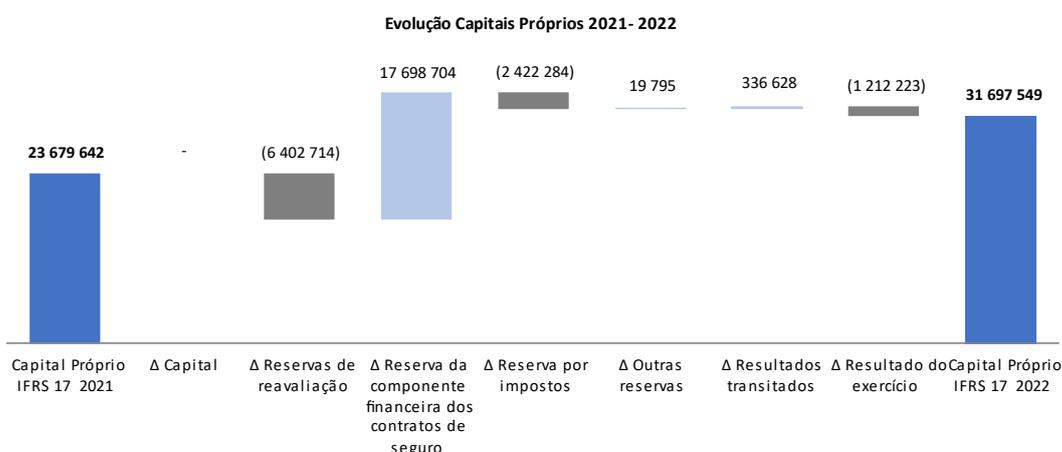


O capital próprio em 2022, já numa base de IFRS 17, foi de EUR 31.697.549, representando uma variação positiva no

valor de EUR 8.017.907 (2022 em IFRS 4: EUR 23.511.096). De salientar o impacto positivo nas reservas da componente

financeira dos contratos de seguro (Δ EUR 17.698.704), reduzido pelo efeito oposto verificado nas reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas (Δ EUR 6.402.714).

As restantes variáveis que contribuíram negativamente para a variação dos capitais próprios foram as reservas por impostos (Δ EUR 2.422.284) e o resultado do exercício (Δ EUR 1.212.223). Positivamente temos os resultados transitados com uma variação de EUR 336.628.



Em 2023, o capital próprio foi de EUR 31.697.549, representando uma variação positiva no valor de EUR 108.393. Contrariamente ao panorama anterior, verificou-se uma melhoria das reservas de reavaliação (Δ EUR 2.984.250), justificadas pelos ganhos por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida, e uma redução nas reservas da componente

financeira dos contratos de seguro (Δ EUR 5.629.578).

No mesmo sentido, as variáveis que contribuíram positivamente para a variação dos capitais próprios foram as reservas por impostos e outras (Δ EUR 625.179) e o resultado do exercício (Δ EUR 3.348.302). Negativamente temos os resultados transitados com uma variação de EUR 1.219.760.



BALANÇO

Em 2023, o ativo apresentou uma variação bastante positiva face ao exercício de 2022 de EUR 2.580.236, justificada essencialmente pelos terrenos e edifícios de rendimento (Δ EUR 2.523.387) e outros ativos intangíveis (excluindo as rubricas de inventários e dos ativos sob direito de uso: Δ EUR 1.272.522).

No entanto, também existiram rubricas que tiveram o efeito contrário no valor total do ativo, tais como a diminuição das contas a receber por operações de resseguro e outras operações (Δ EUR 760.051) e a redução dos ativos por impostos e taxas (Δ EUR 920.779).

ATIVO	Exercício 2023	Exercício 2022	Δ
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3 235 630	2 680 574	555 056
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	591	591	-
Ativos financeiros ⁽¹⁾	169 473 682	168 665 617	808 065
Terrenos e edifícios e outros ativos tangíveis	41 034 637	38 847 468	2 187 169
Outros ativos intangíveis ⁽²⁾	5 458 085	4 202 692	1 255 393
Ativos de contratos de seguro líquido de resseguro	746 105	1 080 938	(334 833)
Outros devedores por operações de seguro e outras operações	2 419 327	3 265 420	(846 093)
Ativos por impostos e taxas	2 641 112	3 561 891	(920 779)
Outros ⁽³⁾	1 122 128	1 245 870	(123 742)
TOTAL ATIVO	226 131 297	223 551 061	2 580 236

(1) Inclui ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas, ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas e ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

(2) Inclui Inventários, Ativos sob direito de uso e Outros ativos intangíveis.

(3) Inclui Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo e Acréscimos e diferimentos.

Relativamente ao passivo, assistiu-se também a uma variação positiva no seu valor total de EUR 2.471.843 face a 2022, assim como na generalidade das rubricas que o compõem. Destas rubricas, podemos destacar com maior contribuição positiva os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos

como contratos de investimento (Δ EUR 1.308.795), as contas a pagar por operações de seguro direito, de resseguro e outras operações (Δ EUR 736.295) e ainda os passivos de contratos de seguro dos ramos Vida (Δ EUR 493.399) mais especificamente os mensurados pela abordagem da alocação de prémio.

PASSIVO	Exercício 2023	Exercício 2022	Δ
Passivos de contratos de seguro dos ramos Vida	134 308 385	133 814 986	493 399
Passivos financeiros ⁽¹⁾	38 225 131	36 916 336	1 308 795
Outros passivos financeiros ⁽²⁾	5 051 040	5 076 110	(25 070)
Passivos por benefícios pós-emprego e outros de longo prazo	124 219	116 587	7 632
Outros credores por operações de seguros e outras operações	8 500 209	7 763 914	736 295
Passivos por impostos e taxas	5 563 663	5 624 759	(61 096)
Acréscimos e diferimentos	2 426 935	2 398 838	28 097
Outras provisões	125 773	141 982	(16 209)
TOTAL PASSIVO	194 325 355	191 853 512	2 471 843

(1) Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento

(2) Passivos subordinados e Passivos de locações

CAPITAL PRÓPRIO	Exercício 2023	Exercício 2022	Δ
Capital	8 500 000	8 500 000	-
Reservas de reavaliação	458 089	(2 526 161)	2 984 250
Reserva da componente financeira dos contratos de seguro	12 012 775	17 642 353	(5 629 578)
Reserva por impostos	(2 807 747)	(3 402 001)	594 254
Outras reservas	10 841 181	10 810 256	30 925
Resultados transitados	588 808	1 808 568	(1 219 760)
Resultado do exercício	2 212 836	(1 135 466)	3 348 302
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	31 805 942	31 697 549	108 393

RÁCIOS

Com a informação apresentada anteriormente, torna-se relevante apurar

alguns rácios que demonstrem a estrutura de capital e rentabilidade da empresa.

Rácios	2022 (IFRS 4)	2022	2023
ROE: Resultado Líquido/Capital Próprio	3,6%	-3,6%	7,0%
ROA: Resultado Líquido/Ativo	0,4%	-0,5%	1,0%
Capital Próprio/Ativo	10,6%	14,2%	14,1%

Relativamente aos rácios ROE e ROA, verifica-se que ambos tiveram uma variação positiva em 2023 comparativamente ao ano anterior (10,6 p.p e 1,5 p.p, respetivamente). Esta variação justifica-se em grande parte pelo resultado líquido de 2022 obtido de acordo com as novas

normas contabilísticas (EUR -1.135.466) e que foi superado em 2023 com uma variação de EUR 3.348.302.

O último rácio (*equity ratio*) não demonstrou existirem grandes alterações no que toca à estrutura de capital da empresa.

RECURSOS HUMANOS

No final de 2023 a VICTORIA tinha um total de 297 empregados (78 Vida e 219 Seguros) (2022: 295). A média etária era de 47,34 (2022: 46,67) anos, a antiguidade média no Grupo era de 15,71 (2022: 15,30) anos e a percentagem de colaboradores do sexo feminino era de 59,26 % (2022: 58,64%).

Alinhado com este último indicador está também uma percentagem crescente de Colaboradores do sexo feminino em lugares de chefia; representam 45,1% no total das hierarquias (2022: 44,1%).

Em termos de estrutura de graus de habilitações literárias, em 2023, 60,82% (2022: 58,98%) dos colaboradores possuíam qualificações ao nível do ensino superior universitário, com o detalhe de que 7,56% (2022: 6,10%) dos colaboradores possuem qualificações ao nível de Mestrado. De

referir que alguma desta evolução tem sido promovida pela própria empresa no âmbito de iniciativas de desenvolvimento de potencial individual.

Dando seguimento às normas constantes no Acordo Coletivo de Trabalho celebrado entre a VICTORIA e os sindicatos STAS, SISEP e SINAPSA publicado em 08/03/2023, e de acordo com o Contrato Constitutivo do seu Fundo de Pensões, nomeadamente quanto ao seu Plano de Pensões de Contribuição Definida, a VICTORIA efetuou em 2023 contribuições no total de EUR 171.686,94 (2022: EUR 172.427,84) para o mesmo Plano de Contribuição Definida, para afetação aos planos individuais dos seus Colaboradores.

O anterior Plano de Pensões de Benefício Definido, mantém-se em vigor para garantir

o pagamento das pensões dos beneficiários que já se encontravam a receber uma pensão através do Fundo de Pensões VICTORIA e as atualizações de pensões dos

Colaboradores já reformados ao abrigo deste Plano de Benefício Definido, agora alterado.

FORMAÇÃO

Perante um mercado cada vez mais exigente, em constante evolução e mudança, principalmente devido à era digital, o conhecimento e as competências adquiridos ao longo dos processos formativos são cada vez mais valorizados.

Nas organizações, os colaboradores estão cada vez mais habilitados a experimentar contextos profissionais mais exigentes onde a inovação, a criatividade, a competitividade e a necessidade de mudança são uma constante.

Neste sentido, a formação profissional deverá ser sempre encarada como uma oportunidade de evolução, que acaba por levar à execução de um trabalho de

excelência, contribuindo assim, não só para a valorização pessoal do colaborador, como também para o desenvolvimento e a diferenciação da organização como um todo, tão necessários na realidade atual.

É neste contexto que a VICTORIA se posiciona, através do seu Campus de Formação, desenvolvendo um conjunto de valências em contexto formativo, com vista a promover um crescente saber dos seus Colaboradores e assim contribuir para um melhor desempenho individual e coletivo.

Destacam-se como principais indicadores de formação:

2022 Indicadores Globais de Formação	TOTAL
Ações de formação realizadas	47
Horas de formação realizadas	4.294
Nº de participações de colaboradores em formação	806

CAMPUS VICTORIA	Distribuição	Nº Participações
Academias de Formação	(horas de formação)	
Academia de Conteúdos Técnicos	98%	790
Academia de Comportamentos	2%	16

Das 47 ações de formação desenvolvidas ao longo de 2023, 35 foram ministradas por entidades formadoras externas e 12 internamente, asseguradas pela equipa de formadores da VICTORIA. Estas últimas dizem respeito a conteúdos técnicos, maioritariamente orientadas ao desenvolvimento de competências técnicas e de gestão e à continuidade dos programas formativos de desenvolvimento pessoal e línguas estrangeiras.

ACADEMIA VICTORIA | MEDIAÇÃO

O ano de 2023 representa uma nova etapa no reconhecimento da Academia de Mediação VICTORIA enquanto oferta de valor para a nossa rede de distribuição. Verificou-se um aumento global de 23% relativamente ao número de participantes nas ações de formação desenvolvidas em 2022, refletindo o crescente interesse e valorização da oferta formativa que a VICTORIA disponibiliza para os seus agentes e corretores, contribuindo assim para uma maior fidelização da relação de parceira.

Por outro lado, a VICTORIA enquanto entidade qualificada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) para realizar ações de formação certificadas, disponibiliza uma oferta formativa que concorre para a manutenção do cumprimento das 15 horas de formação certificada anuais mínimas exigidas para o desempenho da atividade de mediação, no

oi dada continuidade ao Programa de formação transversal ao nível das matérias regulatórias, nomeadamente no âmbito da Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, da Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas e sobre o Regime Geral de Proteção de Dados (RGPD), com o objetivo de consciencializar para a importância destas matérias na regulação do negócio.

âmbito da Formação Profissional de Aperfeiçoamento Contínuo.

Com o foco no desenvolvimento de competências técnicas e comerciais que promovam uma venda de qualidade e o acompanhamento adequado ao cliente final, a Academia de Mediação VICTORIA, desenvolveu um plano de formação anual, disponibilizando um conjunto de ações de formação nos seus diversos eixos de atuação junto da atividade de mediação. Foram assim desenvolvidas 91 ações de formação técnica de produtos de seguros, comercial e matérias regulatórias a 1163 formandos, num total de 542 horas de formação ministradas.

Foi privilegiado o formato live training, contando com cerca de 80% das formações ministradas. Os restantes 20% das formações foram repartidos entre

formação presencial (8%) e formação em formato de e-learning (12%).

Os conteúdos pedagógicos foram desenvolvidos, tendo em linha de conta o diagnóstico de necessidades do cliente final, por forma a dotar os agentes das diversas valências que acrescentem valor ao processo de venda.

Para além dos ciclos anuais de formação na Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, foram

igualmente desenvolvidas ações de formação sobre o Regime Geral de Proteção de Dados, inseridas no eixo de formação das matérias regulatórias no âmbito da atividade de mediação.

Estas ações de formação foram desenvolvidas em formato de e-learning, de forma a promover uma fácil acessibilidade e flexibilidade por parte dos formandos através da plataforma de aprendizagem VICTORIA.

COMUNICAÇÃO INTERNA

Reconhecemos a importância da comunicação interna para o coeso e eficiente funcionamento da VICTORIA. Como tal, demos continuidade à crescente aposta no Portal do Colaborador, promovendo o seu desenvolvimento e inovação contínuos.

Como parte deste compromisso, lançámos novas áreas e funcionalidades que visam aprimorar a experiência do utilizador, facilitar o acesso a informações relevantes e recursos úteis para o dia a dia de trabalho e ter um fluxo de informações, ideias e iniciativas mais eficaz dentro da empresa.

Uma das principais novidades foi o lançamento das áreas colaborativas, que têm como objetivo a promoção de uma cultura de partilha e colaboração entre os Colaboradores de cada departamento,

enquanto comunidade. Esta nova funcionalidade proporciona um ambiente virtual dedicado à partilha de conhecimentos e ideias, troca de experiências e trabalho em equipa, mas também uma vertente mais lúdica e descontraída, fortalecendo assim a coesão, a colaboração e a proximidade.

Acreditamos que estas iniciativas representam um passo significativo na evolução da nossa comunicação interna e no alinhamento de objetivos em toda a organização. Ao investir no desenvolvimento do Portal do Colaborador reafirmamos o nosso compromisso em promover uma cultura ágil, transparente e assente no trabalho em equipa.

SUSTENTABILIDADE

O ano de 2023 foi especial porque deu corpo à criação e desenvolvimento de uma estratégia de sustentabilidade específica com um âmbito e uma ambição muito particulares.

Intitulada “VICTORIA Sustentável”, a Estratégia de Sustentabilidade da empresa define um conjunto de compromissos para 2030, os quais se encontram interligados com a estratégia global da empresa e do próprio negócio, permitindo a criação de valor a longo prazo

Para a VICTORIA, trabalhar a sustentabilidade é saber conciliar e complementar o caminho da criação de valor e o crescimento económico do negócio, com um modelo de gestão mais responsável e equilibrado, em matéria Ambiental, Social e de Governação (ESG). Com este pressuposto em mente, a Estratégia de Sustentabilidade da VICTORIA assenta em quatro eixos estratégicos – CULTURA, PRODUTOS, PESSOAS e PLANETA – que guiarão a empresa em matéria de sustentabilidade nos próximos anos.

Os quatro eixos estratégicos refletem os temas considerados materiais para a empresa, e visam maximizar os impactes positivos e minimizar os impactes negativos da VICTORIA.

- Considerado um eixo transversal e facilitador, o eixo CULTURA pretende fomentar a integração de uma conduta governativa responsável e transparente,

influenciando positivamente toda a cadeia de valor.

- O eixo PRODUTOS abrange a oferta de produtos e serviços da empresa, relevando a aposta numa oferta mais inclusiva, sustentável e inovadora.
- O eixo PESSOAS pretende apoiar o desenvolvimento do capital humano a nível interno (colaboradores) e externo (clientes e comunidade).
- Reconhecendo o impacte que a empresa pode ter no meio ambiente, o eixo PLANETA contribui para a melhoria da pegada ambiental direta (como resultado da sua atividade) e indireta (como resultado da sua capacidade de fornecer serviços de seguros e alocar capital).

A VICTORIA acredita que não é apenas uma responsabilidade dos governos, mas de todos enquanto atores relevantes na sociedade, contribuir para atingir a Agenda 2030 da ONU. Recorrendo à metodologia SDG Compass, após mapeados os principais impactes (positivos e negativos) da VICTORIA ao longo da cadeia de valor, foram identificados vários ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) correlacionados com esses impactes.

Com o envolvimento direto de um conjunto alargado de Colaboradores, foram definidos os seguintes ODS prioritários para a VICTORIA:

- ODS 3: Saúde de Qualidade
- ODS 4: Educação de Qualidade
- ODS 8: Trabalho Digno e Crescimento Económico
- ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestruturas
- ODS 10: Reduzir as Desigualdades
- ODS 13: Ação Climática

Acreditamos que a persecução e cumprimento da nossa Estratégia de Sustentabilidade permitirá à VICTORIA contribuir ativamente para 6 dos 17 ODS

RESPONSABILIDADE SOCIAL VICTORIA

A Responsabilidade Social na VICTORIA é o meio de promoção do bem-estar dos Colaboradores, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável e fortalecimento da reputação da organização, demonstrando o seu compromisso com valores éticos e impacto positivo na sociedade.

Em 2023, desenvolvemos e implementámos diversos conteúdos e iniciativas direcionadas para o bem-estar dos nossos colaboradores bem como para o apoio à Comunidade.

Reconhecendo a pertinência e atualidade de assuntos como a saúde física, mental e familiar, as finanças pessoais e a consciencialização sobre temas relevantes, como ter um estilo de vida saudável, o Alzheimer, a importância da reciclagem ou

definidos pela Agenda 2030 da ONU como forma de alcançar um futuro mais sustentável e melhorar a qualidade de vida de todos

Com este enquadramento, a preocupação com a Responsabilidade Social e o Meio Ambiente não foram obviamente esquecidos e fazem parte integrante dos desafios que em permanência estão presentes nos nossos planos de ação.

a sustentabilidade e preservação do meio ambiente, partilhámos conteúdo informativo e dicas sobre estas vertentes, visando educar e promover mudanças positivas.

Valorizando a importância de celebrar momentos especiais na vida de cada indivíduo, a VICTORIA felicitou e garantiu a dispensa de trabalho a todos os Colaboradores no seu dia de aniversário. Além disso, tendo em consideração a importância da família e incentivo à natalidade, ofereceu um kit bebé aos mais recentes filhos dos nossos colaboradores, demonstrando o seu apoio e partilhando a alegria neste momento especial.

Reforçámos também as inúmeras parcerias com entidades externas, nos mais diversos ramos, de forma a oferecer benefícios

exclusivos aos nossos Colaboradores, incluindo vales de oferta e descontos em produtos e serviços diversos.

Mantemo-nos como membros associados do Programa Dignidade, enquanto parceiros do Programa abem prosseguindo mais um ano, com o propósito fortemente enraizado, de garantir o acesso ao medicamento a quem mais precisa e, contribuindo de forma ativa para o cumprimento de um conjunto de desafios sociais.

Por fim, e ainda na vertente de Responsabilidade Social externa, contribuímos com tecnologias de reabilitação para uma Instituição Solidária,

com o objetivo de ajudar pacientes com ELA (esclerose lateral amiotrófica) a acederem a diversas funcionalidades e melhorarem sua qualidade de vida.

No período natalício, organizámos um cabaz de Natal solidário que beneficiou seis Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), contribuindo para levar alegria e apoio àqueles que mais necessitam.

Estas iniciativas refletem o nosso compromisso contínuo com a Responsabilidade Social, bem como o empenho em encontrar novas formas de impactar positivamente a vida dos nossos Colaboradores, das Comunidades e do Mundo ao nosso redor.

INVESTIMENTOS

A VICTORIA – Seguros de Vida S.A., faz parte do grupo VICTORIA em Portugal e a nível internacional do Grupo SMABTP. A gestão de investimentos é efetuada através de mandato celebrado com a empresa SMABTP Vie.

No corrente ano manteve-se a linha orientadora da estratégia de investimentos, continuando a dar prioridade à seleção de ativos com maior segurança, em alternativa a ativos que pudessem eventualmente gerar mais rendimento.

A gestão foi acompanhada de forma regular pelo Comité de Gestão Ativo Passivo, constituído por representantes das áreas financeira, atuarial, técnica e de risco.

Foram também definidos processos locais de monitorização do risco de crédito e do risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

A carteira de investimentos atingia no final de 2023 um montante global de EUR 209.998.088 (2022: EUR 206.874.978), o que representa um crescimento anual de 1,5%. Tal como no ano anterior, a carteira de investimentos concentra-se principalmente na rubrica Títulos e Participações Financeiras. Assim, o investimento em Imóveis corresponde a 19,3% (2021: 18,5%) e as aplicações em

Relatório do Conselho de Administração

títulos e participações financeiras totalizam 76,9% (2022: 77,8%).

A carteira de investimentos apresenta a seguinte distribuição:

Carteira de Investimentos	2023	%	2022	%	Var. 23/22
Total	209.998.088	100,0%	206.874.978	100,0%	1,5%
Titulos e Participações Financeiras	161.378.858	76,8%	160.955.630	77,8%	0,3%
Imóveis	40.515.400	19,3%	38.204.813	18,5%	6,0%
Outros Ativos Financeiros	8.103.830	3,9%	7.714.535	3,7%	5,0%

A carteira de títulos foi avaliada em EUR 161.378.858 (2022: EUR 160.955.631) e a 31

de dezembro de 2023 apresentava a seguinte distribuição:

Carteira de Títulos	2023	%	2022	%	Var. 23/22
Total	161.378.858	100,0%	160.955.630	100,0%	0,3%
Dívida Pública	18.187.810	11,3%	34.985.088	21,7%	-48,0%
Acções e Participações	72.136	0,0%	77.221	0,0%	-6,6%
Obrigações Diversas	109.640.895	68,0%	99.933.628	62,1%	9,7%
Fundos de Investimento	33.478.017	20,7%	25.959.694	16,1%	29,0%

Ao longo do ano de 2023, houve uma redução na exposição à classe de ativos Dívida Pública que recuou 10,4% passando a representar 11,3% (2022: 21,7%) da carteira de títulos. Esta redução de aproximadamente 16,8 milhões de euros distribuiu-se de forma relativamente equitativa pelas classes de ativos Obrigações Diversas e Fundos de Investimentos. Desta forma o investimento em obrigações diversas aumentou 9,7

milhões de euros para 68% da carteira (2022: 62,2%). O investimento em Fundos de Investimento aumentou de 26 para 33,4 milhões de euros e corresponde em 2023 a 20,7% da carteira de ativos (2022: 16,1%). No que se refere à qualidade de crédito da carteira de títulos é de registar que 75,6% (2022: 76,5%) detém notação de crédito de investimento, ou seja notação superior ou igual a BBB.

Rating	2023	2022	Var. 23/22
Total	100,0%	100,0%	
AAA	0,5%	5,3%	-4,8%
AA	18,9%	14,2%	4,7%
A	33,8%	33,5%	0,3%
BBB	22,4%	22,5%	-0,1%
BB	1,9%	2,4%	-0,5%
NR	22,5%	22,1%	0,4%

O resultado de investimentos recuperou de forma assinalável em 2023 para 10.590.884 EUR face a um resultado negativo de 3.952.664 EUR, o que representa uma variação positiva de 14,5 milhões de euros. Esta recuperação, deveu-se por um lado ao facto de 2022, a companhia ter procedido à venda de um conjunto importante de ativos, que tinha sido adquirido no passado com taxas de rendimento baixas e adquirido ativos com taxas de rendimento superiores. Esta operação teve um impacto fortemente negativo na rubrica de perdas por alienação, mas permitiu promover uma recuperação no rendimento de

investimentos. Desta forma o rendimento registou um crescimento de 33% para 5.921.915 EUR (2022: 4.446.516). A rubrica de ganhos realizados foi em 2023 influenciada positiva pelo ajustamento ao valor de mercado dos ativos imobiliários detidos pela companhia (2,4 milhões de euros).

É ainda de referir que adotada a norma contabilística IFRS9 em substituição da IAS39 a partir de 1 de janeiro, o que se traduziu na necessidade ajustar o comparativo de 2022 em conformidade.

Proveitos de Investimentos	2023 (IFRS9)	Ajustamentos		2022 (IAS39)	Var. 23/22	
		Resultados Transitados				
Total	10.590.884	-	492.053	-	3.952.664	-367,9%
Rendimentos	5.921.915	-	-	4.446.516		33,2%
Ganhos Realizados	4.693.045	-	-	49.043		9469,2%
Perdas Provenientes de Alienação	- 16.369	-	497.051	- 8.447.380		-99,8%
Perdas por Imparidade	- 7.707	-	4.998	- 843		814,2%

FUNDOS DE PENSÕES

Durante o exercício de 2023, os ativos relativos a Fundos de Pensões registaram um crescimento de 12,4% para EUR 16.559.266 (2022: EUR 14.728.315), destacando-se o lançamento de um novo

Fundo de Pensões Aberto denominado Investimento Flexível. A VICTORIA encerrou assim o ano com um total de 6 fundos de pensões sob gestão.

MEIO AMBIENTE

Assim na vertente especificamente ambiental, verificámos que o nosso consumo de papel foi de 1,3 (2022: 1,5) milhões de folhas, conseguindo não incrementar este valor em relação ao ano anterior apesar do incremento do nº de Clientes, do volume de negócio e de um conjunto de medidas que obrigam a um maior conjunto de documentação para uma informação correta e eficaz dos Clientes.

Com a separação do nosso lixo, enviámos para reciclagem 0,2 (2022: 0,8) toneladas de papel e cartão, utilizando para o efeito o sistema de recolha Eco ponto da Câmara Municipal de Lisboa.

Para tudo isto muito contribui o incremento efetivo da digitalização de processos e da

relação com o Cliente e da reorganização do modelo de trabalho, assente num modelo híbrido e numa política clean desk.

Adicionalmente, como impacto do encerramento das instalações dos serviços centrais em Miraflores, transitando de forma provisória para o edifício sede, foi possível com o empenho de todos e alinhado com os nossos objetivos de desenvolvimento sustentável, garantir a identificação de lixos, materiais, mobiliário e equipamentos diversos obsoletos ou deteriorados, os quais foram geraram os seguintes volumes e tipologias de materiais enviados para reciclagem:

2023 Balanço Ambiental	
Resíduos	Volume (kg)
Papel	7 670
Madeira	9 920
REEES ⁽¹⁾	2 120
Discos	60
Ferro	860
Monstros	17 060
Suportes Informática-Tapes, CD's ou outros suportes	820
TOTAL	38 510

⁽¹⁾REEES - Resíduos Equipamentos, Elétricos eletrónicos

No início de 2023 ocorreu, como já mencionado, o processo de transição das instalações da VICTORIA, ao nível dos seus serviços Centrais. Até 31 de janeiro

retirámos toda a operação do Edifício de Miraflores, e passámos a ocupar 2 espaços no Edifício VICTORIA em Lisboa, até identificação de uma nova solução

definitiva. Fundamental para o sucesso desta mudança, que ocorreu sem interrupções do nosso processo produtivo, foi a prática, com as adaptações necessárias do Modelo de Organização de Trabalho - Política de Teletrabalho, que havíamos implementado no dia 01 de janeiro de 2023. Por este motivo, os valores que apresentamos relativamente aos consumos de energia e água apenas estão relacionados com as Delegações e Escritórios, dado que as alterações registadas no consumo no Edifício VICTORIA, não nos permitem de forma comparável assumir o diferencial de consumos entre os espaços atualmente

ocupados pela empresa e os existentes nos anteriores serviços centrais. Com a construção do novo espaço, 2024 permitirá seguramente uma abordagem de outra natureza.

Nas Delegações e Escritórios, excluindo o situado no Edifício VICTORIA, o consumo em 2023 foi de 60.922 (2022: 57.090) KW/H de energia elétrica e de 418,00 (2022: 185,00) m3 de água. Embora se tenha registado um aumento, previsível tendo em conta o regresso a alguma atividade presencial nos locais de trabalho, ainda estamos longe dos valores de 2019, período pré-pandemia COVID-19, onde se obteve, 87.794 KW/H de energia elétrica e 575 de m3 de água.

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLO INTERNO

Em 2023, manteve-se o alinhamento do modelo de gestão de risco e sistema de governação da VICTORIA à realidade do Grupo SMABTP. A estrutura organizacional que suporta o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno manteve-se também assente no modelo das três linhas de defesa, suportada pela existência de Comitês específicos.

No que diz respeito à área de Gestão de Riscos, enquadrando-se na segunda linha de defesa, tem como principal missão garantir a existência de um Sistema de Gestão de Riscos adequado e eficaz, que permita identificar, mensurar, monitorizar e comunicar os riscos nas suas diversas

vertentes e dimensões, possibilitando à gestão e tomada de decisão incorporar este conhecimento.

Os Comitês que suportam diretamente e garantem o desenvolvimento contínuo da gestão baseada no risco são: Comité de Risco, Comité Gestão Ativo Passivo, Comité de Subscrição e Comité de Risco Operacional. Todos eles mantiveram o âmbito e a estrutura face ao ano transato. Nestes comitês participam as funções chave, nomeadamente no Comité de Risco que tem uma periodicidade mínima trimestral e conta com a participação do Responsável da função chave gestão de risco.

No âmbito do regime de Solvência II, destaca-se o nível de maturidade deste sistema e respetiva integração na gestão e tomada de decisão, assinalando-se as seguintes atividades:

- Manutenção do reporte extraordinário de SII determinado pela ASF no âmbito do contexto de pandemia;
- Reporte quantitativo e narrativo anual integral;
- Reporte quantitativo trimestral;
- Certificação por parte do Revisor Oficial de Contas e dos Atuários Responsáveis dos resultados de Solvabilidade, bem como da informação a disponibilizar ao público;
- Revisão anual da matriz de grandes riscos, mantendo o alinhamento da mesma com a metodologia do grupo e métricas de solvência II de forma a monitorizar de perto e mitigar a exposição aos riscos de maior impacto;
- Revisão anual das políticas existentes garantindo o contínuo alinhamento com o grupo;
- Elaboração do exercício de Avaliação Interna do Risco e da Solvência, a nível solo e de grupo, o qual dá suporte à tomada de decisão para a estratégia definida para os próximos 5 anos e no qual foram pela primeira vez integradas dimensões ESG;
- Manteve-se a nível do grupo um Comité específico de Qualidade de

Dados, reunindo todas as filiais do grupo e garantindo o cumprimento de um adequado desenvolvimento e implementação de uma Política de Qualidade de Dados, tendo por base a fiabilidade dos valores apurados em termos de solvência e gestão do negócio, nomeadamente com a identificação dos dados sensíveis e respetivos controlos.

Relativamente ao Sistema de Controlo Interno, em particular no âmbito do Risco Operacional, destacam-se em 2023 as seguintes atividades na gestão e mitigação deste risco:

- Manteve-se o desenvolvimento da gestão do risco operacional e respetivos controlos alinhados com a metodologia do grupo;
- Continuação da atualização dos processos e da matriz de risco operacional;
- Avaliação dos riscos e dos controlos de acordo com o plano trienal definido em sede do Comité de Risco;
- Gestão do Registo de Incidentes/Perdas, na base de dados;
- Gestão do Registo sobre a avaliação dos riscos e controlos através das fichas de risco;
- Acompanhamento e gestão de implementação de melhorias;

- As ações estratégicas delineadas pela área de Gestão de Riscos para o ano de 2024, são as seguintes:
- Assegurar a atualização do software Duck Creek Compliance (Assuret), utilizado para a construção dos mapas de reporte quantitativos (QRT's) de modo a dar resposta à taxonomia em vigor;
- Continuação do desenvolvimento de uma gestão de riscos eficaz, com o desenvolvimento de modelos robustos que permitam efetuar análises individuais (por produtos e/ou linhas de negócio) e análises agregadas dos riscos, com maior ou menor nível de granularidade;
- Suporte a nível de análises e respetiva comunicação que permita uma gestão e tomada de decisão conhecedora do risco a que se encontra exposta, a curto e médio prazo;
- Consolidação da nova metodologia de gestão de risco operacional, e consequente atualização das respetivas matrizes para os vários processos e a avaliação da eficácia do Sistema de Controlo Interno;
- Dinamização da cultura de risco por toda a organização.

O rácio de cobertura do SCR e o rácio de cobertura do MCR de 2023 (em processo de certificação à data do presente relatório) e de 2022 é o seguinte:

	2023	2022
SCR	19.500.987	18.677.418
Rácio de Cobertura SCR	175,5%	219,0%
MCR	7.814.041	7.807.709
Rácio de Cobertura MCR	394,0%	479,9%
Fundos Próprios Elegíveis SCR	34.227.370	40.907.527
Fundos Próprios Elegíveis MCR	30.790.178	37.469.069

OUTRAS INFORMAÇÕES

Não existem quaisquer compromissos financeiros, significativos para a apreciação

da situação financeira da empresa, que não figurem no balanço.

LIGAÇÕES DE GRUPO, RECURSOS COMUNS

A VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. é uma empresa do Grupo Segurador SMA com sede social em Paris, França. O Grupo SMA opera em todas as linhas de negócio Vida e

Não Vida, e é, em conjunto com as mútuas filiadas à SGAMBTP, líder no setor de seguros para a indústria da construção em França. A aquisição da VICTORIA enquadra-

se na estratégia de crescimento e diversificação do Grupo SMA.

Em Portugal, o Grupo é representado pelo nosso acionista único VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. que detém também a totalidade do capital social da VICTORIA – Seguros, S.A. As duas

empresas de seguros utilizam estruturas comuns, com uma colaboração muito estreita nas áreas administrativa e comercial. A imputação de custos a cada uma das empresas é efetuada na base de critérios objetivos, observando a natureza e o fim da despesa.

RESULTADO DO EXERCÍCIO E PROPOSTA DA SUA APLICAÇÃO

O resultado da conta técnica do seguro de vida é de EUR 3.003.181 (2022: EUR -1.249.218). O resultado do exercício, após constituição da provisão para IRC, é de EUR 2.212.836 (2022: EUR -1.135.466).

Propomos que após a dotação de EUR 221.284 à reserva legal, o remanescente de EUR 1.991.552 seja levado a resultados transitados.

CONSOLIDAÇÃO DE RESULTADOS

Para efeitos de consolidação no Grupo Segurador SMA em França são também

elaboradas contas em conformidade com as Normas de Contabilidade Francesas.

PREVISÕES PARA 2024

O volume total de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento em janeiro de 2024 atingiu EUR 4.418.031. (2023: EUR 4.305.125).

Em termos de previsões, o ambiente macroeconómico continua num cenário tão volátil, incerto, complexo e ambíguo quanto no ano 2023. Certamente, as dúvidas relativas à mudança política na maior economia do mundo, a proliferação da desinformação e as ações bélicas, o comportamento dos bancos centrais num contexto de inflação aparentemente controlado, o inegável

arrefecimento do motor económico europeu e as suas dificuldades estruturais para dar resposta aos desafios de contexto, entre outras questões, alicerçam a dificuldade em compor um quadro muito fidedigno dos impactos internacionais que irão afetar o atual desempenho da economia portuguesa. No ambiente microeconómico, também não parecem definitivas as tendências de consumo e poupança dos cidadãos, nomeadamente dos mais jovens, nem da evolução do sentimento empresarial, nomeadamente na indústria. Em relação à VICTORIA, as previsões incluem a

perda da parceria de cinco anos com o EuroBic e uma maior agressividade da concorrência nos ramos massa e obrigatórios, constatada de forma evidente no final do ano.

Tendo em conta este enquadramento, a VICTORIA manteve para o ano de 2024 um plano condizente com o seu posicionamento de segurador generalista com foco em nichos de especialidade, a sua ambição de crescimento rentável e sustentável a longo prazo – apoiada em parcerias e na dinamização próxima duma rede de distribuição profissional –, e a vontade de reforçar a sua presença nos mercados e âmbitos institucionais onde a sua oferta e proposta de valor diferenciadas são mais reconhecidas.

As principais ações delineadas para o ano 2024 são as seguintes, alocadas por cluster estratégico:

Potenciar a atuação comercial e a sua eficácia, bem como reforçar o posicionamento nos ecossistemas

- Aumentar a eficácia comercial (projeto EFICOM2.0) através do acompanhamento automatizado dos indicadores da atividade comercial de forma integrada e transversal à VICTORIA
- Captar novo negócio nos ramos de especialidade e generalistas e dinamização da venda cruzada
- Desenvolver de forma estruturada e alinhada o posicionamento estratégico do Ecossistema Saúde e ações para o seu crescimento sustentável

- Manter a atuação nos Ecossistemas de Transportes e Construção e identificar os Mediadores que trabalham os ramos estratégicos da VICTORIA
- Implementar projeto de recrutamento e seleção de novos consultores externos para dinamizar a ação comercial do Canal de Pessoais

Otimizar a experiência de cliente e rede de distribuição e melhorar níveis de serviço

- Definir de forma conjunta a estratégia de migração dos simuladores/emissores antigos para o novo “template” e de criação de novos, para produtos de massa, para subscrição mais ágil e automática
- Desenvolver serviços disponibilizados no Portal de Agentes de forma a torná-lo uma ferramenta que permita gerar valor ao negócio e aumentar a relação entre a VICTORIA e o distribuidor
- Desenvolver serviços disponibilizados no Portal de Clientes ao nível da informação de produto

Fortalecer uma cultura organizacional focada no desenvolvimento do capital humano

- Projeto “Casa Nova!”: Mudança dos serviços centrais para as novas instalações, a que se associa,
- VICTORIA 2.0: Desenvolver e implementar novo Modelo de Organização de Trabalho
- Excelência como Drive: Implementar um conjunto de ações transversais a nível da

formação, política de estágios e gestão de potencial que visem responder aos aspetos identificados como mais críticos no estudo de clima efetuado

Fomentar eficiência operacional

transversal e maior agilidade coletiva

- Melhorar a gestão de sinistros Auto e Multirrisco
- Otimizar processo de emissão por via da digitalização
- Avançar com a criação de novos Quadros de Acompanhamento Auto ao nível da Informação de Gestão para Visão Risco
- Definir plano conjunto de migração de sistemas Core para substituição tecnológica

e garantia de continuidade de negócio, com identificação das prioridades e calendário de implementação

- Implementação de automatizações ao nível dos processos na perspetiva da robotização para melhoria global da eficiência da VICTORIA

Integrar a sustentabilidade na estratégia

corporativa

- Desenvolver e implementar o plano de ação definido na Estratégia “VICTORIA Sustentável” que define um conjunto de compromissos para 2030, como peças determinantes para a diferenciação, gestão e crescimento sustentável da empresa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Queremos agradecer aos Acionistas e aos restantes Órgãos Sociais todo o apoio prestado ao Conselho de Administração e ao Conselho Executivo.

Agradecemos igualmente a todos os Colaboradores da VICTORIA, e a todos os Parceiros, a sua dedicação, indispensável para a concretização do projeto da VICTORIA.

28 de março de 2024

O Conselho de Administração

2. Informação Financeira

Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro 2023 e 2022

Notas	Demonstração da posição financeira	Exercício			Exercício Anterior
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações/amort ou ajustamentos	Valor Líquido	
	ATIVO				
1	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3.235.630		3.235.630	2.680.574
3	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	591	-	591	591
	Mensurados ao custo	591		591	591
4	Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	52.313.748	-	52.313.748	45.548.138
	Instrumentos de capital e unidades de participação	33.549.562		33.549.562	26.036.323
	Títulos de dívida	18.764.186		18.764.186	19.511.815
5	Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	103.840.188	-	103.840.188	109.692.638
	Títulos de dívida	103.840.188		103.840.188	109.692.638
6	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	13.328.161	8.415	13.319.746	13.424.841
	Títulos de dívida	5.224.331	406	5.223.925	5.713.843
	Empréstimos e contas a receber	8.103.830	8.009	8.095.821	7.710.998
2	Terrenos e edifícios	40.515.400	-	40.515.400	38.204.813
	Terrenos e edifícios de uso próprio	896.200		896.200	1.109.000
	Terrenos e edifícios de rendimento	39.619.200		39.619.200	37.095.813
8	Outros ativos tangíveis	3.462.955	2.943.718	519.237	642.655
8	Inventários	33.103		33.103	38.773
9	Ativos sob direito de uso	245.272	180.920	64.352	75.811
10	Outros ativos intangíveis	16.061.119	10.700.489	5.360.630	4.088.108
15	Ativos de contratos de seguro dos ramos Vida	189.440	-	189.440	388.477
	Não mensurados pela abordagem da alocação de prêmio	189.440		189.440	388.477
14	Ativos de contratos de resseguro cedido dos ramos Vida	556.665	-	556.665	692.461
	Mensurados pela abordagem da alocação de prêmio	556.665	-	556.665	692.461
	De serviços futuros			-	153.495
	De serviços passados	556.665	-	556.665	538.966
	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	556.665		556.665	538.966
12	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	984.425		984.425	1.003.742
11	Outros devedores por operações de seguro e outras operações	2.545.758	126.431	2.419.327	3.265.420
	Contas a receber por operações de seguro direto	64.952	4.720	60.232	146.274
	Contas a receber por operações de resseguro	350.146	65.505	284.641	624.219
	Contas a receber por outras operações	2.130.660	56.206	2.074.454	2.494.927
13	Ativos por impostos e taxas	2.641.112	-	2.641.112	3.561.891
	Ativos por impostos e taxas correntes	343.411		343.411	353.136
	Ativos por impostos diferidos	2.297.701		2.297.701	3.208.755
18	Acréscimos e diferimentos	137.703		137.703	242.128
	TOTAL ATIVO	240.091.269	13.959.973	226.131.297	223.551.061

Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro 2023 e 2022

Notas	Demonstração da posição financeira	Exercício	Exercício Anterior
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO		
14	Passivos de contratos de seguro dos ramos Vida	134.308.385	133.814.986
	Mensurados pela abordagem da alocação de prêmio	9.672.880	7.912.464
	De serviços futuros	1.047.311	1.180.540
	De serviços passados	8.625.569	6.731.924
	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	8.625.569	6.731.924
	Não mensurados pela abordagem da alocação de prêmio - Pelo modelo geral de mensuração	124.635.505	125.902.522
	De serviços futuros	118.724.279	119.950.957
	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	107.829.009	108.943.927
	Ajustamento de risco	1.997.511	3.523.048
	Margem de serviços contratuais	8.897.760	7.483.982
	De serviços passados	5.911.226	5.951.565
	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	5.911.226	5.951.565
15	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contábilísticos como contratos de investimento	38.225.131	36.916.336
16	Outros passivos financeiros	5.051.040	5.076.110
	Passivos subordinados	5.000.000	5.000.000
	Passivos de locações	51.040	76.110
13	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	124.219	116.587
17	Outros credores por operações de seguros e outras operações	8.500.209	7.763.914
	Contas a pagar por operações de seguro direto	5.767.158	5.577.812
	Contas a pagar por operações de resseguro	453.997	81.431
	Contas a pagar por outras operações	2.279.054	2.104.671
14	Passivos por impostos e taxas	5.563.663	5.624.759
	Passivos por impostos (e taxas) correntes	453.183	478.914
	Passivos por impostos diferidos	5.110.480	5.145.845
18	Acréscimos e diferimentos	2.426.935	2.398.838
34	Outras provisões	125.773	141.982
	TOTAL PASSIVO	194.325.355	191.853.512
	CAPITAL PRÓPRIO		
19	Capital	8.500.000	8.500.000
	Reservas de reavaliação	458.089	(2.526.161)
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	122.798	(2.923.685)
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	237.601	303.082
	Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	97.690	94.442
25	Reserva da componente financeira dos contratos de seguro	12.012.775	17.642.353
25	Reserva da componente financeira dos contratos de resseguro		
	Reserva por impostos	(2.807.747)	(3.402.001)
	Outras reservas	10.841.181	10.810.256
	Reserva legal	2.650.437	2.566.144
	Prêmios de emissão	2.500.000	2.500.000
	Outras reservas	5.690.744	5.744.112
	Resultados transitados	588.808	1.808.568
	Resultado do exercício	2.212.836	(1.135.466)
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	31.805.942	31.697.549
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	226.131.297	223.551.061

Demonstração de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022

Notas	DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS	Exercício			Exercício anterior
		Técnica Vida	Não Técnica	Total	
22	Réditos de contratos de seguro	19.956.577		19.956.577	19.728.329
	Mensurados pela abordagem da alocação de prémio	13.976.592		13.976.592	13.470.802
	Não mensurados pela abordagem da alocação de prémio - Pelo modelo geral de mensuração	5.979.985		5.979.985	6.257.527
	Libertação do valor esperado dos sinistros ocorridos e gastos atribuíveis	3.876.234		3.876.234	3.813.048
	Variações no ajustamento de risco (risco não financeiro) pelo risco expirado	437.527		437.527	544.956
	Libertação da margem de serviços contratuais pelos serviços transferidos	1.530.371		1.530.371	1.821.028
	Alocação dos gastos de aquisição atribuíveis a contratos de seguro	135.853		135.853	78.494
23	Gastos de contratos de seguro	(18.104.824)		(18.104.824)	(16.075.136)
	Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis	(12.264.705)		(12.264.705)	(12.602.837)
	Sinistros ocorridos	(8.535.039)		(8.535.039)	(8.998.432)
	Outros gastos atribuíveis	(3.729.666)		(3.729.666)	(3.604.405)
	Gastos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	(3.701.316)		(3.701.316)	(3.334.092)
	Alterações relativas a serviços passados	(1.972.660)		(1.972.660)	364.827
	Alterações relativas a serviços futuros	(166.143)		(166.143)	(503.033)
24	Réditos de contratos de resseguro cedido	3.976.594		3.976.594	3.382.899
	Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis – Parte dos resseguradores	3.958.895		3.958.895	3.455.752
	Alterações relativas a serviços passados – Parte dos resseguradores	17.699		17.699	(72.853)
24	Gastos de contratos de resseguro cedido	(5.445.949)		(5.445.949)	(4.102.369)
	Mensurados pela abordagem da alocação de prémio - Parte dos resseguradores	(5.445.949)		(5.445.949)	(4.102.369)
	Resultado de contratos de seguro líquidos de resseguro	382.398		382.398	2.933.724
	Rendimentos da componente financeira dos contratos de seguro			-	938
	Perdas da componente financeira dos contratos de seguro	(1.358.323)		(1.358.323)	(831.235)
	Resultado da componente financeira dos contratos de seguro	(1.358.323)		(1.358.323)	(830.296)
25	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	377.524		377.524	375.662
27	Rendimentos	5.770.011	151.904	5.921.915	4.446.516
	De juros de ativos financeiros não mensurados ao justo valor por via de ganhos e perdas	3.269.810		3.269.810	4.162.088
	Outros	2.500.201	151.904	2.652.105	284.428
33	Gastos financeiros	(1.649.353)	(10.758)	(1.660.111)	(1.380.960)
	Outros	(1.649.353)	(10.758)	(1.660.111)	(1.380.960)
28	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	2.375.688	(1.948)	2.373.740	(5.541.738)
	De ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	(17.397)		(17.397)	(5.561.598)
	De ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	4.593		4.593	
	De outros	2.388.493	(1.948)	2.386.544	19.860
29	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	369.254		369.254	2.350.118
	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	(7.707)	-	(7.707)	(843)
	De ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	(3.248)		(3.248)	
	De ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	(4.459)		(4.459)	(843)
33	Gastos não atribuíveis	(3.461.535)	-	(3.461.535)	(3.735.544)
	Gastos não atribuíveis diretamente a contratos de seguro	(2.554.536)		(2.554.536)	(3.076.043)
	Gastos de contratos e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	(297.948)		(297.948)	(342.293)
	Gestão de fundos de pensões	(609.051)		(609.051)	(317.208)
30	Outros rendimentos/gastos técnicos	205.223		205.223	85.688
	Resultado técnico	3.003.181	139.198	3.142.379	(1.297.674)
31	Outras provisões (variação)		16.209	16.209	49.049
32	Outros rendimentos/gastos		14.938	14.938	(593)
	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	3.003.181	170.345	3.173.526	(1.249.218)
	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes			(69.371)	(72.464)
	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos			(891.319)	186.216
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			2.212.836	(1.135.466)

Demonstração do Rendimento Integral para os exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022

Demonstração do Rendimento Integral	Exercício	Exercício anterior
Resultado líquido do exercício	2.212.836	(1.135.466)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros		
Por via de valorizações/desvalorizações	2.860.323	(5.515.245)
Por via de alienações	186.160	(1.006.763)
Prov perdas de credito instrumentos divida	7.720	-
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edificios de uso próprio	(65.481)	24.853
Ajustamentos da componente financeira contratos de seguro	(5.629.578)	17.698.704
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	594.254	(2.400.239)
Ganhos e perdas actuariais reconhecidas	(53.368)	12.119
Total do rendimento integral	112.866	7.677.963

Demonstração de Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Demonstração de Fluxos de Caixa - Método directo		2023	2022
1 ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos:		106.793.218	161.834.580
Clientes (prémios recebidos)	+	33.096.768	33.727.570
venda/amortização de activos financeiros (Inv)	+	70.620.686	125.419.072
Juros e dividendos (Inv)	+	2.874.521	2.486.811
Recebimentos de taxas e impostos	+	-	-
Regularização c/c Seguradoras	+	201.243	201.127
Pagamentos:		103.547.176	160.143.793
Clientes (sinistros & estornos)	-	28.111.738	27.556.368
Comissões	-	2.757.073	2.799.718
Resseguradores	-	442.452	1.562.378
Outros prestadores	-	(1.550.063)	(1.331.113)
Fornecedores diversos	-	2.688.743	2.910.574
Pagamentos a colaboradores	-	2.109.308	2.074.534
Compra de activos financeiros (Inv)	-	65.043.374	120.616.487
Pagamento de taxas e impostos	-	3.931.128	3.954.438
Despesas de Viagem	-	13.102	31
Fundo Fixo Caixa	-	319	378
Regularização c/c Seguradoras	-	-	-
Fluxo das actividades operacionais		3.246.042	1.690.787
2 ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos:		-	-
Investimentos Financeiros (reembolso de Emp. Conc.)	+	-	-
Imobilizações corpóreas (alienação)	+	-	-
Imobilizações incorpóreas (alienação)	+	-	-
Juros de Emp. Conc.	+	-	-
Dividendos de participações	+	-	-
Pagamentos:		2.465.916	1.639.177
Investimentos Financeiros (Const. Emp. concedidos)	-	-	-
Imobilizações corpóreas (aquisição)	-	66.627	53.424
Imobilizações incorpóreas (aquisição)	-	2.399.289	1.585.753
Fluxo das actividades de Investimentos		(2.465.916)	(1.639.177)
3 ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos:		-	-
Empréstimos Obtidos (Pela constituição)	+	-	-
Aumentos de Capital	+	-	-
Doações	+	-	-
Pagamentos:		225.070	689.096
Empréstimos Obtidos (Juros \$ reembolsos)	-	200.000	200.000
Amort. De contratos de locação financeira	-	25.070	489.096
Dividendos	-	-	-
Fluxo das actividades de financiamento		(225.070)	(689.096)
4 = 1 + 2 + 3 + 4 Total do Fluxo de Caixa		555.056	(637.486)
Caixa e seus equivalentes no início do período		2.680.574	3.318.060

Demonstração das alterações nos Capitais Próprios em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Demonstração de variações do Capital Próprio	Capital	Reservas de reavaliação			Outras Reservas			Prêmios de emissão	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO
		Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida	Reserva da componente financeira dos contratos de seguro	Reserva por impostos	Reserva legal					
Balanco a 31 de Dezembro 2021	8.500.000	3.598.324	278.229			(992.396)	2.558.468	2.500.000	5.731.993	4.911.373	76.757	27.162.748
Correcções de erros (IAS 8)												
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)						(56.351)	12.679			(3.439.433)		(3.483.106)
Balanco de abertura alterado	8.500.000	3.598.324	278.229	-	(56.351)	(979.717)	2.558.468	2.500.000	5.731.993	1.471.940	76.757	23.679.642
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		(6.149.726)										(6.149.726)
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			(274)									(274)
Participação nos resultados a atribuir ("shadow")		154.781	25.127									179.908
Reserva componente financeira contratos seguro					17.698.704							17.698.704
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos						(2.518.828)						(2.518.828)
Aumento de reservas por aplicação de resultados												-
Distribuição de reservas												-
Distribuição de lucros/prejuízos							7.676			69.081	(76.757)	-
Outros ganhos/perdas reconhecidas directamente no capital próprio									12.119	(161.117)		(148.998)
Total das variações do capital próprio	-	(5.994.945)	24.853	-	17.698.704	(2.518.828)	7.676	-	12.119	(92.036)	(76.757)	9.060.785
Resultado líquido do período											(1.135.466)	(1.135.466)
Distribuição antecipada de lucros												
Balanco a 31 de Dezembro 2022	8.500.000	(2.396.621)	303.082	-	17.642.353	(3.498.545)	2.566.144	2.500.000	5.744.112	1.379.904	(1.135.466)	31.604.962
Correcções de erros (IAS 8)												
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)		(527.063)				96.544				428.664		(1.855)
Balanco de abertura alterado	8.500.000	(2.923.685)	303.082	-	17.642.353	(3.402.001)	2.566.144	2.500.000	5.744.112	1.808.568	(1.135.466)	31.603.107
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		3.046.483										3.046.483
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			(65.481)									(65.481)
Provisão para perdas de crédito mensurados ao justo valor através de reservas				3.248								3.248
Reserva componente financeira contratos seguro					(5.629.578)							(5.629.578)
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos						594.254						594.254
Aumento de reservas por aplicação de resultados												-
Distribuição de reservas												-
Distribuição de lucros/prejuízos							84.293			(1.219.760)	1.135.466	-
Outros ganhos/perdas reconhecidas directamente no capital próprio									(53.368)			(53.368)
Total das variações do capital próprio	-	3.046.483	(65.481)	3.248	(5.629.578)	594.254	84.293	-	(53.368)	(1.219.760)	1.135.466	(2.104.443)
Resultado líquido do período											0	2.212.836
Distribuição antecipada de lucros												
Balanco a 31 de Dezembro 2023	8.500.000	122.798	237.601	3.248	12.012.775	(2.807.747)	2.650.437	2.500.000	5.690.744	588.808	0	29.498.664

Notas às Demonstrações Financeiras

ÍNDICE

- I) Introdução**
- II) Informação por Segmentos**
- III) Políticas Contabilísticas**
- IV) Gestão de Riscos**
- V) Notas ao Balanço**
 - NOTA 1 - Caixa e equivalentes e depósitos à ordem
 - NOTA 2 - Terrenos e Edifícios
 - NOTA 3 – Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos
 - NOTA 4 – Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas
 - NOTA 5 – Ativos financeiros ao justo valor através de reservas
 - NOTA 6 – Ativos financeiros ao custo amortizado
 - NOTA 7 – Afetação dos Investimentos
 - NOTA 8 – Outros ativos tangíveis e Inventários
 - NOTA 9 – Ativos sob Direito de Uso
 - NOTA 10 – Outros ativos intangíveis
 - NOTA 11 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações
 - NOTA 12 – Ativos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo
 - NOTA 13 – Ativos e Passivos por impostos
 - NOTA 14 – Ativos e passivos de contratos de seguro e resseguro
 - NOTA 15 – Passivos Financeiros de contratos de investimento
 - NOTA 16 – Outros Passivos Financeiros
 - NOTA 17 – Outros credores por operações de seguros e outras operações
 - NOTA 18 – Acréscimos e Diferimentos
 - NOTA 19 – Capital Próprio e Reservas
 - NOTA 20 – Transações entre partes relacionadas
 - NOTA 21 – Elementos extrapatrimoniais
- VI) Notas à Conta de Ganhos e Perdas**
 - NOTA 22 – Réditos de contratos de seguro
 - NOTA 23 – Gastos de contratos de seguro
 - NOTA 24 – Resultado de contratos de resseguro
 - NOTA 25 – Componente financeira de contratos de seguro

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

- NOTA 26 – Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento
- NOTA 27 – Rendimentos / réditos de investimentos
- NOTA 28 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por Reservas
- NOTA 29 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por resultados
- NOTA 30 – Outros rendimentos/gastos técnicos
- NOTA 31 – Outras Provisões
- NOTA 32 – Outros rendimentos/gastos
- NOTA 33 – Gastos por natureza e função
- NOTA 34 – Gastos com o pessoal

VII) Eventos subsequentes à data de encerramento

VIII) Justo valor de ativos e passivos financeiros

IX) Alterações das Políticas Contabilísticas

X) Inventário de Títulos e Participações Financeiras

I - INTRODUÇÃO

O Ramo Vida é explorado pela VICTORIA desde 1930, altura em que foi criada em Portugal a agência geral da VICTORIA - Sociedade Anónima de Seguros de Vida. Em 1992, e resultante da transformação da agência geral em sociedade de direito português, surge a atual VICTORIA – Seguros de Vida, S.A.

Com sede social no Edifício VICTORIA, Av. da Liberdade, 200, em Lisboa, está representada no país através de 5 delegações e de 7 escritórios.

No seguimento do processo iniciado no último trimestre de 2013 de adaptação da estrutura ao modelo de distribuição, enquadrado na política de contenção e racionalização de custos, concluiu-se em 2014 o

redimensionamento da estrutura adequando assim a estrutura à atual carteira de negócios.

Atualmente apresenta um capital social de Euros 8.500.000, detido na sua totalidade pela VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. e tem como objeto social o desenvolvimento da atividade de seguro e resseguro do Ramo Vida, não sendo, no entanto, o resseguro ativo explorado pela VICTORIA - Seguros de Vida, S.A.

No final de 2011, a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. passou a ser uma empresa do Grupo Segurador SMA com sede social em Paris, França. Em Portugal, o Grupo é representado pelo acionista único VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A.

II – INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

RELATO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

O relato por segmentos operacionais, foi definido tendo em consideração a desagregação existente, por aplicação da IFRS9 e da IFRS17, para os produtos comercializados

pela Companhia. Assim, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, temos:

Relato por segmentos	2023			2022		
	contratos seguro	contratos investimento	fundos pensões	contratos seguro	contratos investimento	fundos pensões
Premios brutos emitidos	31 221 838			30 800 963		
Premios resseguro cedido	(5 287 600)			(4 125 404)		
Réditos contratos seguro	19 956 577			19 728 329		
Gastos de resseguro cedido	(5 445 949)			(4 102 369)		
Comissões cobradas de contratos	-	377 524	198 783	-	375 662	82 907
Sinistros pagos e outros gastos brutos	(12 264 705)			(12 602 838)		
Gastos de aquisição atribuíveis	(3 701 316)	(297 948)	(609 051)	(3 334 092)	(342 293)	(317 208)
Resultado de contratos de seguro	1 851 753			3 653 193		
Resultado de contratos de resseguro	(1 469 355)			(719 470)		
Resultado investimentos	7 373 541	(515 647)		2 656 844	2 353 391	
Resultado técnico	3 849 520	(436 071)	(410 268)	(3 626 630)	2 386 760	(234 301)
Ativos financeiros afectos à representação	170 734 423	38 225 131		168 843 178	36 916 336	
Ativos e Passivos de Contratos	134 118 945	38 225 131		133 426 509	36 916 336	

Relativamente aos contratos de investimento, a receita processada, que corresponde às entregas (prémios) efetuadas pelos tomadores de seguro, foi de EUR 10.874.954 (2022: EUR 10.892.896), valor idêntico ao do ano transato.

Deste modo, o volume total de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento foi de EUR 42.096.792 (2022: EUR 41.693.859) registando-se assim um decréscimo de 0,96%.

III – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

BASES DE APRESENTAÇÃO

A Norma Regulamentar nº 10/2016-R de 15 de setembro, procedeu à revogação da anterior Norma Regulamentar n.º 4/2007-R de 27 de abril, e visa sistematizar e consolidar conteúdos anteriormente dispersos em normas regulamentares e circulares, relacionados com o regime contabilístico aplicável às empresas de seguros sujeitas à supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões – ASF, nomeadamente com a publicação do PCES e disposições relativas a provisões e a ativos afetos à representação das provisões técnicas.

As demonstrações financeiras apresentadas são preparadas de acordo com o Plano de Contas para Empresas de Seguros (PCES), onde são de aplicação obrigatória as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) adotadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002.

A 01 de janeiro de 2023 entrou em vigor a Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS) 17, que veio substituir a Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS) 4 que possuía carácter provisório dado que apenas

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

adotou os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros e de divulgação. A Norma Internacional de Relato Financeiro IFRS 17 veio concluir o processo de definição de regras contábilísticas relativas aos contratos de seguros, tendo a sua aplicação efeitos retroativos ao exercício de 2022.

As IFRS incluem as normas contábilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores, tal como adotadas pela União Europeia.

Em 2023 a Companhia adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2023. Essas normas apresentam-se discriminadas no ponto VIII. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As políticas contábilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para os ativos financeiros que se encontram mensurados ao justo valor, das propriedades de investimento que se encontram ao justo valor e dos imóveis de uso próprio que se encontram ao custo revalorizado.

Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A apresentação das Demonstrações Financeiras e as respetivas notas às contas, respeitam as exigências de informação estabelecidas na IAS 1, bem como a informação requerida pelo órgão de supervisão, através do Plano de Contas para o Setor Segurador, aprovado pela Norma Regulamentar n.º 9/2022 – R de 25 de novembro.

A preparação das demonstrações financeiras é efetuada tendo por base o princípio da continuidade das operações, o que requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas, e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contábilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

passivos. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizadas estimativas e pressupostos significativos na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas ao longo deste documento.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Companhia operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos

subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Companhia dispõe de recursos próprios adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

As Demonstrações Financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 28 de março de 2024.

Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação

financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas normas e interpretações já emitidas, mas que ainda não são obrigatórias

Contratos de Seguros

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. adotou a IFRS 17 – Contratos de Seguro a partir de 1 de janeiro de 2023. Esta resulta em mudanças significativas a nível da contabilização de contratos de seguro e de resseguro, que estão detalhadas abaixo.

Classificação dos contratos

Contratos de seguro

Atualmente a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. emite contratos que incluem risco de seguro e/ou risco financeiro.

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. reconhece como contratos de seguro, os contratos em que aceita um risco de seguro significativo de outra parte (o tomador de seguro), aceitando compensar o tomador de seguro no caso de um acontecimento futuro incerto especificado (o

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

acontecimento coberto pelo seguro) afetar adversamente o tomador de seguro.

No caso de contratos em que o risco seja essencialmente financeiro e o risco de seguro assumido pela VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. não seja significativo, mas exista uma participação discricionária nos resultados atribuída aos tomadores de seguro, tais contratos são considerados como sendo contratos de seguro e, como tal, mensurados em conformidade com a IFRS 17.

No caso de contratos em que existe somente a transferência de risco financeiro, sem participação discricionária nos resultados, tais contratos são considerados instrumentos financeiros e são mensurados à luz da IFRS 9.

Os ativos financeiros detidos pela VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. para cobertura de responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de investimento são classificados e contabilizados da mesma forma que os restantes ativos financeiros.

Contratos de resseguro cedido

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. celebra acordos com o intuito de transferir o risco de seguro, juntamente com os respetivos prémios, para uma ou mais entidades resseguradoras. Se, a entidade resseguradora não tiver a capacidade de cumprir com as suas obrigações, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. continua responsável perante os seus tomadores de seguro pela parcela ressegurada.

Nível de agregação

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. determina o nível de agregação para os contratos de seguro emitidos dividindo-os por portfólios. Cada portfólio deve incluir contratos de seguro sujeitos a riscos semelhantes e geridos em conjunto.

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. agrupou os seus portfólios da seguinte forma:

- Portfólios com participação dos resultados
 - Produtos mistos;
 - Produtos temporários;
 - Rendias;
 - Produtos temporários anuais renováveis (“TAR”) de grupo;
 - Produtos financeiros.
- Portfólios sem participação dos resultados
 - Produtos mistos;
 - Produtos temporários anuais renováveis (“TAR”);
 - Produtos temporários;
 - Rendias vitalícias fechadas;
 - Rendias vitalícias

No reconhecimento inicial, os contratos de seguro inseridos em cada portfólio são divididos em grupos de:

- Contratos que são onerosos;
- Contratos que não apresentam uma possibilidade significativa de se tornarem posteriormente onerosos;
- Restantes contratos do portfólio.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. aplicou a metodologia anteriormente referida para os contratos de resseguro cedido, conforme previsto no normativo. Neste âmbito, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. definiu os seguintes portfólios IFRS 17:

- Vida individual;
- Vida Grupo;
- Vida CAT;
- IGP.

A norma IFRS 17 não permite que sejam incluídos num mesmo portfólio contratos emitidos com mais de um ano de intervalo. Neste sentido, cada portfólio deverá ser desagregado em *cohorts* anuais, ou *cohorts* que consistem em períodos inferiores a um ano.

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. separa os seus contratos em *cohorts* anuais, que têm por base o ano civil (1 de janeiro a 31 de dezembro).

Separação de componentes

O normativo exige que a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. separe as componentes de investimento distintas do contrato de seguro de acolhimento.

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. não detém, ao momento, componentes de investimento distintas pelo que não necessita de efetuar esta separação. No entanto, identificou componentes de investimento não distintas

relevantes para os portfólios de produtos mistos e de produtos financeiros. À luz do normativo, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. não separa estas componentes não distintas dos contratos de seguro de acolhimento, mas também não as reconhece nem em ganhos nem em perdas de contratos de seguro.

Reconhecimento inicial

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. reconhece um dado grupo de contratos de seguro por si emitidos a partir da primeira das seguintes ocorrências:

- início do período de cobertura do grupo de contratos;
- data em que o primeiro pagamento de um tomador de seguro do grupo se torna exigível;
- data em que o grupo se torna oneroso, no caso de grupos de contratos onerosos.

No caso dos grupos de contratos de resseguro cedidos a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. reconhece-os a partir da primeira das seguintes datas:

- o início do período de cobertura do grupo de contratos de resseguro cedidos;
- a data em que a entidade reconhece um grupo oneroso de contratos de seguro subjacentes. No entanto, se a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. celebra um contrato de resseguro conexo cedidos no grupo de

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

contratos de resseguro cedidos reconhecem nessa data ou antes.

Modelos de mensuração

O normativo introduz três modelos de mensuração, nos quais os proveitos de contratos de seguro são reconhecidos em ganhos e perdas ao longo do tempo, à medida que os serviços vão sendo prestados. Os modelos têm por base o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, um ajustamento para refletir o valor temporal do dinheiro e os riscos financeiros inerentes aos fluxos de caixa futuros, na medida em que não estejam incluídos nas estimativas dos fluxos de caixa futuros, um ajustamento pelo risco para o risco não financeiro e também uma margem de serviços contratuais que representa o lucro ainda não realizado.

Para determinar o modelo de mensuração, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A., no momento inicial, auferiu se os contratos de seguro tinham ou não participação nos resultados, como definida na norma. Tal verifica-se quando, os termos contratuais especificam que o tomador de seguro participa numa parte de um grupo de itens subjacentes claramente identificados; quando a VICTORIA-Seguros de

Vida, S.A. espera pagar ao tomador de seguro um montante igual a uma parte substancial do justo valor do retorno dos itens subjacentes; e quando a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. espera que uma parte substancial de qualquer alteração nos montantes a pagar ao tomador de seguro varie consoante a alteração no justo valor dos itens subjacentes. Os contratos com participação nos resultados devem de ser mensurados através da abordagem da comissão variável. Por outro lado, os contratos sem participação nos resultados são mensurados através do modelo geral de mensuração. Os contratos que tenham um período de cobertura igual ou inferior a 12 meses podem ser elegíveis para a aplicação da abordagem de imputação dos prémios.

Atendendo ao tipo de produtos detidos pela VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. e também aos requisitos de aplicabilidade de cada um dos modelos de mensuração, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. irá aplicar o modelo geral de mensuração e a abordagem de imputação dos prémios.

A alocação dos modelos de mensuração aos produtos da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. foi efetuada da seguinte forma:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

IFRS 17 Portfolios	Modelo de mensuração
Produtos com participação dos resultados	
Produtos mistos	Modelo geral de mensuração
Produtos temporários	
Rendas	
Produtos financeiros	
Produtos temporários anuais renováveis (“TAR”) de grupo	Abordagem de imputação dos prêmios
Produtos sem participação dos resultados	
Produtos mistos	Modelo geral de mensuração
Produtos temporários	
Rendas	
Produtos temporários anuais renováveis (“TAR”)	Abordagem de imputação dos prêmios
Produtos de resseguro	
Resseguro	Abordagem de imputação dos prêmios

Fronteiras contratuais

O normativo prevê que a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. inclua no cálculo dos fluxos de caixa a ligados ao cumprimento dos contratos de seguro e dos contratos de resseguro detido as estimativas dos fluxos de caixa futuros que se inscrevam dentro dos limites de cada contrato do grupo. Os fluxos de caixa inscrevem-se dentro dos limites de um contrato de seguro se decorrem de direitos e obrigações de caráter substantivo existentes durante o período de relato por via dos quais a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. pode obrigar o tomador de seguro a pagar os prêmios ou a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. tem uma obrigação material

de prestar serviços de contratos de seguro ao tomador de seguro.

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. definiu que as fronteiras contratuais em IFRS 17 estarão alinhadas, para a maioria dos produtos, com as fronteiras contratuais já consideradas em Solvência II.

Uma obrigação material de prestação de serviços de contratos de seguro termina quando:

- a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. tiver a possibilidade prática de reavaliar os riscos do tomador de seguro, pelo que pode fixar um preço ou nível de benefícios que reflita plenamente esses riscos; ou

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

- estiverem preenchidos ambos os seguintes critérios:
 - i. a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. tem a possibilidade prática de reavaliar os riscos da carteira de contratos de seguro que contém o contrato e, conseqüentemente, puder fixar um preço ou nível de benefícios que reflita plenamente o risco dessa carteira; e
 - ii. a tarifação dos prémios até à data em que os riscos são reavaliados não tem em conta os riscos que dizem respeito a períodos posteriores à data de reavaliação.

No caso dos contratos de resseguro cedidos, a obrigação substantiva de receber serviços termina quando o ressegurador tem a possibilidade prática de reavaliar os riscos de seguro que lhe foram transferidos e, conseqüentemente, puder definir o preço ou o nível de benefícios que reflitam esse mesmo risco, ou quando o ressegurador tiver o direito substantivo de cessar a cobertura.

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. não reconhece ativos ou passivos relativos a prémios ou sinistros que não estejam inseridos nas fronteiras contratuais –

estes montantes dizem respeito a contratos de seguro futuros.

Aplicação dos modelos de mensuração aos contratos de seguro

1. Modelo geral de mensuração

Mensuração no reconhecimento inicial

No reconhecimento inicial, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. para mensurar os portfólios de contratos de seguro considera o produto resultante da soma:

- dos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos, que compreendem:
 - i. as estimativas dos fluxos de caixa futuros que se inscrevam dentro das fronteiras contratuais;
 - ii. um ajustamento para refletir o valor temporal do dinheiro e os riscos financeiros inerentes aos fluxos de caixa futuros, na medida em que não estejam incluídos nas estimativas dos fluxos de caixa futuros; e
 - iii. um ajustamento pelo risco para o risco não financeiro
- e da margem de serviços contratuais.

Estimativa dos fluxos de caixa futuros

A metodologia seguida pela VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. para apurar o valor das estimativas dos fluxos de caixa futuros:

- incorpora, de uma forma imparcial, todas as informações razoáveis e justificáveis disponíveis sem custos ou

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

esforços indevidos sobre a quantia, a calendarização e a incerteza desses fluxos de caixa futuros;

- reflete a perspectiva da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A., desde que as estimativas das variáveis de mercado relevantes sejam coerentes com os preços de mercado observáveis para aquelas variáveis;
- é corrente - as estimativas refletem as condições existentes à data de mensuração, incluindo os pressupostos para o futuro vigentes nessa data
- é explícita - a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. calcula o ajustamento para os riscos não financeiros separadamente das outras estimativas. Adicionalmente, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. também estima os fluxos de caixa separadamente do ajustamento para o valor temporal do dinheiro e para o risco financeiro.

Taxa de desconto

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. mensura o valor temporal do dinheiro através da utilização de taxas de desconto que reflitam as características de liquidez dos contratos de seguro e que sejam coerentes com os preços de mercado correntes observáveis. As taxas de desconto excluem o efeito de fatores que influenciam esses preços de mercado observáveis, mas não afetam os fluxos de caixa futuros dos contratos de seguro.

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A., para apurar a taxa de desconto, aplica a abordagem *top-down*. Seguindo esta abordagem, a taxa de desconto que a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. aplica resulta da *yield curve* de um portfólio de ativos subjacentes, ou seja de um portfólio de referência, ajustado de forma a refletir as características das responsabilidades.

As taxas de desconto apuradas são as seguintes:

2023	Moeda	1 ano	5 anos	10 anos	20 anos	30 anos
Produtos Mistos	EUR	3,9%	2,9%	3,1%	3,3%	3,4%
Produtos Rendas	EUR	3,9%	3,0%	3,1%	3,4%	3,5%
Produtos Financeiros	EUR	3,8%	2,9%	3,1%	3,3%	3,4%
Produto Financeiro VVI	EUR	3,6%	2,6%	2,7%	3,0%	3,1%

2022	Moeda	1 ano	5 anos	10 anos	20 anos	30 anos
Produtos Mistos	EUR	3,0%	3,2%	3,3%	3,4%	3,3%
Produtos Rendas	EUR	3,1%	3,3%	3,4%	3,4%	3,3%
Produtos Financeiros	EUR	2,9%	3,1%	3,2%	3,3%	3,2%
Produto Financeiro VVI	EUR	2,8%	3,0%	3,1%	3,1%	3,1%

Ajustamento de risco

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

O ajustamento de risco reflete a compensação que a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. exige para suportar a incerteza sobre o montante e a ocorrência dos fluxos de caixa que decorrem do risco não financeiro.

A norma não prevê uma metodologia específica para o cálculo do ajustamento de risco, ditando que deverá ser utilizado julgamento por parte de cada entidade para determinar qual a técnica mais adequada para estimar esta métrica.

Neste sentido, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. optou por utilizar o método do *Value at Risk* para apurar o ajustamento de risco. Esta metodologia permite a seleção, à priori, do nível de confiança pretendido pela VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. para o nível de prudência a considerar no cálculo das responsabilidades com os grupos de contratos, obtendo assim um ajustamento de risco que implicitamente corresponderá ao nível de confiança definido. O nível de confiança definido pela VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. é de 75%.

Margem de serviços contratuais

A margem de serviços contratuais corresponde aos lucros não realizados que a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. reconhecerá ao prestar serviços relativos a contratos de seguro no futuro.

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. mensura a margem de serviços contratuais no reconhecimento inicial de um grupo de

contratos de seguro como a quantia que corresponde à ausência de rendimentos ou gastos resultantes:

- do reconhecimento inicial de uma quantia de fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos;
- de quaisquer fluxos de caixa decorrentes dos contratos do grupo nessa data;
- do desreconhecimento na data do reconhecimento inicial de:
 - I. qualquer ativo para fluxos de caixa de aquisição de seguro; e
 - II. qualquer outro ativo ou passivo reconhecido anteriormente por fluxos de caixa relacionados com o grupo de contratos.

Contratos onerosos

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. classifica, na data do reconhecimento inicial, um contrato de seguro como sendo oneroso se os fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos a ele imputados, acrescidos de quaisquer fluxos de caixa de aquisição de seguros previamente reconhecidos e de quaisquer fluxos de caixa dele decorrentes nessa data de reconhecimento inicial, representarem uma saída líquida.

Quando o fluxo de caixa associado a um grupo de contratos de seguro é negativo, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. reconhece uma componente de perda em ganhos e perdas que leve a que a quantia escriturada de passivo do grupo seja igual aos fluxos de caixa ligados ao

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

cumprimento dos contratos e a que a margem de serviços contratuais do grupo seja igual a zero.

Mensuração subsequente

Na mensuração subsequente a quantia escriturada de um grupo de contratos de seguro no final de cada período de relato corresponde à soma dos passivos de cobertura remanescente e dos passivos para sinistros ocorridos. Os passivos de cobertura remanescente correspondem aos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes à prestação de serviços futuros imputados ao grupo nessa data e à margem de serviços contratuais do grupo de contratos nessa data. Os passivos para sinistros ocorridos compreendem os fluxos de caixa relativos a sinistros incorridos, incluindo eventos que já ocorreram para os quais ainda não foram reportados sinistros e outras despesas de seguro incorridas.

Estimativa dos fluxos de caixa futuros

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. atualiza os valores dos fluxos de caixa futuros estimados no final de cada período de relato, tendo em conta atualizações nas estimativas para os mesmos, para a taxa de desconto e para o ajustamento de risco para risco não financeiro.

Margem de serviços contratuais

O valor da margem de serviços contratuais para um portfólio de contratos de seguro sem

participação nos resultados no final do período de relato é igual à quantia escriturada no início do período de relato, ajustada para refletir:

- o efeito de quaisquer novos contratos acrescentados ao portfólio;
- os juros acrescidos sobre a quantia escriturada da margem de serviços contratuais durante o período de referência, mensurados de acordo com as taxas de desconto especificadas no normativo;
- as alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes à prestação de serviços futuros exceto na medida em que
 - i. esses aumentos dos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos excedam a quantia escriturada da margem de serviços contratuais, dando origem a uma perda; ou
 - ii. essas diminuições dos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos sejam imputadas à componente de perda do passivo de cobertura remanescente
- o efeito de quaisquer variações cambiais sobre a margem de serviços contratuais; e
- a quantia reconhecida como receita de seguros devido à transferência de serviços de contratos de seguro no período, determinada pela imputação da margem de serviços contratuais

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

remanescente no fim do período de relato.

As alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos relacionados com serviços futuros anteriormente referidas incluem:

- ajustamentos em função da experiência resultantes dos prémios recebidos no período que dizem respeito a serviços futuros;
- alterações nas estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros no passivo de cobertura remanescente mensuradas com recurso às taxas de desconto determinadas no reconhecimento inicial, com exceção daquelas que se referem ao efeito do valor temporal do dinheiro e a ajustes no risco financeiro;
- diferenças entre qualquer componente de investimento não distinta com vencimento previsto no período e as componentes de investimento não distintas que efetivamente vençam no período;
- diferenças entre qualquer empréstimo a um tomador de seguro que se prevê que se torne reembolsável no período e o empréstimo efetivo a um tomador de seguro que se torna reembolsável no período.
- alterações no ajustamento pelo risco para o risco não financeiro relativos a serviços futuros.

O valor da margem de serviços contratuais inerente a um dado portfólio é reconhecido pela VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. nos lucros ou perdas de cada período de reporte para refletir os serviços de contratos de seguro prestados no âmbito desse grupo nesse período. O valor é apurado mediante:

- identificação das unidades de cobertura do grupo. O número de unidades de cobertura de um grupo é a quantidade de serviços de contratos de seguro previstos pelos contratos do grupo, determinada pela análise, para cada contrato, da quantidade das prestações previstas no quadro de um contrato e do período esperado da sua cobertura.
- a imputação da margem de serviços contratuais no final do período (antes do reconhecimento de quaisquer quantias nos resultados, para refletir os serviços de contratos de seguro prestados no período), por igual, a cada unidade de cobertura prevista no atual período e para o futuro.
- reconhecimento nos resultados da quantia afetada a unidades de cobertura previstas no período.

Contratos onerosos

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. conclui que um grupo de contratos de seguro se torna oneroso (ou mais oneroso) na mensuração subsequente se as seguintes quantias

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

excederem a quantia escriturada na margem de serviços contratuais:

- alterações desfavoráveis relativas a serviço futuro nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos imputados ao grupo resultantes de alterações nas estimativas dos fluxos de caixa e do ajustamento pelo risco para o risco não financeiro.

Abordagem de imputação dos prémios

Esta abordagem é uma abordagem simplificada pelo que importa salientar que a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. apenas a aplicou porque foram preenchidos os requisitos descritos na norma.

Estes requisitos referem que uma VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. só pode aplicar esta abordagem se:

- tiver razões para crer que esta simplificação conduzirá a uma mensuração do passivo de cobertura remanescente do grupo que não será significativamente diferente daquela que seria obtida pela aplicação do modelo geral de mensuração;
- o período de cobertura de cada contrato do grupo (incluindo os serviços de contratos de seguro decorrentes de todos os prémios dentro dos limites contratuais) é igual ou inferior a um ano.

Mensuração no reconhecimento inicial

No reconhecimento inicial, para apurar a quantia escriturada do passivo a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. considerou:

- os prémios eventualmente recebidos no reconhecimento inicial, se for o caso;
- menos quaisquer fluxos de caixa de aquisição de seguros nessa data; e
- mais ou menos qualquer quantia decorrente do desreconhecimento nessa data do seguinte:
 - i. quaisquer ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros;
 - ii. qualquer outro ativo ou passivo reconhecido anteriormente por fluxos de caixa relacionados com o grupo de contratos.

Os fluxos de caixa de aquisição anteriormente referidos, podem ser diferidos ao longo do período de cobertura dos contratos ou reconhecidos como gastos quando incorridos. A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. optou por diferir os custos de aquisição ao longo da duração dos contratos.

Mensuração subsequente

Para mensurar a quantia escriturada do passivo no final de cada período de relato subsequente, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. teve em consideração:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

- a quantia escriturada no início do período do relato;
- mais os prêmios recebidos durante o período;
- menos os fluxos de caixa de aquisição de seguros, menos os fluxos de caixa de aquisição de seguros
- mais quaisquer quantias respeitantes à amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros reconhecidas como gastos no período de relato;
- mais qualquer ajustamento de uma componente de financiamento;
- menos o montante reconhecido como crédito de seguros por serviços prestados nesse período;
- menos qualquer componente de investimento paga ou transferida para o passivo para sinistros ocorridos.

Conforme mencionado no normativo, não é imperativo ajustar os fluxos de caixa futuros pelo valor temporal do dinheiro e pelo efeito do risco financeiro se a entidade tiver a expectativa de que esses fluxos de caixa irão ser pagos ou recebidos no espaço de um ano ou menos a contar da data de participação dos sinistros.

No caso da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. os fluxos de caixa futuros não são ajustados pelo efeito do valor temporal do dinheiro e dos riscos financeiros, uma vez que o período entre

o recebimento do prémio e a prestação do serviço não é superior a um ano.

À luz do normativo a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. teria de mensurar os passivos para sinistros ocorridos do grupo de contratos de seguro como os fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos relacionados com sinistros ocorridos, em linha com a metodologia que é aplicada para o modelo geral de mensuração. No entanto, a norma prevê uma exceção em que não é necessário ajustar os fluxos de caixa futuros pelo valor temporal do dinheiro se o período entre a data de ocorrência dos sinistros e a liquidação dos mesmos for igual ou inferior a um ano. Esta exceção aplica-se à realidade da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. Assim para mensurar os passivos para sinistros ocorridos a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. não considera o efeito temporal do dinheiro.

Para os contratos de resseguro cedido a aplicação desta abordagem é efetuada em linha com o procedimento acima descrito. Os fluxos de caixa futuros não são ajustados pelo efeito do valor temporal do dinheiro e dos riscos financeiros, e os fluxos de caixa relativos a serviços passados são apurados através de uma percentagem dos fluxos de caixa relativos a serviços passados do seguro direto e não é aplicado ajustamento de risco.

Adicionalmente, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. apura o ajustamento relativo ao risco de

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

incumprimento da contraparte com base nas probabilidades de *default* definidas pela EIOPA, à semelhança do que já é aplicado atualmente em Solvência II.

As curvas de desconto utilizadas pela VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. são idênticas às utilizadas no seguro direto.

Contratos onerosos

Se ao longo ao período de cobertura surgirem factos ou circunstâncias que indiquem que um grupo de contratos de seguro é oneroso, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. apura a diferença entre:

- a quantia escriturada do passivo de cobertura remanescente; e
- os fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes à cobertura remanescente do grupo. No entanto, se não proceder ao ajustamento do passivo para sinistros ocorridos, para o valor temporal do dinheiro e para os efeitos do risco financeiro, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. não deve incluir esses ajustamentos nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos.

Rendimentos e perdas da componente financeira dos contratos de seguro (IFIE)

Os rendimentos e perdas da componente financeira dos contratos de seguro (IFIE) compreendem a variação do valor contabilístico de grupos de contratos de seguros decorrentes do:

- efeito do valor temporal do dinheiro e das suas respetivas variações; e
- efeito do risco financeiro e respetivas variações.

O normativo define que, neste âmbito, uma entidade faça uma opção da política contabilística quanto à necessidade de desagregar os rendimentos ou gastos financeiros do período entre os resultados e outro rendimento integral. A política contabilística selecionada pela entidade deve ser aplicada a portfólios de contratos de seguro. De acordo com a IAS 8.13, a escolha da política contabilística deve ser aplicada de forma consistente a portfólios similares de contratos de seguro.

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. optou pela opção de desagregar o impacto do valor temporal do dinheiro e do risco financeiro entre resultados e outro rendimento integral.

Transição

No momento da transição, o normativo requer que a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. aplique a abordagem retrospectiva para reconhecer e mensurar tanto os contratos de seguro como os de resseguro cedido. À luz desta abordagem, a IFRS 17 teria de ser aplicada como se estivesse desde sempre em vigor.

No entanto, se tal for impraticável o normativo prevê duas possíveis alternativas: a abordagem retrospectiva modificada e a abordagem do justo valor.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. aplicou, aos seus contratos, a abordagem retrospectiva e a abordagem do justo valor.

2 Abordagem retrospectiva

Esta abordagem seria a que, idealmente, as entidades deveriam de aplicar à transição. No entanto, para tal seria necessário que existissem dados históricos completos e que o acesso aos mesmos não fosse nem demasiado custoso nem fossem requeridos esforços indevidos.

Ao aplicar esta abordagem, e tal como o nome indica, seria como se o regime da IFRS 17 tivesse sido sempre aplicado.

Como a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. tem acesso aos dados históricos necessários aplicou esta abordagem aos seguintes portfólios IFRS 17:

- produtos temporários anuais renováveis (“TAR”) de grupo; e
- a todos os portfólios IFRS 17 sem participação nos resultados com exceção das rendas vitalícias fechadas.

3 Abordagem do justo valor

A aplicação da abordagem do justo valor apenas requer a mensuração dos contratos à data de transição, pelo que não é necessário utilizar informação histórica dos mesmos.

Tendo em conta esta abordagem, a margem de serviços contratuais ou a componente de perda do passivo de cobertura remanescente, à transição, corresponde à diferença entre o justo valor de um grupo de contratos nessa data e os fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos respetivos contratos mensurados nessa data.

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. para apurar o justo valor, anteriormente referido, aplicou, quando necessário, a IFRS 13 – Mensuração pelo justo valor.

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. aplicou esta abordagem aos seguintes portfólios IFRS 17:

- Todos os portfólios IFRS 17 com participação nos resultados com exceção dos produtos temporários anuais renováveis (“TAR”) de grupo; e
- às rendas vitalícias fechadas.

A abordagem do justo valor é uma abordagem menos complexa do que a abordagem retrospectiva, pelo que a norma permite que a divisão em *cohorts* anuais seja opcional e que apenas seja aplicada quando existe informação disponível para tal. Adicionalmente, o normativo também prevê que a taxa *locked-in* (taxa na data do reconhecimento inicial dos contratos) possa ser considerada a taxa à data da transição. Neste âmbito, A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. optou por não considerar a separação em *cohorts* anuais.

	Abordagem retrospectiva total	Abordagem do justo valor	Total
Ativos de contratos de seguro		577.683	
Passivos de contratos de seguro	10.996.125	147.720.772	
Total	10.996.125	147.143.089	158.139.214
Ativos de contratos de resseguro	530.956		
Passivos de contratos de resseguro			
Total	530.956	-	530.956

Terrenos e edifícios

No que respeita aos investimentos em terrenos e edifícios, a Companhia considera terrenos e edifícios de uso próprio todas as propriedades que se encontram afetas ao serviço da empresa em parte superior a 5%.

Por aplicação da IAS 16, os imóveis encontram-se valorizados através do modelo de revalorização, existindo avaliações periódicas efetuadas por um avaliador independente, e por períodos entre os três e os cinco anos, de acordo com os métodos reconhecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Reservas de reavaliação se positivas, e em Resultados se negativas ou se esgotada a Reserva de Reavaliação. As taxas de amortização são determinadas pelo número de anos de vida útil atribuída a cada imóvel.

Sempre que a taxa de ocupação de um imóvel, por serviços da empresa, seja inferior aos 5%,

os imóveis são considerados propriedades de investimento, com aplicação da IAS 40. Pelo facto dos imóveis se encontrarem a representar provisões técnicas, a mensuração adotada é o modelo do justo valor de mercado. As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Resultados.

Os fatores que influenciam o reconhecimento de imparidades nos terrenos e edifícios, de acordo com a IAS 36, devem-se principalmente ao declínio significativo nos valores de mercado imobiliário, bem como a danos provocados de forma anormal no imóvel. Os imóveis encontram-se a ser valorizados pelo modelo de revalorização, sendo objeto de avaliação externa independente.

Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

São classificadas como filiais todas as Sociedades sobre as quais a Companhia detém a capacidade de controlar a política operacional e financeira da entidade. O controlo é normalmente presumido quando a Sociedade detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

São classificadas como associadas todas as Sociedades sobre as quais a Companhia detém a faculdade de exercer influência significativa sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade, embora não detenha o seu controlo. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação da Companhia numa participada se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto. A Sociedade pode ainda exercer influência significativa numa participada através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

São classificados como empreendimentos conjuntos (entidades conjuntamente controladas), todas as empresas sobre as quais a Companhia detém a capacidade para controlar conjuntamente com outros empreendedores (acionistas) a política operacional e financeira do empreendimento.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Estes investimentos são registados ao custo de aquisição, sujeito a testes de imparidade. Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição. O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos é avaliado anualmente, independentemente da existência de

indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior valor, entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. Sempre que o valor dos passivos de uma subsidiária, associada ou empreendimento conjunto ultrapassar os seus ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Companhia constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa entidade.

Instrumentos Financeiros (IFRS 9)

Reconhecimento inicial

A classificação dos instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende dos seus termos contratuais e do modelo de negócio para a gestão dos instrumentos tal como descrito abaixo. Os instrumentos financeiros

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

são inicialmente reconhecidos na data da transação e mensurados pelo seu justo valor. Com exceção dos ativos e passivos financeiros registados ao justo valor, os custos de transação são adicionados a este valor.

Categorias de mensuração

A Companhia classifica todos os seus ativos financeiros com base no modelo de negócio para a gestão dos ativos e nos termos contratuais do ativo.

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia determina o seu modelo de negócio ao nível que melhor reflete a forma como gere os grupos de ativos financeiros para atingir o seu objetivo de negócio.

A Companhia detém ativos financeiros para gerar retornos e fornecer uma base de capital para a regularização de sinistros à medida que estes surgem. A Companhia considera o momento, o montante e a volatilidade dos requisitos de fluxos de caixa para suportar as carteiras de responsabilidades de seguros na determinação do modelo de negócio para os ativos, bem como o potencial para maximizar o retorno para os acionistas e o desenvolvimento futuro do negócio.

O modelo de negócio da Companhia não é avaliado instrumento a instrumento, mas a um nível agregado. A frequência, o valor e o momento previstos para a venda de ativos são também aspetos importantes da avaliação.

Os modelos de negócio previstos são:

- HTC (Hold to Collect) - Deter os ativos até à maturidade para recolha dos seus cash-flows contratuais (capital e juros).
- HTC&S (Hold to Collect & Sale) - Modelo de gestão híbrido de deter os ativos até à maturidade para recolha dos seus cash-flows contratuais (capital e juros) e vender sempre que exista oportunidades de mercado ou necessidade para fazer face a responsabilidades no âmbito de compromissos assumidos com clientes.
- Outros Modelos de Negócio - Opção de Justo Valor (títulos pertencentes a carteiras unit-linked ou de trading).

Teste SPPI (Solely Payments of Principal and Interest)

Como segundo passo do processo de classificação, a Companhia avalia os termos contratuais dos ativos para identificar se estes cumprem o teste SPPI.

Os elementos mais significativos dos juros num acordo de dívida são tipicamente a consideração do valor temporal do dinheiro e o risco de crédito. Para fazer a avaliação do SPPI, a Companhia aplica o seu julgamento e considera fatores relevantes, tais como a moeda em que o ativo financeiro é denominado e o período para o qual a taxa de juro é definida.

As categorias são as seguintes:

- Custo amortizado

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

- Justo valor através de reservas (FVOCI)
- Justo valor através de resultados (FVPL)

I. Instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado

Os instrumentos de dívida são detidos ao custo amortizado se ambas as condições seguintes forem satisfeitas:

- Os instrumentos são detidos no âmbito de um modelo de negócio com o objetivo de deter o instrumento para receber os fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do instrumento de dívida dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante de capital em dívida, ou seja, cumprem o estabelecido no denominado Teste SPPI.

Esta categoria corresponde aos ativos anteriormente classificados como HTM – Deter até à maturidade (IAS 39) e que agora são classificados como Custo Amortizado (CA), assumindo explicitamente um modelo de negócio segregado dos demais ativos e o objetivo de manutenção dos mesmos até à maturidade para recolha dos seus cash-flows contratuais.

II. Instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas

A Companhia aplica a nova categoria ao abrigo da IFRS 9 para instrumentos de dívida

mensurados ao FVOCI quando ambas as condições seguintes são cumpridas:

- O instrumento é detido no âmbito de um modelo de negócio, cujo objetivo é tanto a recolha de fluxos de caixa contratuais como a venda de ativos financeiros;
- Os termos contratuais do ativo financeiro cumprem o teste SPPI.

Estes instrumentos incluem maioritariamente instrumentos de dívida que tinham sido anteriormente classificados como disponíveis para venda ao abrigo da IAS 39. Os instrumentos de dívida nesta categoria são aqueles que se destinam a ser detidos para receber fluxos de caixa contratuais e que podem ser vendidos em resposta a necessidades de liquidez ou em resposta a alterações nas condições de mercado.

III. Ativos financeiros mensurados pelo justo valor através de resultados

Os ativos financeiros desta categoria são os que são geridos segundo um modelo de negócio de justo valor, ou que foram designados pela gestão no momento do reconhecimento inicial, ou que são obrigados a ser mensurados ao justo valor nos termos da IFRS 9. Esta categoria inclui os instrumentos de dívida cujas características de fluxos de caixa não cumprem o critério SPPI ou não são detidos no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em receber fluxos de

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

caixa contratuais, ou em receber fluxos de caixa contratuais e vender.

Mensuração subsequente

I. Instrumentos de dívida ao custo amortizado

Após a mensuração inicial, os instrumentos de dívida são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva (TJE), menos a provisão para imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer desconto ou prémio na aquisição e as comissões ou custos que são parte integrante da TJE. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas na demonstração de resultados quando os investimentos estão em imparidade.

II. Instrumentos de dívida ao justo valor através de reservas

Os instrumentos de dívida registados ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI) são subsequentemente mensurados ao justo valor com os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor reconhecidos em OCI. Os rendimentos de juros e os ganhos e perdas cambiais são reconhecidos nos resultados da mesma forma que os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, tal como adiante. O cálculo da ECL para instrumentos de dívida ao FVOCI é também explicado mais adiante. Quando a Empresa detém mais do que um investimento no mesmo título, considera-se que estes são alienados numa base de “FIFO”. Aquando do

desreconhecimento, os ganhos ou perdas acumuladas anteriormente reconhecidos no OCI são reclassificados de OCI para ganhos e perdas.

III. Ativos financeiros pelo justo valor através de resultados

Os ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados na demonstração da posição financeira pelo justo valor. As variações do justo valor são registadas nos resultados. Os juros vencidos relativos a ativos obrigatoriamente mensurados ao justo valor através de resultados são registados à taxa de juro contratual. Os rendimentos de dividendos de instrumentos de capital próprio mensurados ao FVPL são registados nos resultados como outros juros e proveitos similares quando o direito ao pagamento tiver sido estabelecido.

Reclassificação dos ativos e passivos financeiros

A Companhia não procede à reclassificação dos seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, salvo em circunstâncias excecionais em que a Companhia adquire, aliena ou encerra um ramo de atividade.

Desreconhecimento

Desreconhecimento que não seja por modificação substancial

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, ou
- A Companhia transferiu o seu direito de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar os fluxos de caixa recebidos na totalidade e sem atrasos materiais a um terceiro segundo um acordo de “passagem”; e ou:
 - a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou
 - (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

A Companhia considera que o controle é transferido se, e apenas se, aquele que recebe a transferência tiver a capacidade prática de vender o ativo na sua totalidade a um terceiro não relacionado e for capaz de exercer essa capacidade unilateralmente e sem impor restrições adicionais à transferência.

Quando a Empresa não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios e reteve o controle do ativo, o ativo continua a ser reconhecido apenas na medida do envolvimento continuado da Empresa, caso em que a Empresa reconhece também um passivo associado. O ativo transferido e o passivo

associado são mensurados numa base que reflete os direitos e obrigações que a Companhia reteve.

Desreconhecimento devido a modificação substancial dos termos e condições

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os termos e condições foram renegociados ao ponto de, substancialmente, se tornar um novo instrumento, sendo a diferença reconhecida como um ganho ou perda de desreconhecimento. No caso de instrumentos de dívida ao custo amortizado, os empréstimos recém-reconhecidos são classificados como Stage 1 para efeitos de mensuração de perdas de crédito esperadas.

Ao avaliar se deve ou não desreconhecer um instrumento, a Companhia considera, entre outros, os seguintes fatores:

- Alteração da moeda do instrumento de dívida;
- Introdução de uma característica de capital próprio;
- Alteração da contraparte;
- Se a modificação for tal que o instrumento deixe de cumprir o critério SPPI.

Se a modificação não resultar em fluxos de caixa que sejam substancialmente diferentes, a modificação não resulta no desreconhecimento. Com base na alteração dos fluxos de caixa descontados à TIR original,

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

a Companhia regista um ganho ou perda de modificação.

Imparidade de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos nos termos do contrato e todos os fluxos de caixa que a Empresa espera receber, descontados à taxa de juro efetiva adequada.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas fases. Relativamente às posições em risco de crédito para as quais não se registou um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são fornecidas para perdas de crédito resultantes de eventos de incumprimento que são possíveis nos próximos 12 meses (perdas de crédito esperadas a 12 meses).

Para as posições em risco de crédito relativamente às quais se registou um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é exigida uma provisão para perdas relativamente às perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da posição em risco, independentemente do momento do incumprimento (uma ECL até ao vencimento).

A Companhia considera que um ativo financeiro está em situação de incumprimento

(com imparidade de crédito) quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. No entanto, em certos casos, a Empresa pode também considerar que um ativo financeiro está em situação de incumprimento quando informações internas ou externas indicam que é pouco provável que a Empresa receba os montantes contratuais em dívida. Um ativo financeiro é anulado quando não existe uma expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Cálculo das perdas de crédito esperadas (ECL)

A IFRS 9 altera o critério de determinação de imparidade, introduzindo o conceito de perda esperada que substitui a perda incorrida. As perdas por imparidade deverão ser reconhecidas para todos os ativos ao custo amortizado e para instrumentos de dívida ao justo valor através de OCI e não apenas quando as perdas de crédito são incorridas.

O cálculo de imparidade não é aplicável para instrumentos de capital, ou instrumentos de dívida mensurados ao justo valor por resultados.

Neste enquadramento de imparidade deixa de ser necessário ocorrer um evento de perda para que sejam reconhecidas perdas por imparidade. Deverão ser reconhecidas perdas esperadas de crédito desde a data da aquisição dos ativos financeiros e atualizá-las em cada data de reporte de forma a refletir adequadamente as alterações no risco de crédito dos instrumentos financeiros.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

O reconhecimento de imparidade deverá basear-se em informações históricas e atuais, bem como estimativas futuras que sejam fiáveis, razoáveis, suportáveis e disponíveis sem custo ou esforço excessivo.

Em particular, o reconhecimento das perdas esperadas de crédito é dependente de qual das três Stages um instrumento financeiro específico se encontra.

Os diferentes estados de imparidade:

- Stage1 – Performing - Ativos financeiros de risco de crédito baixo ou para os quais não tenha ocorrido um aumento significativo no seu risco de crédito.
 - Para estes ativos a imparidade corresponde à perda esperada a 12 meses, ou seja, o valor de perdas esperadas até ao final do contrato que resultam de eventos de default que venham a ocorrer nos próximos 12 meses após a data do reporte (visão forward looking).
- Stage 2 – Underperforming - Ativos financeiros para os quais se observa um aumento significativo de risco face ao momento de aquisição.
 - Neste caso, a perda esperada é apurada até à data de vencimento do ativo (lifetime expected loss).
- Stage 3 – Not Performing - Os ativos financeiros com evidência objetiva de imparidade.

- Para estes ativos existe a evidência objetiva de incumprimento/default, devendo a entidade registar a perda total estimada.

A classificação de um ativo diretamente no Stage2, ou a passagem de Stage1 para Stage2 deverá ser efetuada tendo por base critérios que demonstrem a detioração do nível de risco. Mais à frente no documento são concretizados os critérios definidos internamente pela companhia.

Determinação da perda estimada (ECL – Expected Credit Loss)

$$ECL = \sum_{t=1}^T PD_t \times LGD_t \times EAD_t \times D_t$$

PD = Probabilidade de Default

LGD (Loss Given Default) = Perda esperada em caso de default

EAD = Exposição ao ativo

D = Taxa de Desconto

A norma estabelece algumas recomendações, das quais se destaca, a necessidade da probabilidade de default ter em conta as perspetivas económicas, numa visão forward looking. Adicionalmente, a ECL deverá ter em conta a exposição inicial, assim como os juros numa base descontada.

Instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

A ECL relativas a instrumentos de dívida mensurados pelo FVOCI não reduzem a quantia escriturada destes ativos financeiros na demonstração da posição financeira, que permanece pelo justo valor. Em vez disso, é reconhecida no OCI como um débito correspondente no resultado. O ganho acumulado reconhecido no OCI é reciclado para os lucros ou prejuízos aquando do desreconhecimento dos ativos.

Informação prospetiva

No seu modelo ECL, a Companhia baseia-se numa vasta gama de informações prospetivas de dados económicos.

Ajustamento de recibos por cobrar

As alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº122/2005 e pelo Decreto-lei nº199/2005, na sua generalidade, vêm estipular que o contrato de seguro só produz efeitos com o pagamento do prémio ou fração por parte do tomador de seguro. A IFRS 17, vem de um modo geral introduzir semelhante conceito, uma vez que se baseia em cash-flows e neste sentido, as responsabilidades assumidas têm em consideração os prémios recebidos.

Assim, e pelo facto de existirem diversas formas de pagamentos de prémios em que alguns podem ainda se encontrar por cobrar, torna-se ainda necessário proceder a um ajustamento que traduza de alguma forma, a incobrabilidade dos mesmos.

O ajustamento de recibos por cobrar tem por objetivo adequar o montante dos prémios em cobrança para o seu valor estimado de realização.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são valorizados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumulada.

As amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens e que se situa entre os 3 e os 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridos.

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição. As suas amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais que refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

- Equipamento administrativo 12,5%
- Máquinas e ferramentas 12,5% a 25%
- Equipamento informático 25% e 33%
- Instalações interiores 10% a 16,66%

As amortizações são registadas em gastos do exercício. A Companhia avalia,

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

periodicamente, a adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis.

A avaliação efetuada para determinação da existência de imparidade nos ativos tangíveis e intangíveis é efetuada tendo por base indicadores internos que avaliam os níveis de obsolescência ou danos físicos e/ou a expectativa de declínio na performance do ativo. Dependendo dos casos, o procedimento adotado reveste-se de duas formas, ou a vida útil do bem é ajustada ou o bem é abatido, pelo que não haverá lugar a registo de imparidade.

Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Esta rubrica engloba os valores registados no balanço cuja maturidade é inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito, exceto os valores que não estejam associados a uma natureza de investimento.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação

contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio na data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

Benefícios aos empregados

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos. De salientar as seguintes alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho: (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixam de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal pago em 2012 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo

plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (*settlement*).

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma foram calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados.

Plano de contribuição definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objeto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos.

Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no ativo admitidos na atividade seguradora após 22 de junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua conta individual foi afeto ao respetivo plano individual de reforma.
- Para os colaboradores dos Associados na situação de ativos, admitidos na atividade seguradora até 22 de junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de acordo com

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

o método e pressupostos utilizados na avaliação atuarial de 28 de fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de junho de 2012.

De acordo com a legislação em vigor, o Plano Individual de Reforma constituído tem garantia de capital.

Plano de benefício definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

- pagamento de pensões a todos os beneficiários que, à data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;
- atualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos diretamente numa rubrica de capital próprio.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia

e pressupostos dos benefícios pós-emprego. Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros resultam do imposto corrente e do imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que serão também registados por contrapartida de capitais próprios.

Os impostos correntes são apurados de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis. As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;

- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros mensurados ao justo valor por reservas e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas. O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

Dividendos

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Inventários

Os inventários são valorizados ao menor dos valores entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual, sendo o custo médio, o método de custeio aplicado.

O valor realizável líquido, é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade empresarial deduzindo os custos estimados de conclusão e os custos estimados para efetuar a venda.

Sempre que o valor realizável líquido for inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução do valor dos inventários, mediante reconhecimento de uma perda por imparidade, sendo estas registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, na demonstração de resultados. Estas poderão ser revertidas sempre que deixarem de existir os motivos que as originaram.

Locações

A Companhia classifica como ativos sob direito de uso, os contratos de locação sobre o qual é transmitido o direito de usar e controlar um ativo, por um período superior a um ano.

Estes contratos de locação são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que corresponde ao valor atual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo.

As componentes de locação variável, são registadas nos resultados da Companhia, nos períodos a que dizem respeito.

As amortizações do ativo são registadas em gastos do exercício, de forma linear e constante ao longo do período do contrato.

As locações que não cumpram com o critério definido para Ativo sob direito de uso, são registadas nos resultados da Companhia, nos períodos a que dizem respeito.

Transição e respetivos impactos

A norma IFRS 17 ‘Contratos de seguro’ substitui a IFRS 4 e aplica-se a todas as entidades emitentes de contratos de seguro, de resseguro ou de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emitentes de contratos de seguro. Os impactos que a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. apurou à data de transição, 31 de dezembro de 2021, podem ser analisados como se segue:

	31.12.2021	Reclassificações	Desreconhecimento IFRS 4	Reconhecimento IFRS 17	Impacto Fiscal	Ajustamentos de transição	01.01.2022 Reexpresso
Caixa e seus equivalentes de caixa	3.318.060						3.318.060
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	591						591
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	32.347.886						32.347.886
Ativos disponíveis para venda	142.273.959						142.273.959
Empréstimos e contas a receber	7.718.444						7.718.444
Investimentos a deter até à maturidade	5.702.952						5.702.952
Terrenos e edifícios	38.196.370						38.196.370
Outros Ativos tangíveis	773.498						773.498
Inventários	30.636						30.636
Ativos sob direito uso	499.678						499.678
Outros Ativos intangíveis	3.316.538						3.316.538
Ativos por contratos de seguro				530.956		530.956	530.956
Ativos por contratos de resseguro	611.819			131.034		131.034	742.853
Ativos por impostos	1.760.375				1.011.224	1.011.224	2.771.599
Restantes elementos do ativo	4.225.225	(396.205)				(396.205)	3.829.020
TOTAL do ATIVO	240.776.031						242.053.041
Passivos por contratos de seguro	163.796.352	(9.916.694)	(153.879.658)	158.670.170		(5.126.182)	158.670.170
Passivos por contratos de resseguro							-
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	32.471.779	9.735.129				9.735.129	42.206.908
Outros passivos financeiros	5.000.000						5.000.000
Passivos por impostos	1.897.748						1.897.748
Restantes elementos do passivo	10.447.404	151.169				151.169	10.598.573
TOTAL do PASSIVO	213.613.283						218.373.399
Capital	8.500.000						8.500.000
Reservas de reavaliação	3.876.553						3.876.553
Reserva da componente financeira dos contratos de seguro e resseguro				(56.351)		(56.351)	(56.351)
Reserva por impostos	(992.396)			12.679		12.679	(979.717)
Outras reservas	10.790.461						10.790.461
Resultados Transitados	4.911.373			(3.439.433)		(3.439.433)	1.471.940
Resultados do exercício	76.757						76.757
TOTAL do CAPITAL PROPRIO	27.162.748						23.679.642

As seguintes tabelas têm o intuito de demonstrar o impacto que a abordagem aplicada à transição tem sobre a margem de serviços contratuais e os proveitos de

contratos de seguros no período subsequente, conforme previsto no parágrafo 114 do normativo.

	Novos contratos e contratos mensurados sob a abordagem retrospectiva total na transição	Contratos mensurados sob a abordagem do justo valor na transição	Total
CSM a 31 de dezembro de 2022	2.310.763	5.173.219	7.483.982
Alterações que digam respeito a serviços atuais			
Margem de serviços contratuais reconhecida pelos serviços efetuados	(285.915)	(1.244.456)	(1.530.371)
Alterações que digam respeito a serviços futuros			
Alterações nas estimativas que constituem ajustamentos da margem de serviços contratuais	134.945	(2.011.116)	(1.876.171)
Contratos objeto de reconhecimento inicial durante o período	653.662	215.687	869.349
Ajustamentos de experiência	(116.732)	3.991.426	3.874.695
Gastos (Rendimentos) financeiros de contratos de seguro emitidos	68.839	73.439	142.279
Total reconhecido em rendimento integral	454.799	1.024.981	1.479.780
CSM a 31 de dezembro de 2023	2.765.562	6.198.200	8.963.762

	Novos contratos e contratos mensurados sob a abordagem retrospectiva total na transição	Contratos mensurados sob a abordagem do justo valor na transição	Total
CSM a 1 de janeiro de 2022	1.367.351	1.157.805	2.525.156
Alterações que digam respeito a serviços atuais			
Margem de serviços contratuais reconhecida pelos serviços efetuados	(208.021)	(1.613.007)	(1.821.028)
Alterações que digam respeito a serviços futuros			
Alterações nas estimativas que constituem ajustamentos da margem de serviços contratuais	1.296	25.051.052	25.052.348
Contratos objeto de reconhecimento inicial durante o período	1.247.695	2.351.105	3.598.800
Ajustamentos de experiência	(138.828)	(21.839.518)	(21.978.346)
Gastos (Rendimentos) financeiros de contratos de seguro emitidos	41.270	65.782	107.052
Total reconhecido em rendimento integral	943.412	4.015.414	4.958.826
CSM a 31 de dezembro de 2022	2.310.763	5.173.219	7.483.982

A norma IFRS 9 'Instrumentos Financeiros' substituiu a IAS 39, cuja data para aplicação inicial foi permitida para o início de 2023 para acompanhar a introdução da IFRS 17.

A Companhia não aplicou a IFRS 9 retrospectivamente, no entanto seguiu a overlay approach na apresentação das suas contas, significa que de modo a minimizar

desfasamentos na informação comparativa foi utilizada a IFRS 9, na classificação e mensuração dos ativos financeiros. Os impactos que a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. apurou à data de transição, 31 de dezembro de 2022, podem ser analisados como se segue:

	IAS 39 31/12/2022		IFRS 9 abertura 01/01/2023			
	Valor	Reclassificação	ECL	Outros	Ajustamento de transição	Valor
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	30 542 958	(30 542 958)				
Para: Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas		(30 542 958)				
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas						
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado						
Ativos disponíveis para venda	124 697 818	(124 697 818)				
Para: Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas		(15 005 180)				
Para: Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas		(109 692 638)				
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado						
Empréstimos e contas a receber	7 714 535	(7 714 535)				
Para: Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas		(7 714 535)				
Investimentos a deter até à maturidade	5 714 263	(5 714 263)				
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas						
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas						
Para: Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		(5 714 263)				
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas		45 548 138	0	0	0	45 548 138
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas		109 692 638	(94 442)	94 442	0	109 692 638
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		13 428 798	(3 957)	0	(3 957)	13 424 841

Estimativas e Julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de

forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Impostos sobre os lucros

A Companhia encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia, durante um período de cinco ou pelo prazo de recuperação dos prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração VICTORIA, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionada devido

a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso das variações de justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Passivos de contratos de seguro

A introdução da IFRS 17 obriga a julgamentos quer na fase de transição, com a necessidade de avaliar/classificar todos os produtos em carteira, quer no decurso normal da atividade, nomeadamente com o lançamento de novos produtos.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Da análise efetuada, verificou-se que os produtos comercializados cumprem com o preconizado no normativo e como tal, os produtos no âmbito da IFRS 4 ficam no âmbito da IFRS 17 e os que no âmbito da IAS 39 ficarão no âmbito da IFRS 9. O reconhecimento e mensuração dos contratos de seguro é efetuado tendo em consideração os contratos de seguro com riscos similares e que são geridos de forma conjunta, garantindo dessa forma uma visão verdadeira do desempenho da empresa.

Os passivos por contratos de seguros incluem passivos por serviços futuros, que representam estimativas de cash-flows relativamente aos contratos em carteira, e passivos por serviços passados, relacionados com os sinistros

reportados e/ou estimados, determinados de acordo com princípios atuariais.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Os passivos de contratos de seguro não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

IV - GESTÃO DE RISCOS

Em 2023, manteve-se o alinhamento do modelo de gestão de risco e sistema de governação da VICTORIA à realidade do grupo SMA. A estrutura organizacional que suporta o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno manteve-se também assente no modelo das três linhas de defesa, suportada pela existência de Comités específicos.

No que diz respeito à área de Gestão de Riscos, enquadrando-se na segunda linha de defesa,

tem como principal missão garantir a existência de um Sistema de Gestão de Riscos adequado e eficaz, que permita identificar, mensurar, monitorizar e comunicar os riscos nas suas diversas vertentes e dimensões, possibilitando à gestão e tomada de decisão incorporar este conhecimento.

Os Comités que suportam diretamente e garantem o desenvolvimento contínuo da gestão baseada no risco são: Comité de Risco, Comité Gestão Ativo Passivo, Comité de

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Subscrição e Comité de Risco Operacional. Todos eles mantiveram o âmbito e a estrutura face ao ano transato. Nestes comités participam as funções chave, nomeadamente no Comité de Risco que tem uma periodicidade mínima trimestral e conta com a participação do Responsável da função chave gestão de risco.

No âmbito do regime de Solvência II, destaca-se o nível de maturidade deste sistema e respetiva integração na gestão e tomada de decisão, assinalando-se as seguintes atividades:

- Manutenção do reporte extraordinário de SII determinado pela ASF no âmbito do contexto de pandemia;
- Reporte quantitativo e narrativo anual integral;
- Reporte quantitativo trimestral;
- Cerificação por parte do Revisor Oficial de Contas e dos Atuários Responsáveis dos resultados de Solvabilidade, bem como da informação a disponibilizar ao público;
- Revisão anual da matriz de grandes riscos, mantendo o alinhamento da mesma com a metodologia do grupo e métricas de solvência II de forma a monitorizar de perto e mitigar a exposição aos riscos de maior impacto;
- Revisão anual das políticas existentes garantindo o contínuo alinhamento com o grupo;

- Elaboração do exercício de Avaliação Interna do Risco e da Solvência, a nível solo e de grupo, o qual dá suporte à tomada de decisão para a estratégia definida para os próximos 5 anos;
- Manteve-se a nível do grupo um Comité específico de Qualidade de Dados, reunindo todas as filiais do grupo e garantindo o cumprimento de um adequado desenvolvimento e implementação de uma Política de Qualidade de Dados, tendo por base a fiabilidade dos valores apurados em termos de solvência e gestão do negócio, nomeadamente com a identificação dos dados sensíveis e respetivos controlos;
- Formalização da identificação das funções-chave junto do supervisor.

1. RISCO ESTRATÉGICO

O risco estratégico corresponde ao risco de perdas por decisões e objetivos estratégicos inadequados.

Neste âmbito a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. realiza um conjunto de ações de forma a mitigar este risco, tal como a manutenção de um planeamento estratégico a médio prazo com a construção de um orçamento a cinco anos. A curto prazo, a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A define a elaboração anual do plano de ações estratégicas a desenvolver e implementar. A estratégia é definida tendo em

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

conta a realidade da Companhia, nomeadamente a sua capacidade de aceitar os riscos delineados, bem como o contexto do mercado segurador e financeiro envolvente.

O acompanhamento da evolução das ações definidas e do orçamento anual é realizado com uma periodicidade mensal, permitindo assim analisar possíveis desvios e impactos face ao previsto e, em caso de necessidade, implementar medidas de mitigação.

Dada a importância que a estratégia delineada assume na organização, esta é apresentada na reunião anual, por forma a garantir que a mesma é do conhecimento e é seguida por todos os colaboradores.

2. RISCO REPUTACIONAL

O risco reputacional corresponde ao risco de perdas originadas por eventos adversos, que possam afetar negativamente a imagem da Companhia perante os seus Stakeholders (clientes, fornecedores e restantes partes interessadas). As perdas resultantes deste risco podem refletir-se através da diminuição da

receita, do aumento de custos operacionais, da perda de capital e/ou da destruição do valor do acionista.

Dado este risco assumir particular relevância na atividade seguradora - sector em que a “confiança” é um dos valores chave – a Companhia tem monitorizado periodicamente a sua evolução através da análise dos indicadores de mercado, bem como através da análise do relatório trimestral da evolução das reclamações (por tipologia, rácio de razão dos clientes, bem como rapidez de resposta).

3. RISCO ESPECÍFICO DE SEGUROS

O risco específico de Seguros pode resultar em perdas inesperadas, que se tornarão evidentes através da insuficiência dos prémios e/ou das provisões constituídas para fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos e/ou a assumir.

A análise sobre os diversos cenários pode ser observada nos quadros seguinte:

I. Contratos de seguro

	Impacto em Capital	Impacto em Resultados	Margem de Serviços Contratuais
Cenário Base	1.342.400	3.917.775	8.963.762
Taxa de Mortalidade +5%	118.537	249.912	269.869
Taxa de Mortalidade -5%	395.831	(537.755)	(17.501)
Resgates +10%	(242.643)	113.982	(119.709)
Despesas +10%	(150.892)	(194.073)	(358.080)
Taxa de Desconto +1%	7.207.216	92.864	42.662
Taxa de Desconto -1%	(8.187.852)	(105.087)	(48.783)

II. Ativos financeiros

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Impacto de subida de 100 p.b. nas taxas de juro

Títulos	Valor de balanço	Impacto na Reserva de Reavaliação	Resultado de Investimentos
Títulos de Rendimento Fixo	127 828 705	- 3 123 484	- 519 137
De Dívida Pública	18 187 810	- 460 460	- 44 294
De Outros Emissores Públicos	4 222 427	- 79 684	- 12 568
De Outros Emissores	105 418 469	- 2 583 341	- 462 274
Títulos de Rendimento Variável	33 550 153	-	- 474 892
Partes de Capital em Associadas	591	-	-
Ações cotadas	71 545	-	-
Unidades de Participação em fundos de investime	33 478 017	-	- 474 892
Total	161 378 858	- 3 123 484	- 994 028

Impacto de descida de 100 p.b. nas taxas de juro

Títulos	Valor de balanço	Impacto na Reserva de Reavaliação	Resultado de Investimentos
Títulos de Rendimento Fixo	127 828 705	3 316 125	574 289
De Dívida Pública	18 187 810	493 718	46 039
De Outros Emissores Públicos	4 222 427	84 230	13 129
De Outros Emissores	105 418 469	2 738 177	515 121
Títulos de Rendimento Variável	33 550 153	-	474 892
Partes de Capital em Associadas	591	-	-
Ações cotadas	71 545	-	-
Unidades de Participação em fundos de investime	33 478 017	-	- 474 892
Total	161 378 858	3 316 125	1 049 181

3.1 Políticas de subscrição

Relativamente às políticas de subscrição, formalizadas na Política de Subscrição e Provisionamento publicada, mantêm-se os critérios de análise de risco prudentes, tendo em conta a experiência da VICTORIA, o conhecimento do mercado e as indicações dos resseguradores.

A aceitação de riscos no Ramo Vida é efetuada pelo Departamento Técnico Pessoais com base no manual de Subscrição. As normas de aceitação são revistas sempre que necessário, de acordo com a evolução do mercado e segundo os critérios de prudência definidos, e dependem sobretudo das variáveis: idade das pessoas a segurar e respetivos capitais seguros. A VICTORIA Vida dispõe para a avaliação de riscos médicos de um Gabinete Médico, sendo a aceitação clínica e correspondente tarificação

efetuada em conjunto por este e pela Direção Técnica.

3.2 Tarificação

A VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. tem como objetivo garantir a adequação dos prémios praticados, relativamente aos riscos assumidos.

A construção de tarifas é efetuada pela área do atuariado e departamento técnico. Dependendo do tipo de produto, são analisadas as variáveis relevantes para a avaliação do risco, visando garantir a elaboração de bases técnicas prudentes, adequadas ao risco e à rentabilidade expectável.

3.3 Provisionamento

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

As provisões técnicas são calculadas de acordo com os pressupostos contratualmente definidos para cálculo dos prêmios, exceto no caso de algumas carteiras de Rendas Vitalícias mais antigas que se atualizaram para pressupostos mais prudentes.

3.4 Resseguro

A VICTORIA segue uma política de resseguro clara e rigorosa, transferindo parte dos riscos

por si assumidos através de tratados de resseguro adequados ao perfil da carteira. Por outro lado, efetua também uma escolha criteriosa da pool de resseguradoras realizando uma análise da respetiva capacidade financeira.

O resseguro existente na Companhia tem por base os tratados de resseguro, proporcionais e não proporcionais, resumidos no quadro seguinte:

Ramo	Tipo de Resseguro
Vida Individual	Proporcional
Vida Grupo	Proporcional
Vida Individual/Grupo (catástrofe)	Não Proporcional

Como membro do *International Group Program* (IGP), a VICTORIA mantém ainda um acordo de resseguro com a seguradora *John Hancock* (gestor do IGP).

No quadro abaixo, encontram-se os prêmios de seguro direto e de resseguro:

Ramos	Prémios 2023			Prémios 2022		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Tx cedência	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Tx cedência
Vida Individual	13 089	707	5%	14 438	1 426	10%
Vida Grupo	18 133	4 580	25%	16 363	2 699	16%
TOTAL	31 222	5 287	17%	30 801	4 125	13%

Obs.: Estes valores não incluem contratos de Investimento classificados de acordo com o Novo Planos de Contas das Empresas de Seguros.

3.5 Riscos de Prémios

Os riscos biométricos abrangem os eventos que possam originar possíveis perdas, relacionados com pressupostos de mortalidade, longevidade e invalidez. A exposição de cada a contrato a cada um destes riscos depende da natureza do produto.

A carteira de Vida, com exposição a este risco, mantém-se essencialmente composta por seguros mistos e de risco com uma componente significativa de seguros complementares de invalidez. Por esta razão, apresenta uma maior exposição nestes produtos aos riscos de mortalidade e de invalidez.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

A análise deste risco é efetuada anualmente através da utilização de pressupostos de mortalidade e invalidez baseados nas melhores estimativas decorrentes da análise histórica da carteira da Companhia e de dados de mercado, aferindo-se assim a existência da necessidade ou não de uma revisão das respetivas bases técnicas.

3.6 Risco de Descontinuidade

O risco de descontinuidade é o risco inerente à resolução dos contratos antes do termo acordado ou à cessação do pagamento de prémios, através por exemplo de resgate, anulação ou redução de apólices.

A taxa de descontinuidade é monitorizada regularmente de forma a acompanhar o impacto no valor das carteiras, quer pela Direção Técnica Pessoais, como pela área de Gestão de Riscos, Atuariado e Resseguro. Em particular, é efetuado um acompanhamento mensal da taxa de anulação para os produtos de risco.

3.7 Risco de Despesas

O risco de despesas encontra-se relacionado com o possível impacto da variação das despesas nos custos da Companhia.

Relativamente a este risco, mantém-se o acompanhamento mensal da evolução das despesas, bem como a análise do indicador do respetivo peso relativamente aos prémios brutos emitidos.

3.8 Risco Catastrófico

O risco catastrófico está associado a eventos extremos, ou seja, eventos de baixa frequência e grande severidade. Tendo em conta a natureza dos contratos de seguro do ramo vida, a principal fonte de exposição a este risco advém de aumentos significativos na mortalidade. A VICTORIA mitiga a sua exposição a este risco através da celebração de tratados de resseguro específicos, tendo como principal objetivo mitigar o risco de grandes sinistros/eventos catastróficos, reduzindo assim a necessidade de capital, bem como proteger os interesses de todas as partes envolvidas.

Medidas para mitigação do Risco específico de Seguros

A mitigação dos riscos biométricos é efetuada através de uma adequada tarifação e da aplicação de uma cuidadosa e rigorosa política de subscrição. O acompanhamento anual dos desvios ocorridos entre os montantes efetivamente pagos em caso de morte ou em caso de vida para seguros de rendas e os valores esperados, permite efetuar uma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas no cálculo dos prémios e das provisões. A VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. utiliza também o resseguro como forma de mitigação do risco de mortalidade através da celebração de tratados de proteção de retenção.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

4. RISCO DE MERCADO

A gestão de investimentos da VICTORIA é efetuada através de mandatos celebrados com a empresa SMA Vie, pertencente também ao grupo SGAM. No ano corrente manteve-se a linha orientadora da estratégia de investimentos, continuando a dar prioridade à seleção de ativos com valor, em alternativa a uma simples seleção de classes de ativos, e implementada consistentemente através de uma agregação de oportunidades de valor, restringida pelas características técnicas e legais das carteiras de investimento, e alicerçada numa elevada solidez financeira. A

gestão foi acompanhada de forma regular pelo Comité de Gestão Ativo Passivo, constituído por representantes das áreas financeira, atuarial, técnica e de risco. Foram também definidos processos locais de monitorização do risco de crédito e do risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos, a 31 de dezembro 2023 e comparativamente com o período homólogo, por tipo de ativos (valores de balanço):

Títulos	2023	2022	Var %
Nacionais	7.074.438	8.369.364	-15,5%
Títulos de Rendimento Fixo	7.000.062	8.319.493	-15,9%
De Dívida Pública	7.000.062	8.319.493	-15,9%
Títulos de Rendimento Variável	74.376	49.871	49,1%
Partes de Capital em Associadas	591	591	0,0%
Estrangeiros	154.304.420	152.586.267	1,1%
Títulos de Rendimento Fixo	120.828.643	126.599.224	-4,6%
De Dívida Pública	11.187.748	17.324.680	-35,4%
De Outros Emissores Públicos	4.222.427	9.340.915	-54,8%
De Outros Emissores	105.418.469	99.933.628	5,5%
Títulos de Rendimento Variável	33.475.777	25.987.043	28,8%
Ações cotadas	71.545	76.630	-6,6%
Unidades de Participação em fundos de investimento	33.404.232	25.910.414	28,9%
Total	161.378.858	160.955.630	0,3%

O

Risco de Mercado é composto pelos pontos que se apresentam de seguida.

[4.1.1 Risco de variação de preços no mercado de capitais, Risco de taxa de juro e Risco imobiliário](#)

Estes riscos resultam da instabilidade dos mercados financeiros, provocada por variações

adversas nas taxas de juro, taxas de câmbio, no valor do imobiliário ou nos preços das ações.

Tendo em conta a natureza do negócio Vida, onde grande parte dos contratos é de médio e longo prazo, o risco de *mismatching* assume especial relevo, efetuando neste ponto a VICTORIA um acompanhamento periódico dos ativos afetos às responsabilidades.

Em dezembro de 2023 a taxa de cobertura ativo versus passivo foi de 125,6% (2022: 116,6%).

(un: milhares euros)

Carteira	Ativos	Provisões Técnicas (IFRS17 e 9)	Cobertura
Groupe A	49.057,6	42.789,0	115%
Groupe B	65.128,6	30.486,8	214%
Groupe C & D	2.668,8	2.635,4	101%
VVI	56.233,6	55.124,5	102%
Confiança PPR	3.829,3	3.507,0	109%
Sub-Total VIDA	176.917,9	134.542,7	131,5%
VRV	3.915,3	3.915,3	100%
Invest	368,2	368,2	100%
VZ	1.967,8	1.967,8	100%
V+	4.057,2	4.057,2	100%
VGR	263,0	263,0	100%
Novo Valor PPR	1.385,1	1.385,1	100%
VGv	1.643,6	1.643,6	100%
Maximização	725,1	725,1	100%
Bluecrow	245,2	245,2	100%
Lifeplan	17.176,4	17.176,4	100%
CI SPR	3.324,2	3.261,1	102%
Sub-Total ULs	35.071,1	35.008,0	100,2%
Total Vida Afectos	211.988,9	169.550,7	125,0%
Livres	1.038,5	n.a.	0,0%
TOTAL VIDA	213.027,5	169.550,7	125,6%

4.1.2 Risco de spread e Risco de liquidez

A incerteza face ao momento de ocorrência e ao montante dos fluxos de saída de caixa relacionados com a atividade seguradora pode afetar a capacidade da empresa de seguros para fazer face às suas responsabilidades,

podendo implicar custos adicionais na alienação de investimentos ou outros ativos.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) tendo em consideração as diferentes maturidades dos ativos financeiros:

Maturidades	2023	%	2022	%
<1 ano	23.319.778	13,8%	32.496.073	19,3%
1 a 2 anos	19.665.984	11,6%	19.112.005	11,3%
3 a 5 anos	69.844.544	41,2%	67.302.622	39,9%
6 a 10 anos	21.710.338	12,8%	21.689.453	12,9%
> 10 anos	1.391.485	0,8%	2.032.678	1,2%
Instrumentos Representativos de Capital	33.550.153	19,8%	26.036.915	15,4%
Total Geral	169.482.282	100,0%	168.669.746	100,0%

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

No que respeita aos passivos de contratos de seguros, as análises de maturidade requeridas

no normativo podem ser analisadas como se segue:

	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	6-10 anos	>10 anos	Total
Passivos de contratos de seguro	18 641 180	10 721 860	9 441 351	9 811 720	9 577 786	35 488 604	47 482 420	141 164 920

A gestão deste risco assenta em duas vertentes: análise ALM (Asset Liability Management) e definição da política de investimentos.

De acordo com os cash-flows operacionais estimados para 2024, a companhia deverá ter um registo líquido de entradas de cerca de 1,3

milhões de euros. Os ativos financeiros existentes no final de 2023 quer através de amortizações de títulos, quer através do pagamento de juros, deverão gerar um fluxo de caixa de 28,7 milhões de euros. Desta forma, existe um desvio positivo de cerca de 30 milhões de euros.

(Un: euros)

Análise ALM para Cash-Flows em 2024	
Cash-flows do Activo	28.671.601
Amortizações	25.735.000
Juros	2.936.601
Cash-flows do Passivo	1.287.790
Prémios	43.530.688
Montantes Pagos	(24.846.019)
Outros CF negativos	(17.396.879)
Mismatch Cash-flows activo / passivo	29.959.391

A gestão de tesouraria é efetuada com a preocupação de minimizar os saldos em instituições bancárias e garantir simultaneamente que a companhia assegura o cumprimento atempado de todos os seus compromissos. O montante aplicado em Depósitos à Ordem e a Prazo manteve-se relativamente estável, tendo subido de 2,3 para 3,0 milhões de euros, o que representa 1,9% dos ativos totais (2022: 1,5%).

Durante o ano, a exposição a ativos conservadores e de elevada liquidez manteve-

se um foco importante. Neste contexto, a exposição a Dívida Pública registou um ligeiro decréscimo, mas manteve-se como um ativo importante: no final do exercício a exposição era de 18,2 milhões de euros (2022: 25,6) que correspondem a 11,3% da carteira de ativos (2022: 15,9%). Refira-se que esta exposição se concentra essencialmente em países de menor risco, nomeadamente Alemanha e França (61% do total).

É ainda de referir que a VICTORIA como instrumento privilegiado de gestão de liquidez, detém aplicações em fundos de mercado

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

monetário no montante de 13,4 milhões de euros (8,3% da carteira).

Medidas para mitigação do Risco de Investimento

A mitigação do risco de investimento é efetuada através de uma política de investimentos prudente conservadora. A utilização e análise de indicadores de alerta pré-definidos, permite à VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. antecipar possíveis situações de risco e como tal agir de forma rápida e eficiente no desenvolvimento e implementação de medidas de mitigação do risco detetado.

Os indicadores referidos são monitorizados diariamente ao nível da Companhia, pela área de Investimentos.

Estão implementados os seguintes indicadores:

- *Net loss limit*: este indicador monitoriza o resultado de investimentos através de níveis de tolerância calculados com base nos objetivos de rendimento previamente estabelecidos. Por definição, este indicador não tem leitura na data de fecho do exercício. Trata-se de um indicador dinâmico que tem por função avaliar ao longo do tempo o desempenho da carteira de investimentos durante o período correspondente ao exercício.

- *Risk-based capital*: este indicador permite identificar se a estratégia de alocação dos ativos implementada está de acordo com a solidez financeira da empresa. Desta forma, torna-se possível adequar atempadamente a estratégia de investimentos, em função do comportamento dos mercados financeiros, bem como, dos resultados técnicos do exercício em curso.

4.2 Risco de Crédito

O risco de crédito está associado a uma possível alteração da situação creditícia dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta. A exposição ao risco de crédito advém, assim, das transações financeiras da Companhia com emitentes de valores mobiliários, devedores, mediadores, tomadores de seguros, cosseguradoras e resseguradoras.

4.2.1 Valores Mobiliários

O risco de crédito na VICTORIA é essencialmente relevante no que concerne às suas transações financeiras com emitentes de valores mobiliários, ou seja, à exposição dos ativos financeiros a obrigações e por outro lado às suas transações financeiras com resseguradoras. Em ambos os casos, a exposição aos riscos referidos é gerida tendo

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

em conta a situação creditícia dos emitentes. A política seguida pela VICTORIA neste contexto baseia-se em critérios de *ratings* de elevada qualidade.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) de acordo com os ratings:

Rating Médio	2023	%	2022	%
AAA	848.844	0,5%	8.581.483	5,1%
AA	30.438.957	18,0%	22.933.255	13,6%
A	54.490.273	32,2%	53.786.322	31,9%
BBB	36.136.788	21,3%	36.159.290	21,4%
BB	3.069.300	1,8%	3.911.679	2,3%
B		0,0%		0,0%
CCC		0,0%		0,0%
NR	10.947.967	6,5%	17.260.802	10,2%
Instrumentos Representativos de Capital	33.550.153	19,8%	26.036.915	15,4%
Total	169.482.282	100,0%	168.669.746	100,0%

Em 2023 o perfil da carteira de investimentos manteve-se bastante conservador o que se reflete numa elevada qualidade de crédito: Cerca de 71,9% da carteira possui qualidade de investment grade, face a 72,0% em 2022. A exposição total à Dívida Pública dos países europeus periféricos reduziu-se para 7,2 milhões de euros (2022: 8,4) o que corresponde a 4,4% da carteira de investimentos e composta quase exclusivamente por dívida emitida por Portugal (7,0 milhões de euros).

Este ano corresponde também ao primeiro ano efetivo da implementação do normativo contabilístico IFRS9 e que introduz um novo conceito de imparidade, ligado à perda esperada para o investimento em ativos financeiros. Assim, a 31 de dezembro o montante apurado de perda estimada é de 106 mil euros, ou 0,07% da carteira de ativos (0,06% em 2022).

4.2.2 Mediadores

No âmbito do risco de crédito proveniente de mediadores, o mesmo mantém um acompanhamento continuo por parte da VICTORIA, apostando no rigor na seleção destes e na atribuição de poderes de cobrança. Com uma periodicidade mensal, são também elaborados indicadores de risco em função da evolução dos saldos das contas correntes e rácios de endividamento.

O acompanhamento dos saldos consolidados, devedores e planos de pagamento como tentativa de recuperar a dívida são acompanhados pela Direção Financeira, a qual de forma a mitigar o impacto a nível de resultados constitui uma provisão, com os seguintes critérios:

- 100% do valor planos em incumprimento;
- 100% dos saldos devedores que entraram na área de Contencioso, para

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

acionar a respetiva ação legal para recuperar o valor da dívida;

- 90% para o montante dos restantes saldos em dívida;
- Para os planos de pagamento em vigor a percentagem de provisionamento é determinada com base no risco de incumprimento e varia entre 45% e 90%.

Por outro lado, de forma a mitigar o risco, quando se regista um incumprimento na

Indicadores de Cobrança	2023	2022	Var.
Total de Prémios Brutos Emitidos	31 221 838	30 800 963	(420 875)
Pendentes / PBES	1,1%	1,0%	
Total de Prémios Pendentes com mais de 3 meses	15 895	18 276	(2 381)
Pendentes + 3 meses / Total de Pendentes	4,8%	6,2%	
Provisão para recibos por cobrar	4 720	17 142	(12 422)
Provisão para recibos por cobrar / Total Pender	1,4%	5,8%	

Comparando com o ano transato o total de prémios emitidos teve um ligeiro crescimento para 31,2 milhões de euros (2022: 30,8), tendo o indicador de cobrança “Pendentes / PBEs” registado um rácio de 1,1% semelhante ao do ano transato (2022: 1,1%). A antiguidade dos prémios por cobrar reflete igualmente a evolução do indicador de cobranças, em que o total de prémios pendentes com antiguidade superior a 3 meses é de 15.895 EUR (2022: 18.276 EUR). O valor provisionado para prémios por cobrar, respeita a contratos temporários com prazo inferior a 1 ano cujo período de risco já se encontra ultrapassado, é de 4.720 EUR (2022: 17.142 EUR).

4.2.4 Resseguradoras

prestação de contas por parte dos mediadores é-lhes inibido o poder de cobrança.

4.2.3. Tomadores de Seguro

Relativamente ao risco de crédito inerente aos Tomadores de Seguro, este é acompanhado através da análise de indicadores de prémios pendentes e prémios brutos emitidos, apurados trimestralmente e calculados pela Direção Financeira:

O acompanhamento do risco de crédito das resseguradoras é efetuado trimestralmente, tendo em conta a variação dos ratings, prémios cedidos e respetivos saldos.

Em 2023, manteve-se a preocupação de privilegiar relações com resseguradores financeiramente sólidos e a proceder a uma adequada dispersão dos riscos.

4.3 Risco de Concentração

O risco de concentração corresponde à exposição da Companhia a possíveis perdas originadas por uma elevada exposição a determinadas fontes de risco, nomeadamente categorias de ativos.

A Direção Financeira, em particular a área de Investimentos em conjunto com entidade

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

gestora do grupo analisa periódica e detalhadamente a estrutura a nível de carteira de ativos identificando e mitigando atempadamente este risco. Por outro lado, existe também um acompanhamento mensal da política de investimentos seguida vs. estrutura da carteira por parte do Comité de Investimentos e ALM.

Além deste acompanhamento, é também validado pela área de investimentos que as várias carteiras respeitam os limites legalmente estipulados pela ASF e no caso de desvios existe uma comunicação à entidade SMA Vie, a qual responde de imediato à resolução do mesmo.

5. MARGEM DE SOLVÊNCIA

A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o novo regime de solvência (Solvência II), aprovado pela Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro. Nesse contexto, foi publicada a Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que transpõe para o Direito interno aquela Diretiva introduzindo alterações muito significativas ao regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora (RJASR), procedendo, igualmente, a algumas alterações, quer ao regime do contrato de seguro, quer ao regime dos fundos de pensões, entre outros.

No regime de Solvência II salienta-se a avaliação dos ativos e passivos de uma forma consistente e baseada em princípios

económicos, o maior alinhamento das exigências regulamentares de capital com os riscos efetivamente assumidos pelas empresas de seguros e a promoção de uma cultura de gestão baseada nos riscos.

O regime de Solvência II tem uma estrutura de três pilares, em que cada um governa um aspeto diferente. A saber:

Pilar I

Compreende os requisitos quantitativos, nomeadamente no que se refere às provisões técnicas, aos investimentos e ao apuramento de dois níveis de requisitos de capital – o requisito de capital de solvência (SCR) e o requisito de capital mínimo (MCR).

O SCR é calculado tendo em conta os riscos aos quais a empresa de seguros se encontra exposta, designadamente os riscos de mercado, os riscos de contraparte, os riscos específicos e os riscos operacionais.

O MCR corresponde ao montante de fundos próprios que deve ser sempre preservado, sob pena de colocar em risco o cumprimento das responsabilidades da seguradora.

Pilar II

O segundo Pilar compreende os requisitos qualitativos, com enfoque na implementação de um sistema de governação robusto, o qual deve incluir mecanismos de gestão dos riscos, de controlo interno, as funções-chave (gestão de riscos, compliance, atuarial e auditoria

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

interna) e o exercício de autoavaliação do risco e da solvência (ORSA).

No exercício ORSA, realizado com uma periodicidade mínima anual, a Companhia efetua uma análise prospectiva da suficiência do capital, tendo em conta o seu perfil de risco, o qual é apurado com base nos objetivos de negócio definidos a curto e médio prazo. Neste exercício são igualmente analisados os resultados obtidos em cenários de stress, o que permite avaliar a resiliência da Companhia face a cenários adversos.

Este Pilar é também composto pelas disposições relativas ao processo de supervisão baseado nos riscos.

Pilar III

O terceiro e último Pilar compreende a transparência e a disciplina de mercado, através dos requisitos de prestação pública de informação e de reporte às entidades de

supervisão e ao público. De forma sumária, este Pilar visa assegurar que a informação a respeito da solvência e situação financeira das empresas de seguros é clara, objetiva e útil para assegurar a tomada de decisões informadas por parte dos consumidores.

Neste âmbito, a Companhia reportou à ASF, de forma extraordinária, a informação de abertura de Solvência II referente a 1/1/2016. Desde então, a Companhia tem efetuado o reporte trimestral e anual dos modelos quantitativos, bem como o reporte dos relatórios narrativos, de entre os quais o Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira - relatório anual, disponibilizado no segundo trimestre e certificado pelo Revisor Oficial de Contas e pelo Atuário Responsável.

Em linha com o exposto acima, considera-se pertinente apresentar o rácio de cobertura do SCR e o rácio de cobertura do MCR dos dois últimos exercícios:

	2023	2022
SCR	19 500 987	18 677 418
Rácio de Cobertura SCR	175,5%	219,0%
MCR	7 814 041	7 807 709
Rácio de Cobertura MCR	394,0%	479,9%
Fundos Próprios Elegíveis SCR	34 227 370	40 907 527
Fundos Próprios Elegíveis MCR	30 790 178	37 469 069

Os dados relativos a 2023 poderão ser alvo de alteração, dado que o processo de certificação

se encontra em curso à data da realização do presente relatório.

6. RISCO OPERACIONAL

O risco operacional corresponde ao risco de perdas resultantes da inadequação ou falha

nos processos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Relativamente ao Sistema de Controlo Interno, em particular no âmbito do Risco Operacional, destacam-se em 2023 as seguintes atividades na gestão e mitigação deste risco:

- Manteve-se o desenvolvimento da gestão do risco operacional e respetivos controlos alinhados com a metodologia do grupo;
- Continuação da atualização dos processos e da matriz de risco operacional;

7. RISCO DE CONFORMIDADE

No âmbito da conformidade pretende-se assegurar as condições necessárias à observância e cumprimento de todos os imperativos de natureza jurídico-legal com impacto no desenvolvimento da atividade. Esta função mantém-se integrada na área do Jurídico e visa mitigar o risco de perdas financeiras ou reputacionais em consequência do incumprimento da legislação em vigor.

Neste domínio, as principais atividades desenvolvidas em 2023 consubstanciam-se nos seguintes procedimentos:

- Verificação diária dos sítios institucionais;
- Divulgação aos Departamentos das informações e matérias específicas nos quais possam ter impacto e a toda a empresa, em matérias transversais, através de e-mail, sempre com o
- Avaliação dos riscos e dos controlos de acordo com o plano trianual definido em sede do Comité de Risco;
- Gestão do Registo de Incidentes/Perdas, na base de dados;
- Gestão do Registo sobre a avaliação dos riscos e controlos através das fichas de risco;
- Conclusão do upgrade tecnológico da ferramenta eFront;
- Acompanhamento e gestão de implementação de melhorias.
- conhecimento da área de Gestão de Riscos;
- Divulgação das medidas restritivas, tendo em vista a sua publicação no Portal de Agentes, cumprindo assim as orientações da ASF;
- Acompanhamento das iniciativas legislativas e colaboração para a implementação na VICTORIA dos diplomas publicados;
- Representação da VICTORIA nas comissões e grupos de trabalho criados na Associação Portuguesa de Seguradores (APS), prestando os seus contributos, nomeadamente, nas Consultas Públicas lançadas pela ASF;
- Monitorização e Controlo periódico do “Reporte Externo”;
- Controlo mensal do cumprimento e implementação de normas, leis ou regulamentos com impacto na atividade,

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

- bem como da jurisprudência mais relevante;
- Controlo mensal das atividades da Autoridade de Supervisão ou outras entidades públicas, relativamente a inspeções, informações, autos de contraordenação, questionários e quaisquer ações implementadas, bem como o respetivo acompanhamento e resposta por parte da VICTORIA;
 - Participação no Comité de Risco Operacional, com periodicidade trimestral;
 - Controlo diário dos Parceiros face à lista de pessoas/ entidades sancionadas, através de query;
 - Reporte mensal à UIF/DCIAP das situações previstas na Portaria n.º 310/2018, de 4 de dezembro;
 - Monitorização trimestral às apólices de risco elevado e a diligências simplificadas;
 - Atualização periódica da Matriz de Avaliação de Risco de Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo, nomeadamente devido à alteração de jurisdições não cooperantes e outros fatores de risco quando se justificou;
 - Acompanhamento do Projeto Informático para implementação do processo de avaliação de Risco PBC/FT nos sistemas operacionais da VICTORIA;
 - Articulação e reporte de informação para a organização de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo constituída no Grupo SMA.

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 1 – CAIXA E EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

O saldo apresentado nesta rubrica, tem a seguinte decomposição:

	2023	2022
CAIXA E EQUIVALENTES	4.310	4.112
DEPÓSITOS À ORDEM	3.231.320	2.676.462
	3.235.630	2.680.574

O valor existente em Caixa destina-se a fazer face a pequenas despesas administrativas efetuadas diretamente pelas Delegações. Os saldos credores existentes em Depósitos à

Ordem encontram-se refletidos em Outros Credores por Outras Operações, no montante de Euros 180.665. A existência destes saldos

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

deve-se na sua generalidade, ao desfasamento no reconhecimento de algumas operações.

NOTA 2 – TERRENOS E EDIFÍCIOS

De acordo com as políticas contabilísticas mencionadas no Ponto III, os terrenos e edifícios classificados como de uso próprio encontram-se valorizados através do modelo de revalorização. As taxas de depreciação são determinadas pelo nº de anos de vida útil

atribuída a cada imóvel, em função das avaliações efetuadas.

Os terrenos e edifícios classificados como de rendimento encontram-se valorizados através do modelo de justo valor.

Edifício	Última avaliação	Valor aquisição	Valor de avaliação	Varição Justo Valor	Vida útil
R Dr Carlos França 30, Loja -Torres	2023	269.410	179.000	(61.869)	80
R Gonçalo Cristóvão 13,1ºDto - Porto	2023	152.931	211.000	(6.863)	61
Av Dr Lourenço Peixinho 246 - Aveiro	2023	288.999	251.000	(10.811)	70
Av Alberto Sampaio 60 – Viseu	2023	389.122	203.000	(68.469)	80
Av da Liberdade 200 – Lisboa	2023	25.769.867	39.224.000	14.221.618	98
Av D João II 46 A e B - Setúbal	2023	331.976	263.200	(15.671)	79
Av Bernardo Santarém, 37B - Santarém	2023	362.297	184.200	(174.179)	90
Total		27.564.602	40.515.400	13.883.756	

O movimento verificado nesta rubrica é analisado como segue:

	Saldo Inicial		Aquisições / Transf ²	Reavaliações	Alienações / Transf ²	Amortizaç ²	Saldo final Valor Líquido
	Valor Bruto	Amortizações					
Terrenos e Edifícios Uso Próprio							
Terrenos	223 000			39 200	41 600		220 600
Edifícios	891 700	5 700		(57 323)	142 600	10 477	675 600
Total	1 114 700	5 700	-	(18 123)	184 200	10 477	896 200
Terrenos e Edifícios Rendimento							
Terrenos	13 877 330		41 600	884 670			14 803 600
Edifícios	23 218 483		142 600	1 454 517			24 815 600
Total	37 095 813	-	184 200	2 339 187	-	-	39 619 200
Terrenos e Edifícios	38 210 513	5 700	184 200	2 321 064	184 200	10 477	40 515 400

Para determinação do justo valor dos imóveis, a Companhia recorre a avaliações efetuadas por entidades independentes e devidamente credenciadas para o efeito.

Relativamente ao imóvel sito na Av. da Liberdade, foram solicitadas avaliações a duas entidades, tendo os valores se situado entre

Euros 39.224.000 e Euros 41.521.000.

Considerando o carácter prudencial pelo qual a Companhia se pauta, optou-se pelo valor de avaliação mais baixo.

O valor registado em 2022 era de Euros: 36.903.813.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Anualmente são efetuados testes de imparidade.

NOTA 3 – INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

No início de dezembro de 2014, a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A adquiriu uma quota representativa de 59% do capital social de 1.000 Euros da sociedade SELICOMI Portugal, Lda, entidade constituída igualmente em dezembro, cuja atividade tem por objeto a compra e venda de bens imóveis, bem como a exploração e gestão, nomeadamente o arrendamento, dos mesmos.

Esta sociedade encontra-se valorizada, de acordo com as políticas contabilísticas

descritas no ponto III, ao custo de aquisição líquido de imparidades.

O património imobiliário da sociedade, é constituído pelo imóvel sito no número 46 da Rua Camilo Castelo Branco, adquirido pelo montante de Euros 14.904.239. De acordo com avaliação efetuada no fim do exercício, o valor do imóvel ascende a Euros 19.255.719 (2022: Euros 18.396.000).

NOTA 4 – ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os investimentos classificados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

	2023			2022		
	Custo aquisição amortizado	Valias não realizadas	Valor Balanço	Custo aquisição amortizado	Valias não realizadas	Valor Balanço
Instrumentos de capital e Unid Participaç	32.073.298	1.476.264	33.549.562	26.620.658	(584.334)	26.036.323
Títulos de Dívida	18.166.413	597.773	18.764.186	20.844.852	(1.333.037)	19.511.815
Dívida Pública	3.390.921	76.217	3.467.139	4.116.977	(258.190)	3.858.787
De Outros Emissores Públicos	533.718	12.102	545.820	1.363.486	(26.984)	1.336.502
De Outros Emissores	14.086.220	509.454	14.595.674	15.215.305	(1.047.863)	14.167.442
Juros a receber	155.554		155.554	149.084		149.084
Total	50.239.711	2.074.037	52.313.748	47.465.509	(1.917.371)	45.548.138

Em 31 de dezembro de 2023 os ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas encontram-se valorizados ao justo valor de acordo com cotações de mercado ou informações fornecidas por 'providers'.

De acordo com as normas IFRS 7 e IFRS 13, os ativos financeiros podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – Cotações (não ajustadas) em mercado ativo para ativos ou passivos idênticos

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Nível 2 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de importância significativa para a mensuração do justo valor são direta ou indiretamente observáveis

Nível 3 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de importância significativa para a mensuração do justo valor não são observáveis

Sector	2023					2022				
	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Bens Consumo, Cíclicas	2,1%	1.096.705	1.096.705			3,4%	1.570.074	1.570.074		
Bens Consumo, Não Cíclicas	9,1%	4.749.971	4.749.971			10,2%	4.636.046	4.636.046		
Industrial e Matérias Primas	0,9%	471.153	471.153			1,0%	448.374	448.374		
Comunicações e Tecnologia	1,8%	957.899	957.899			2,0%	918.902	918.902		
Utilities	0,5%	275.099	275.099			1,7%	760.870	760.870		
Energia	2,1%	1.096.543	1.096.543			2,3%	1.062.017	1.062.017		
Serviços	0,0%	-				0,0%	-			
Financeiro	11,2%	5.866.641	5.866.641			12,1%	5.493.331	5.493.331		
Dívida Soberana	8,3%	4.321.721	4.321.721			10,3%	4.698.831	4.698.831		
Fundo Acções	13,8%	7.218.326		7.218.326		12,3%	5.614.842		5.614.842	
Fundo Imobiliário	0,0%	-				0,0%	10.045		10.045	
Fundo Commodities	0,1%	64.041		64.041		0,1%	49.280		49.280	
Fundo Obrigações	50,1%	26.195.649		26.195.649		44,5%	20.285.527		20.285.527	
Total Geral	100%	52.313.748	18.835.731	33.478.017		100%	45.548.138	19.588.444	25.959.694	

No decurso do ano, não se verificaram transferências entre os vários níveis.

NOTA 5 – ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESERVAS

A carteira de ativos financeiros mensurados ao justo valor por reservas apresenta a seguinte composição:

	2023				2022			
	Custo aquisição / amortizado	Imparidade	Reservas de Justo Valor	Valor Balanço	Custo aquisição / amortizado	Imparidade	Reservas de Justo Valor	Valor Balanço
Instrumentos de capital e Unid Participação	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos de Dívida	103 815 081	(97 690)	122 798	103 840 188	112 636 150	(94 442)	(2 923 685)	109 692 638
Dívida Pública	9 404 748	(765)	17 793	9 421 775	16 089 523	(1 274)	(262 556)	15 858 338
De Outros Emissores Públicos	3 698 997	(277)	(59 914)	3 638 806	8 119 712	(1 598)	(155 501)	7 962 009
De Outros Emissores	89 840 414	(96 648)	164 919	89 908 684	87 676 850	(91 570)	(2 505 628)	85 122 227
Juros a receber	870 922			870 922	750 064			750 064
Total	103 815 081	(97 690)	122 798	103 840 188	112 636 150	(94 442)	(2 923 685)	109 692 638

Dos quais:

Sector	2023					2022				
	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Bens Consumo, Cíclicas	9,4%	9.727.012	9.727.012			13,8%	15.168.701	15.168.701		
Bens Consumo, Não Cíclicas	18,9%	19.616.098	19.616.098			18,3%	20.092.425	20.092.425		
Industrial e Matérias Primas	5,8%	5.995.491	5.995.491			5,8%	6.335.141	6.335.141		
Comunicações e Tecnologia	8,8%	9.168.663	9.168.663			8,0%	8.799.540	8.799.540		
Utilities	3,5%	3.615.191	3.615.191			4,1%	4.492.837	4.492.837		
Energia	1,7%	1.751.969	1.751.969			1,5%	1.693.132	1.693.132		
Financeiro	35,7%	37.041.237	37.041.237			29,5%	32.348.125	32.348.125		
Dívida Soberana	16,3%	16.924.526	16.924.526			18,9%	20.762.737	20.762.737		
Total Geral	100%	103.840.188	103.840.188			100%	109.692.638	109.692.638		

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

No decurso do ano, não se verificaram transferências entre os vários níveis.

A rubrica de Empréstimos e contas a receber, pela natureza de curto prazo para os Depósitos a prazo e pelo carácter dos empréstimos sobre apólice, considera-se valorizada ao justo valor.

O montante reconhecido em Outros Empréstimos, respeita a suprimentos efetuados à sociedade SELICOMI Portugal, Lda., entidade referida na Nota 3.

NOTA 6 – ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

A categoria de ativos mensurados ao custo amortizado, é composta do seguinte modo:

	2023			2022		
	Custo aquisição / amortizado	Imparidade	Valor de Balanço	Custo aquisição / amortizado	Imparidade	Valor de Balanço
Títulos de Dívida	5 224 331	406	5 223 925	5 714 262	419	5 713 843
Dívida Pública	5 172 275	406	5 171 869	5 659 030	419	5 658 611
De Outros Emissores Públicos						
De Outros Emissores						
Acréscimos de Juros	52 056		52 056	55 232		55 232
Empréstimos e contas a receber	8 103 830	8 009	8 095 821	7 714 535	3 537	7 710 998
Emp. S/ apólices	77 729		77 729	93 630		93 630
Outros Empréstimos	7 592 042	8 009	7 584 033	7 592 042	3 537	7 588 505
Juros a receber	434 059		434 059	28 863		28 863
TOTAL	13 328 161	8 415	13 319 746	13 428 797	3 956	13 424 841

Esta categoria contém os ativos anteriormente classificados como HTM – Deter até à maturidade (IAS 39) e que agora são classificados como Custo Amortizado (CA) no âmbito da IFRS9, assumindo explicitamente um modelo de negócio segregado dos demais ativos e o objetivo de manutenção dos mesmos até à maturidade para recolha dos seus cash-flows contratuais. Esta categoria é composta

exclusivamente por obrigações de Dívida Pública Nacionais.

A rubrica de Empréstimos e contas a receber, pelo carácter dos empréstimos sobre apólice, considera-se valorizada ao custo amortizado.

O montante reconhecido em Outros Empréstimos, respeita a suprimentos efetuados à sociedade SELICOMI Portugal, Lda., entidade referida na Nota 3.

NOTA 7 – AFETAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

A 31 de dezembro de 2023 os investimentos, encontram-se afetos da seguinte forma:

	2023				
	Seguros de Vida			Não Afectos	TOTAL
	Com Participação Resultados	Sem Participação nos Resultados	Classificados como contrato de investimento		
Caixa e equivalentes	867 958	1 382 268	985 223	181	3 235 630
Terrenos e Edifícios	21 401 417	18 085 783	211 000	817 200	40 515 400
Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				591	591
Outros investimentos financeiros	88 822 084	45 660 351	34 989 512	9 744	169 481 691
Empréstimos concedidos e contas a	8 103 830	-	-	-	8 103 830
Empréstimos concedidos	8 103 830	-	-	-	8 103 830
Empréstimos sobre apólices	77 729				77 729
Outros	8 026 101		-		8 026 101
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	3 265 325	1 958 600	-	-	5 223 925
Títulos de Dívida	3 265 325	1 958 600			5 223 925
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	68 734 476	35 105 712			103 840 188
Títulos de Dívida	68 734 476	35 105 712			103 840 188
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados	8 718 453	8 596 039	34 989 512	9 744	52 313 748
Instrumentos de Capital e Unid					
Participação	7 161 175	7 094 234	19 284 409	9 744	33 549 562
Títulos de Dívida	1 557 278	1 501 805	15 705 103		18 764 186
TOTAL	111 091 459	65 128 402	36 185 735	827 716	213 233 312

Para o ano transato, a afetação era a seguinte:

	2022				
	Seguros de Vida			Não Afectos	TOTAL
	Com Participação Resultados	Sem Participação nos Resultados	Classificados como contrato de investimento		
Caixa e equivalentes	431 304	1 130 097	1 075 003	44 170	2 680 574
Terrenos e Edifícios	20 084 742	17 015 969		1 104 102	38 204 813
Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				591	591
Outros investimentos financeiros	93 052 081	44 954 628	30 650 674	11 772	168 669 155
Empréstimos concedidos e contas a	7 714 535	-	-	-	7 714 535
Empréstimos concedidos	7 714 535	-	-	-	7 714 535
Empréstimos sobre apólices	93 630				93 630
Outros	7 620 905				7 620 905
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	3 759 078	1 954 766	-	-	5 713 844
Títulos de Dívida	3 759 078	1 954 766			5 713 844
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	75 606 210	34 086 429	-	-	109 692 639
Títulos de Dívida	75 606 210	34 086 429			109 692 639
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados	5 972 259	8 913 433	30 650 674	11 772	45 548 138
Instrumentos de Capital e Unid					
Participação	4 510 116	5 818 683	15 695 752	11 772	26 036 323
Títulos de Dívida	1 462 143	3 094 750	14 954 922		19 511 815
TOTAL	113 568 127	63 100 694	31 725 677	1 160 635	209 555 133

NOTA 8 – OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E INVENTÁRIOS

A 31 de dezembro de 2023 os Outros ativos tangíveis são analisados como segue:

OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	reavaliações			Reforço	Regularizações	
EQUIPAMENTO									
Equipamento administrativo	1.347.344	(1.325.011)	566			(202.537)	(5.325)	202.537	17.574
Máquinas e ferramentas	135.154	(133.200)				(33.675)	(611)	33.675	1.343
Equipamento informático	1.550.674	(1.255.689)	66.061			(533.313)	(131.979)	533.313	229.067
Instalações interiores	623.671	(346.775)				(64.344)	(52.130)	64.344	224.766
Outro Equipamento	839.409	(839.409)				(312.542)		312.542	-
Sub-Total	4.496.252	(3.900.084)	66.627		-	(1.146.411)	(190.045)	1.146.411	472.750
PATRIMÓNIO ARTÍSTICO	46.487								46.487
TOTAL	4.542.739	(3.900.084)	66.627	-	-	(1.146.411)	(190.045)	1.146.411	519.237

Os bens de Inventário correspondem a material de consumo administrativo e material de divulgação dos produtos comercializados.

NOTA 9 – ATIVOS SOB DIRETO DE USO

Da análise efetuada aos contratos existentes na Companhia a 31 de dezembro de 2023, os ativos sob direito de uso estão classificados da seguinte forma:

ATIVOS SOB DIREITO USO	Saldo Inicial	Entradas/Ajustes	Saídas/Ajustes	Amortizações	Saldo Final	Juros Suportados
Ativos tangíveis						
Viaturas	75.811	41.357		(52.816)	64.352	(11.372)
Total	75.811	41.357	-	(52.816)	64.352	(11.372)

A componente variável destes contratos totalizou 20.491 Euros (2022: 27.038 Euros), os quais se encontram registados em resultados do ano.

NOTA 10 – OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

A 31 de dezembro de 2023 a análise é efetuada através do seguinte quadro:

OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do exercício		Saldo Final
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	reavaliações			Reforço	Regularizações	
Despesas Aplicações Informáticas	11.852.666	(9.585.825)	73.011		2.825.537	(12.103)	(1.126.767)	12.103	4.038.622
Activos intangíveis em curso	1.821.267	-	2.326.278		(2.825.537)				1.322.008
Outros	-	-							-
TOTAL	13.673.933	(9.585.825)	2.399.289	-	-	(12.103)	(1.126.767)	12.103	5.360.630

Em 2023, o projeto de implementação da Norma Contabilística IFRS17 foi o projeto que em termos de investimento teve maior relevância, representou 68% do total do ano.

NOTA 11 – OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

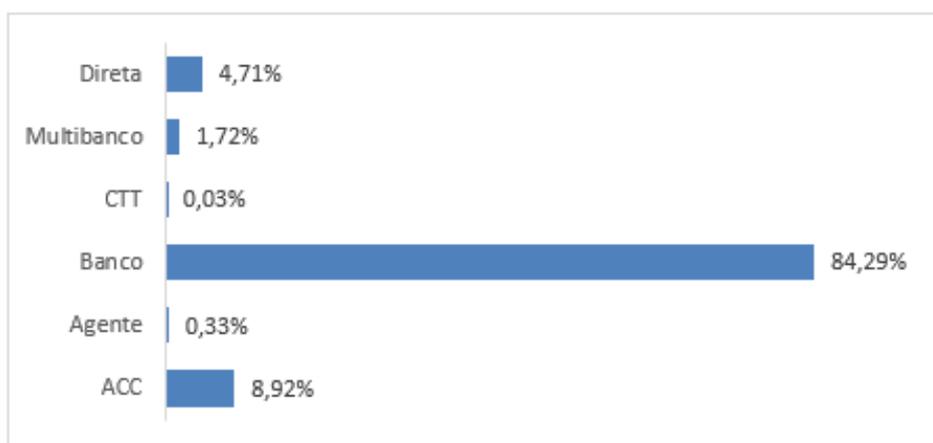
O saldo desta conta é analisado como se segue:

	2023	2022
Tomadores de Seguros	51.217	124.521
Mediadores de Seguros	13.735	46.365
Imparidade	(4.720)	(24.612)
Sub-Total	60.232	146.274
Resseguradores	350.146	709.049
Imparidade	(65.505)	(84.830)
Sub-Total	284.641	624.219
Outros Devedores	2.130.660	2.551.133
Imparidade	(56.206)	(56.206)
Sub-Total	2.074.454	2.494.927
TOTAL	2.419.327	3.265.420

A Companhia tem vindo a efetuar um esforço no desenvolvimento ferramentas, nomeadamente através da sua página na internet, que possibilitam uma maior proximidade com o cliente e com o mediador, bem como ao nível dos processos por forma a

alcançar uma maior eficácia na cobrança de prémios, incentivando a utilização do canal bancário através dos protocolos de DD e SEPA.

A distribuição da cobrança pelos diferentes canais, foi a seguinte:



A imparidade registada na rubrica Devedores por operações de seguro direto, respeita a contratos de seguros com prémios em atraso

com mais de 3 meses no montante de Euros 15.890 (2022: Euros 18.276).

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em Outros devedores encontra-se incluído o saldo com a VICTORIA Internacional de

Portugal, S.G.P.S., S.A. no montante de Euros 1.836.590 (2022: Euros 1.845.826).

NOTA 12 – ATIVOS E PASSIVOS POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO

Esta rubrica destina-se a reconhecer as responsabilidades da Companhia em matéria de obrigações com benefícios dos empregados.

financiamento deveria permanecer no benefício definido.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, deixando estes colaboradores de estarem abrangidos por um plano de benefício definido para passarem a ter um plano de contribuição definida – Plano Individual de Reforma. Relativamente à alteração do plano e atendendo a que o valor das responsabilidades pelos serviços passados, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo, se encontrava integralmente financiado, foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma. No decurso de 2012, e após comunicação da alteração do plano à ASF, foi liquidada a responsabilidade, tendo sido apurado os valores devidos e efetuada a comunicação aos colaboradores. No decurso da alteração do plano, foi decidido que o excesso de

Em 2015, por acórdão do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) foi considerado não caducado o anterior CCT para a Atividade Seguradora, denominado como CCT 95. Desta decisão resulta, a aplicação do anterior CCT para os colaboradores sindicalizados no SINAPSA. Deste modo, a VICTORIA suspendeu a partir de agosto de 2015 inclusive, e para este universo de colaboradores, as contribuições para o plano de contribuição definida, não tendo ainda procedido a qualquer eventual recálculo das responsabilidades para o plano de benefício definido. Nesta situação encontra-se apenas 1 colaborador.

Adicionalmente, e entre os outros benefícios de longo prazo, a Companhia atribui prémios de antiguidade aos 15, 25 e 40 anos – Jubileus.

Os ativos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2023 e 2022 são como segue:

	2023	2022
Benefícios de pós emprego	984.425	1.003.742
Outros Benefícios de longo prazo	(124.219)	(116.587)
	860.206	887.155

É intenção da Companhia solicitar junto da Autoridade de Supervisão a recuperação do valor em excesso relativo ao Plano de Benefício Definido.

O impacto no resultado do exercício do reconhecimento destas responsabilidades é analisado na Nota 31.

As **Obrigações com benefícios dos empregados** estão constituídas através dos Planos abaixo descritos.

Plano de Contribuição Definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objeto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos.

Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no ativo admitidos na atividade seguradora após 22 de junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua conta individual foi afeto ao respetivo plano individual de reforma.

- Para os colaboradores dos Associados na situação de ativos, admitidos na atividade seguradora até 22 de junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de acordo com o método e pressupostos utilizados na avaliação atuarial de 28 de fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de junho de 2012.

O plano de contribuição definida abrange participantes e ex-participantes.

Os ativos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2023 e 2022, são como segue:

	2023	2022
	Pensões	Pensões
Responsabilidade por benefícios	648.292	609.901
Justo valor dos activos do fundo	648.292	609.901
Activos/(Responsabilidades) líquidas em balanço	-	-

A variação dos ativos do plano contribuição definida em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é analisada como se segue:

	2023	2022
Ativos do Plano a 01 de janeiro	609.901	624.874
Contribuições do empregador	52.352	52.174
Rendimentos e Ganhos financeiros Líquidos	41.376	3.540
Benefícios pagos	(51.335)	(1.133)
Perdas financeiras	(158)	(65.903)
Outras receitas/encargos	(3.844)	(3.651)
Ativos do Plano a 31 de dezembro	648.292	609.901

A taxa de rendimento bruta de encargo de gestão obtida em 2023 foi de 6,1% (-10,1% em 2022).

As contribuições do empregador seguem o estipulado no CCT e são efetuadas mensalmente.

Plano de Benefício Definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

-pagamento de pensões a todos os beneficiários que, á data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;

-atualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

A população abrangida pelo plano de benefício definido, tem as seguintes características:

	Número	Pensão anual	Pensão média anual	Idade média
Beneficiários	3	2.801 €	933 €	77

Entre os outros benefícios de longo prazo, a Companhia reconhece para a generalidade dos colaboradores, a responsabilidade com os prémios de permanência em conformidade com o estabelecido pelo CCT, bem como os

benefícios de índole particular como são a atribuição de prémios de antiguidade.

Os ativos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2023 e 2022, são como segue:

	2023			2022		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Responsabilidade por benefícios	31.845	840.258	872.103	32.572	784.051	816.623
Justo valor dos activos do fundo	970.939	761.370	1.732.309	919.655	784.123	1.703.778
Activos/(Responsabilidades) líquidas em balanço	939.094	(78.888)	860.206	887.083	72	887.155

O valor presente da obrigação de benefícios definidos é o seguinte:

	2023			2022		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Valor actual da responsabilidade em 01 de Janeiro	32.572	784.051	816.623	44.394	1.061.980	1.106.374
Custo do serviço corrente		7.631	7.631			-
Custo de juros	1.316	29.469	30.785	421	8.807	9.228
(Ganhos) e perdas actuariais	732	78.421	79.153	(9.442)	(212.001)	(221.443)
Benefícios passados não reconhecidos	-	-	-	-	-	-
Redução de benefícios por via de saídas antecipadas	-	-	-	-	(15.422)	(15.422)
Benefícios pagos	(2.775)	(59.313)	(62.088)	(2.801)	(59.313)	(62.114)
Redução por alteração do Plano-CCT	-	-	-	-	-	-
Valor actual da responsabilidade em 31 de Dezembro	31.845	840.258	872.103	32.572	784.051	816.623

A variação dos ativos do plano de benefício definido em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é analisada como se segue:

	2023			2022		
	Fundo	Outros	Total	Fundo	Outros	Total
Activos do plano em 01 de Janeiro	919.655	784.123	1.703.778	1.028.566	954.209	1.982.775
Retorno esperado dos activos	38.808	26.028	64.836	1.029	(8.588)	(7.559)
Ganhos e (perdas) actuariais	15.252	10.532	25.784	(107.139)	(102.185)	(209.324)
Contribuições do empregador		-	-		-	-
Benefícios pagos	(2.776)	(59.313)	(62.089)	(2.801)	(59.313)	(62.114)
Redução por alteração do Plano-CCT			-			-
Activos do plano em 31 de Dezembro	970.939	761.370	1.732.309	919.655	784.123	1.703.778

A taxa de rendimento bruta de encargo de gestão obtida em 2023 foi de 5,8% (-10,3% em 2022).

Os outros ativos são relativos a adesões ao Fundo de Pensões Aberto Multireforma.

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, são como segue:

	2023			2022		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Custo do serviço corrente		7.631	7.631			-
Custo de juros	1.316	29.469	30.785	421	8.807	9.228
Retorno esperado dos activos	(38.808)	(26.028)	(64.836)	(1.029)	8.588	7.559
Benefícios passados não reconhecidos			-			-
Redução de benefícios por via de saídas antecipadas		-	-		-	-
Ganhos e perdas actuariais			-			-
Total do custo do ano	(37.492)	11.072	(26.420)	(608)	17.395	16.787

O justo valor dos ativos que constituem o plano em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	2023		2022	
Fundos de Investimento em Acções	10,32%	100 160	9,30%	85 487
Fundos de Investimento em Obrigações	72,96%	708 395	68,71%	631 854
Obrigações de Taxa Variável	0,00%	-	4,97%	45 664
Obrigações de Taxa Fixa	14,76%	143 339	14,98%	137 723
Mercado Monetário	0	19 045	2,06%	18 927
Total	100,00%	970 939	100,00%	919 655

O retorno real dos ativos do Fundo de Pensões da VICTORIA foi de Euros 54.062 e do Fundo de Multireforma foi de Euros 36.565.

Os ganhos e perdas atuariais em 2023 e 2022 reconhecidos em Reservas, são analisados como segue:

	2023			2022		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Desvios actuariais reconhecidos em reservas em 01 de Janeiro	8.208	(157.930)	(149.722)	105.905	(267.746)	(161.841)
Ganhos e (perdas) actuariais das responsabilidades	(732)	(78.421)	(79.153)	9.442	212.001	221.443
Ganhos e (perdas) actuariais do fundo	15.252	10.532	25.784	(107.139)	(102.185)	(209.324)
Redução por alteração do Plano-CCT			-			-
Desvios actuariais reconhecidos em reservas em 31 de Dezembro	22.728	(225.819)	(203.091)	8.208	(157.930)	(149.722)

Adicionalmente conforme referido acima, os desvios associados a benefícios de longo prazo foram reconhecidos por contrapartida de resultados, de acordo com o IAS 19.

Para efeitos da determinação do valor atual das responsabilidades foram utilizados os seguintes pressupostos e hipóteses de cálculo:

	2023	2022
Tábuas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Número de pagamentos das pensões por ano	14	14
Taxa de desconto anual	3,310%	4,041%
Taxa anual de crescimento das pensões	1%	1%

A duração das responsabilidades com pensões em pagamento é de 9 anos.

O regime de atualização das pensões rege-se pelo disposto na Cláusula 52ª do CCT.

A evolução das responsabilidades e dos ativos do plano nos últimos 5 anos é analisada como segue:

	2023	2022	2021	2020	2019
Responsabilidade por benefícios	872.103	816.623	1.106.374	1.176.993	1.172.152
Justo valor dos activos do fundo	1.732.309	1.703.778	1.982.775	2.025.583	2.005.434
Activos/(Responsabilidades) líquidas em balanço	860.206	887.155	876.401	848.590	833.282

NOTA 13 – ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

A rubrica de Ativos e Passivos por impostos é composta por impostos e taxas correntes, que corresponde ao valor a pagar ou recuperar de impostos, e por imposto diferido, que corresponde ao valor do imposto sobre o

rendimento a pagar em períodos futuros proveniente de diferenças temporárias tributáveis.

O montante dos impostos diferidos é o seguinte:

	Activos		Passivos		Líquido	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Investimentos Financeiros		201 974	(45 746)	-	(45 746)	201 974
Benefícios a empregados	141 855	153 190	(221 496)	-	(79 641)	153 190
Provisões	55 684	65 360	-	-	55 684	65 360
Imóveis	176 925	167 174	(1 411 541)	(1 176 315)	(1 234 616)	(1 009 141)
Reserva componente seguros			(3 431 697)	(3 969 530)	(3 431 697)	(3 969 530)
Transição IFRS 9 / IFRS17	1 410 778	1 560 302	-	-	1 410 778	1 560 302
Prejuízos Fiscais	512 459	1 060 755	-	-	512 459	1 060 755
Impostos Diferidos Activos / (passivos)	2 297 701	3 208 755	(5 110 480)	(5 145 845)	(2 812 779)	(1 937 090)

O movimento do imposto diferido foi reconhecido como segue:

	2023			2022		
	Reconhecido resultados	Reconhecido nas reservas	Total	Reconhecido resultados	Reconhecido nas reservas	Total
Investimentos Financeiros	439 476	(687 196)	(247 720)	-	482 314	482 314
Benefícios a empregados	(232 831)		(232 831)	(12 421)		(12 421)
Provisões	(9 676)		(9 676)	(21 819)		(21 819)
Imóveis	(240 270)	14 795	(225 475)	(3 154)	-	(3 154)
Reserva componente seguros	(1 014 063)	1 266 656	252 593		(1 064 759)	(1 064 759)
Transição IFRS 9 / IFRS17	135 716		135 716	(515 854)	(1 839 839)	(2 355 693)
Prejuízos fiscais	30 329	-	30 329	94 409	-	94 409
Impostos Diferidos Activos / (passivos)	(891 319)	594 255	(297 064)	(458 839)	(2 422 284)	(2 881 123)

O montante de reporte fiscal existente à data, relativamente a prejuízos, é de Euros 2.102.578, acrescido do valor espectável para o presente exercício (2022: Euros 5.051.213). Para a avaliação e reconhecimento de IDA, tem em conta os resultados futuros expectáveis e

evidenciados no plano elaborado a 5 anos e aprovados pelo CE.

Adicionalmente, a VICTORIA tem em consideração o facto de aplicar o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, uma vez que integra o perímetro

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

fiscal da empresa mãe, VICTORIA Internacional de Portugal - SGPS, SA.

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2023 e 2022 é analisado como segue:

	2023	2022
Imposto Corrente	(69.371)	(72.464)
Imposto Diferido	(891.319)	186.216
Imposto Exercício	(960.690)	113.752

O imposto sobre o rendimento reportado nas reservas é analisado como segue:

	2023	2022	Varição
Imposto Corrente	(1.964.945)	(2.539.534)	574.588
Investimentos Financeiro	(5.666)	433.809	(439.475)
Imóveis	(55.893)	(55.893)	-
Reserva componente seguros	(1.903.387)	(2.917.450)	1.014.063
Imposto Diferido	(842.801)	(862.468)	19.667
Investimentos Financeiro	(45.746)	201.974	(247.720)
Imóveis	2.432	(12.362)	14.794
Reserva componente seguros	(799.487)	(1.052.080)	252.593
Total imposto reconhecido reservas	(2.807.746)	(3.402.002)	594.255

A reconciliação da taxa de impostos é analisada como segue:

	2023	2022
RESULTADO ANTES IMPOSTO	3 173 526	(1 249 218)
Taxa Imposto	21,00%	21,00%
Imposto Calculado com base taxa imp	(666 440)	262 336
Imposto Diferido - ajuste dif temporarias	(258 901)	(121 580)
Outros proveitos e custos excluídos tributação	1 799	4 186
Benefícios fiscais e Rendimento Art.º46 e 51	32 223	41 274
Tributação Autonomia	(69 371)	(72 464)
Imposto do Exercício (Corrente+Diferido)	(960 690)	113 752
Taxa efetiva	30,27%	9,11%

NOTA 14 - ATIVOS E PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGURO E RESSEGURO

Os ativos e passivos de contratos de seguro e resseguro, segmentados em linha com o

estabelecido na tabela 1 da ASF, são os seguintes:

	2023		2022	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Contratos de seguro emitidos	189.440	134.308.385	388.477	133.814.986
Seguros com participação nos resultados	189.440	107.038.672	388.477	109.164.221
Seguros ligados a fundos de investimento				
Outros seguros de vida		27.269.713		24.650.765
Com opções e garantias		21.258.367		20.251.966
Sem opções e garantias		6.011.346		4.398.799
Contratos de resseguro cedidos	556.665		692.461	

As seguintes tabelas têm o intuito de conciliar os montantes reconhecidos na demonstração da posição financeira e na demonstração de resultados conforme previsto nos parágrafos 100 e 101 do normativo. A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. dividiu as reconciliações

efetuadas por seguro direto e resseguro cedido.

A evolução dos passivos de contratos de seguro direto em 2023, é analisada como se segue:

Contratos de seguro emitidos	Cobertura Remanescente		Sinistros ocorridos para contratos não mensurados pela abordagem da alocação de	Sinistros ocorridos para contratos mensurados pela abordagem da alocação de prêmio		Total
	Excluindo componente de perda	Componente de perda		Valor atual dos fluxos de caixa	Ajustamento pelo risco para o risco não	
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 31 de Dezembro de 2022	119 678 814	1 033 320	5 982 450	6 731 925	-	133 426 509
Rendimentos de seguros	(19 956 577)	-	-	-	-	(19 956 577)
Gastos de serviços de seguros	3 701 316	166 143	4 556 617	9 680 748	-	18 104 824
Sinistros ocorridos e outros gastos suportados com serviços de seguros	-	-	4 477 601	7 787 104	-	12 264 705
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes ao passivo para sinistros ocorridos	-	-	79 016	1 893 644	-	1 972 660
Perdas em grupos de contratos onerosos e reversões de tais perdas	-	166 143	-	-	-	166 143
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguro	3 701 316	-	-	-	-	3 701 316
Componentes de investimento	(19 902 560)	-	19 902 560	-	-	-
Resultado de serviços de seguros	(36 157 821)	166 143	24 459 177	9 680 748	-	(1 851 753)
Resultado da componente financeira de serviços de seguro	6 958 466	29 435	-	-	-	6 987 901
Total reconhecido em rendimento integral	(29 199 355)	195 578	24 459 177	9 680 748	-	5 136 148
Fluxos de caixa						
Prêmios recebidos de contratos de seguro emitidos	31 589 542	-	-	-	-	31 589 542
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de seguros decorrentes de contratos de seguro emitidos	-	-	(24 380 162)	(7 787 103)	-	(32 167 265)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(3 865 989)	-	-	-	-	(3 865 989)
Total fluxos de caixa	27 723 553	-	(24 380 162)	(7 787 103)	-	(4 443 712)
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 31 de Dezembro de 2023	118 203 012	1 228 898	6 061 465	8 625 570	-	134 118 945

No ano transato, a evolução é analisada como se segue:

Contratos de seguro emitidos	Cobertura Remanescente		Sinistros ocorridos para contratos não mensurados pela abordagem da alocação de	Sinistros ocorridos para contratos mensurados pela abordagem da alocação de prêmio		Total
	Excluindo componente de perda	Componente de perda		Valor atual dos fluxos de caixa	Ajustamento pelo risco para o risco não	
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 1 de Janeiro 2022	144 530 497	529 515	5 863 471	7 215 731	-	158 139 214
Rendimentos de seguros	(19 728 329)	-	-	-	-	(19 728 329)
Gastos de serviços de seguros	3 334 092	503 033	4 865 336	7 372 674	-	16 075 135
Sinistros ocorridos e outros gastos suportados com serviços de seguros	-	-	4 746 356	7 856 481	-	12 602 837
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes ao passivo para sinistros ocorridos	-	-	118 980	(483 807)	-	(364 827)
Perdas em grupos de contratos onerosos e reversões de tais perdas	-	503 033	-	-	-	503 033
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguro	3 334 092	-	-	-	-	3 334 092
Componentes de investimento	(47 302 151)	-	47 302 151	-	-	-
Resultado de serviços de seguros	(63 696 388)	503 033	52 167 487	7 372 674	-	(3 653 194)
Resultado da componente financeira de serviços de seguro	(16 869 179)	772	-	-	-	(16 868 407)
Total reconhecido em rendimento integral	(80 565 567)	503 805	52 167 487	7 372 674	-	(20 521 601)
Fluxos de caixa						
Prêmios recebidos de contratos de seguro emitidos	59 439 634	-	-	-	-	59 439 634
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de seguros decorrentes de contratos de seguro emitidos	-	-	(52 048 508)	(7 856 480)	-	(59 904 988)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(3 725 750)	-	-	-	-	(3 725 750)
Total fluxos de caixa	55 713 884	-	(52 048 508)	(7 856 480)	-	(4 191 104)
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 31 de Dezembro de 2022	119 678 814	1 033 320	5 982 450	6 731 925	-	133 426 509

A evolução dos ativos de contratos de resseguro cedido em 2023, pode ser analisada como se segue:

Contratos de resseguro cedidos	Cobertura Remanescente		Sinistros ocorridos para contratos não mensurados pela abordagem simplificada	Sinistros ocorridos para contratos mensurados pela abordagem simplificada		Total
	Excluindo componente de perdas	Componente de perdas		Valor atual dos fluxos de caixa	Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	
Ativos/Passivos de contratos de resseguro a 31 de Dezembro de 2022	(153 495)	-	-	(538 966)	-	(692 461)
Receitas de resseguro	5 445 949	-	-	-	-	5 445 949
Gastos de serviços de resseguro	(1 475 203)	-	-	(2 501 391)	-	(3 976 594)
Sinistros ocorridos e outros gastos suportados com serviços de resseguros	-	-	-	(355 931)	-	(355 931)
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes ao passivo para sinistros ocorridos	-	-	-	(2 145 460)	-	(2 145 460)
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de resseguro	(1 475 203)	-	-	-	-	(1 475 203)
Resultado de serviços de resseguros	3 970 746	-	-	(2 501 391)	-	1 469 355
Resultado da componente financeira de serviços de resseguro	-	-	-	-	-	-
Total reconhecido em rendimento integral	3 970 746	-	-	(2 501 391)	-	1 469 355
Fluxos de caixa						
Prêmios recebidos de contratos de resseguro cedidos	(5 287 600)	-	-	-	-	(5 287 600)
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de resseguros decorrentes de contratos de resseguro cedidos	-	-	-	2 483 692	-	2 483 692
Fluxos de caixa de aquisição de resseguro	1 470 349	-	-	-	-	1 470 349
Total fluxos de caixa	(3 817 251)	-	-	2 483 692	-	(1 333 559)
Ativos/Passivos de contratos de resseguro a 31 de Dezembro de 2023	0	-	-	(556 665)	-	(556 665)

No ano transato, a evolução é analisada como se segue:

Contratos de resseguro cedidos	Cobertura Remanescente		Sinistros ocorridos para contratos não mensurados pela abordagem simplificada	Sinistros ocorridos para contratos mensurados pela abordagem simplificada		Total
	Excluindo componente de perdas	Componente de perdas		Valor atual dos fluxos de caixa	Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	
Ativos/Passivos de contratos de resseguro a 1 de Janeiro 2022	(131 035)	-	-	(611 819)	-	(742 854)
Receitas de resseguro	4 102 369	-	-	-	-	4 102 369
Gastos de serviços de resseguro	(1 362 571)	-	-	(2 020 328)	-	(3 382 899)
Sinistros ocorridos e outros gastos suportados com serviços de resseguros	-	-	-	(698 114)	-	(698 114)
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes ao passivo para sinistros ocorridos	-	-	-	(1 322 214)	-	(1 322 214)
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de resseguro	(1 362 571)	-	-	-	-	(1 362 571)
Resultado de serviços de resseguro	2 739 798	-	-	(2 020 328)	-	719 470
Resultado da componente financeira de serviços de resseguro	-	-	-	-	-	-
Total reconhecido em rendimento integral	2 739 798	-	-	(2 020 328)	-	719 470
Fluxos de caixa						
Prêmios recebidos de contratos de resseguro cedidos	(4 125 404)	-	-	-	-	(4 125 404)
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de resseguros decorrentes de contratos de resseguro cedidos	-	-	-	2 093 181	-	2 093 181
Fluxos de caixa de aquisição de resseguro	1 363 146	-	-	-	-	1 363 146
Total fluxos de caixa	(2 762 258)	-	-	2 093 181	-	(669 077)
Ativos/Passivos de contratos de resseguro a 31 de Dezembro de 2022	(153 495)	-	-	(538 966)	-	(692 461)

Em 2023, as responsabilidades por serviços futuros e serviços passados de contratos de

seguro mensurados pelo modelo geral de mensuração, é analisada como se segue:

Contratos de seguro emitidos	Valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	Margem de serviços contratuais	Total
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 31 de Dezembro de 2022	114 504 248	3 525 815	7 483 982	125 514 045
Alterações que digam respeito a serviços atuais				
Margem de serviços contratuais reconhecida pelos serviços efetuados	-	-	(1 530 371)	(1 530 371)
Alterações do ajustamento pelo risco para o risco não financeiro que não digam respeito a serviços futuros ou passados	-	(460 478)	-	(460 478)
Ajustamentos em função da experiência-relacionados com os sinistros ocorridos e outros gastos ocorridos diretamente atribuíveis	325 830	-	-	325 830
Alterações que digam respeito a serviços futuros				
Alterações nas estimativas que constituem ajustamentos da margem de serviços contratuais	3 280 262	(1 404 091)	(1 876 171)	-
Alterações nas estimativas que resultem em perdas em grupos de contratos onerosos e reversões de tais perdas	(229 965)	76 887	-	(153 078)
Contratos objeto de reconhecimento inicial durante o período	(855 336)	145 602	869 349	159 615
Ajustamentos em função da experiência	(3 423 035)	(9)	3 874 694	451 650
Alterações que digam respeito a serviços passados				
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações dos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes aos sinistros ocorridos	85 460	-	-	85 460
Resultado de serviços de seguros	(816 784)	(1 642 089)	1 337 501	(1 121 372)
Gastos (Rendimentos) financeiros de contratos de seguro emitidos	6 730 884	114 738	142 279	6 987 901
Total reconhecido em rendimento integral	5 914 100	(1 527 351)	1 479 780	5 866 529
Fluxos de caixa				
Prêmios recebidos de contratos de seguro emitidos	17 760 570	-	-	17 760 570
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de seguros decorrentes de contratos de seguro emitidos	(24 380 162)	-	-	(24 380 162)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(314 917)	-	-	(314 917)
Total fluxos de caixa	(6 934 509)	-	-	(6 934 509)
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 31 de Dezembro de 2023	113 483 839	1 998 464	8 963 762	124 446 065

No ano transato, a evolução é analisada como se segue:

Contratos de seguro emitidos	Valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	Margem de serviços contratuais	Total
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 1 de janeiro de 2022	143 088 077	4 305 538	2 525 156	149 918 771
Alterações que digam respeito a serviços atuais				
Margem de serviços contratuais reconhecida pelos serviços efetuados	-	-	(1 821 028)	(1 821 028)
Alterações do ajustamento pelo risco para o risco não financeiro que não digam respeito a serviços futuros ou passados	-	(562 356)	-	(562 356)
Ajustamentos em função da experiência- relacionados com os sinistros ocorridos e outros gastos ocorridos diretamente atribuíveis	528 982	-	-	528 982
Alterações que digam respeito a serviços futuros				
Alterações nas estimativas que constituem ajustamentos da margem de serviços contratuais	(23 625 097)	(1 427 251)	25 052 348	-
Alterações nas estimativas que resultem em perdas em grupos de contratos onerosos e reversões de tais perdas	444 981	(50 134)	-	394 847
Contratos objeto de reconhecimento inicial durante o período	(4 548 765)	1 259 092	3 598 800	309 127
Ajustamentos em função da experiência	21 998 017	-	(21 978 346)	19 671
Alterações que digam respeito a serviços passados				
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações dos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes aos sinistros ocorridos	320 093	-	-	320 093
Resultado de serviços de seguros	(4 881 790)	(780 649)	4 851 774	(810 664)
Gastos (Rendimentos) financeiros de contratos de seguro emitidos	(16 976 385)	926	107 052	(16 868 407)
Total reconhecido em rendimento integral	(21 858 175)	-779723	4 958 826	-17679071
Fluxos de caixa				
Prêmios recebidos de contratos de seguro emitidos	45 770 740	-	-	45 770 740
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de seguros decorrentes de contratos de seguro emitidos	(52 048 508)	-	-	(52 048 508)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(447 887)	-	-	(447 887)
Total fluxos de caixa	-6725655	0	0	-6725655
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 31 de Dezembro de 2022	114 504 248	3 525 815	7 483 982	125 514 045

A seguinte tabela tem o objetivo de demonstrar o efeito sobre a demonstração da posição financeira do reconhecimento de novo

negócio, em linha com o requerido no parágrafo 108 do normativo.

Contratos de seguro emitidos	2023			2022		
	Rentáveis	Onerosos	Total	Rentáveis	Onerosos	Total
Passivos de contratos de seguro Vida						
Estimativas do valor presente das saídas de caixa futuras excluindo o montante dos fluxos de caixa de aquisição de seguros	(4.647.293)	(1.066.239)	(5.713.532)	(43.719.782)	(2.781.426)	(46.501.208)
Estimativa para os montantes dos fluxos de caixa de aquisição de seguros	(171.689)	(143.247)	(314.936)	(278.768)	(171.431)	(450.199)
Estimativas do valor presente das saídas de caixa futuras	(4.818.982)	(1.209.485)	(6.028.467)	(43.998.550)	(2.952.857)	(46.951.407)
Estimativas do valor presente das entradas de caixa futuras	5.814.681	1.069.122	6.883.803	48.788.302	2.711.869	51.500.171
Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	(126.351)	(19.252)	(145.602)	(1.190.952)	(68.140)	(1.259.091)
Margem de serviços contratuais	(869.349)		(869.349)	(3.598.800)		(3.598.800)
Aumento nos passivos de contratos de seguro de contratos reconhecidos no período	-	(159.615)	(159.615)	-	(309.128)	(309.128)

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

A tabela seguinte reflete, 31 de dezembro de 2023, a libertação da margem de serviços

contratuais ao longo do tempo, conforme previsto no parágrafo 109 do normativo.

	Até 1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Contratos de seguro emitidos	1 576 139	1 306 941	1 086 627	897 296	735 363	3 361 396	8 963 762

NOTA 15 – PASSIVOS FINANCEIROS DE CONTRATOS DE INVESTIMENTO

Os contratos classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento correspondem a contratos de seguro e operações em que o risco de investimento é suportado pelo tomador se seguro. No entanto, e pelo facto de, em termos

contratuais, existir uma taxa mínima garantida, assumem para a Companhia risco de investimento.

Os movimentos ocorridos são os seguintes:

	Com Risco Investimento	Sem Risco Investimento	TOTAL
Valor Inicial	21.903.583	15.012.753	36.916.336
Entradas no período	4.256.768	6.614.082	10.870.850
Montantes Pagos	6.699.930	4.419.331	11.119.261
Rendimentos (Gastos)	820.397	1.113.284	1.933.681
Encargos de Gestão	169.464	174.058	343.522
Passivos Adquiridos de ou transferidos para outra	(32.953)	-	(32.953)
Valor Final	20.078.401	18.146.730	38.225.131

Os passivos financeiros destes produtos correspondem ao valor total das unidades de participação, avaliada de acordo com os ativos financeiros que os compõem, conforme Nota

8. Adicionalmente, a Companhia avalia e regista as responsabilidades associadas à garantia de taxa, em 2023 corresponde a Euros: 3.217.116 (2022: Euros 3.615.024).

NOTA 16 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Passivos subordinados

Em passivos subordinados, o montante registado de Euros 5.000.000 respeita ao empréstimo subordinado concedido pela VICTORIA – Seguros, S.A., com os requisitos

técnicos para reforço dos fundos próprios elegíveis para efeitos de Solvência II.

Passivos de Locação

Os passivos resultantes dos ativos sob direito de uso, são os seguintes:

Passivos de Locação	2023	2022
Ativos tangíveis	51.040	76.110
	51.040	76.110

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Os compromissos assumidos na componente variável destes contratos, não incluídos na mensuração do passivo de locação, totaliza

Euros 32.326 e tem a seguinte distribuição temporal:

2024	2025	2026	2027
25 548	3 294	2 709	774

NOTA 17 – OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta conta é analisado como segue:

	2023	2022
Tomadores de Seguros	5.562.673	5.340.742
Mediadores de Seguros	167.851	200.444
Co-Seguros	36.634	36.626
Sub-total	5.767.158	5.577.812
Resseguradores	453.997	81.431
Outros Credores	2.279.054	2.104.671
TOTAL	8.500.209	7.763.914

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica Tomadores de Seguros inclui o montante de Euros 4.856.356 (2022: Euros 4.669.448) relativo aos reembolsos de produtos financeiros maturados e ainda não reclamados

pelos clientes. A rubrica Outros Credores inclui o saldo com a VICTORIA – Seguros, S.A no montante de Euros 1.777.644 (2022: Euros 1.721.032) e ainda o montante relativo a Depósitos à ordem referidos na Nota 1.

NOTA 18 – ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

A rubrica destina-se ao reconhecimento, no exercício a que respeitam, de gastos e

rendimentos, pelo que é analisada da seguinte forma:

Acréscimos e diferimentos no Ativo

	2023	2022
Rendas e Alugueres	3.108	39.948
Outros acréscimos e diferimentos	134.595	202.180
Total	137.703	242.128

Acréscimos e diferimentos no Passivo

	2023	2022
Férias e subsídio de férias	421 752	422 570
Outros encargos com pessoal	104 384	104 586
Incentivos comerciais e de desempenho	804 159	821 200
Rendas e alugueres	302 987	413 173
Outros acréscimos e diferimentos	793 653	637 309
Total	2 426 935	2 398 838

NOTA 19 – CAPITAL PRÓPRIO

I. Capital

O capital social da VICTORIA – Seguros de Vida, S.A., no montante de Euros 8.500.000, detido na sua totalidade pela VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A., é representado por 1.700.000 ações de valor nominal de Euros 5 cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário.

Em 2003, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 16 de

junho, a Empresa procedeu a um aumento do capital social de Euros 1.000.000 pela emissão de 200.000 novas ações de valor nominal de Euros 5, e prémio de emissão de Euros 2.500.000.

II. Reservas de Reavaliação

As Reservas de reavaliação sofreram no decurso do exercício de 2023, as seguintes alterações:

	Saldo inicial	Valorizações / Desvalorizações	Diminuições por Venda	Saldo final
Por ajustamentos de Activos Financeiros	(2 923 685)	2 860 323	186 160	122 798
Títulos de Dívida	(2 923 685)	2 860 323	186 160	122 798
Dívida Pública	(262 556)	248 817	31 531	17 792
De Outros Emissores Públicos	(155 501)	86 945	8 643	(59 913)
De Outros Emissores	(2 505 628)	2 524 561	145 986	164 919
Por ajustamentos de Terrenos e Edifícios	303 082	(65 481)	-	237 601
Provisão para perdas de créditos	94 442	17 099	(13 851)	97 690
Títulos de Dívida	94 442	17 099	(13 851)	97 690
Dívida Pública	1 275	239	(749)	765
De Outros Emissores Públicos	1 597	2	(1 322)	277
De Outros Emissores	91 570	16 858	(11 780)	96 648
Total	(2 526 161)	2 811 941	172 309	458 089

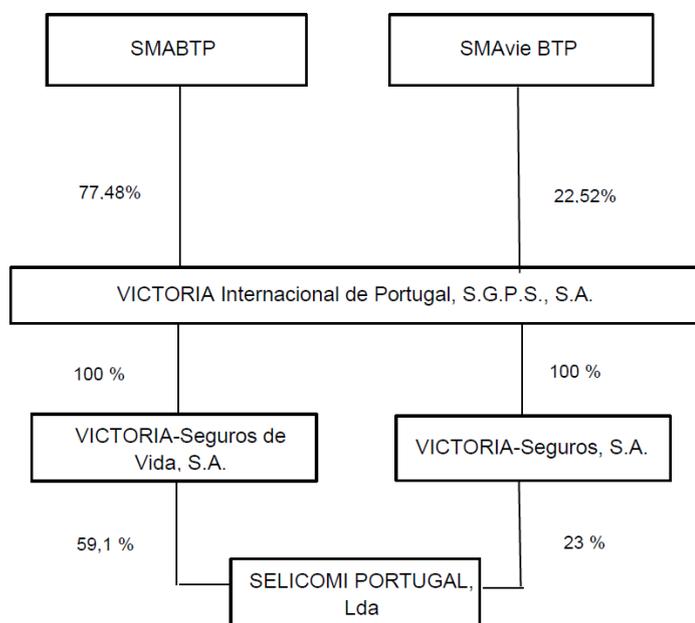
III. Reserva Legal

De acordo com a legislação portuguesa, a VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. tem de

constituir uma reserva legal de pelo menos 10% sobre o resultado líquido anual, até à concorrência do Capital social.

NOTA 20 – TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

No decurso de 2023, as entidades relacionadas da Companhia podem ser analisadas como se segue:



A análise das transações com entidades relacionadas, é analisada como segue:

GANHOS E PERDAS	Victoria Internacional - SGPS	Victoria-Seguros, SA	Selicomi	ASEFA	SMABTP	SMA Vie	Investimo	Imperio Assurance
Prémios Adquiridos de Seguro Direto				47.331				
Prémios Adquiridos de Resseguro Cedido					(211.304)			(12.619)
Rendimentos de investimentos			557.100					
Total dos Proveitos	-	-	557.100	47.331	(211.304)	-	-	(12.619)
Custos e gastos de exploração - comissões Resseg					(164.110)			(836)
Custos com sinistros - parte dos resseguradores								(5.400)
Variação Provisões Técnicas								
Outros Gastos Gerais e Administrativos	156.350	200.000		-		102.973	30.000	-
Total dos Custos	156.350	200.000	-	-	(164.110)	102.973	30.000	(6.236)
Líquido Proveitos/ (Custos) 2023	(156.350)	(200.000)	557.100	47.331	(47.194)	(102.973)	(30.000)	(6.383)
Líquido Proveitos/ (Custos) 2022	(149.122)	(200.000)	439.718	49.899		(114.546)	(30.000)	(10.865)
BALANÇO	Victoria Internacional - SGPS	Victoria-Seguros, SA	Selicomi	ASEFA	SMABTP	SMA Vie	Investimo	Imperio Assurance
Ativo								
Empréstimos e contas a receber			7.592.042					
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido					106.937			
Outros Devedores por operações de seguro e outras	1.671.860							
Total do Ativo	1.671.860	-	7.592.042	-	106.937	-	-	-
Passivo								
Passivos Subordinados		5.000.000						
Depósitos recebidos de resseguradores								
Outros Credores por operações de seguro e outras		1.777.644			164.110			12.619
Total do Passivo	-	6.777.644	-	-	164.110	-	-	12.619
Líquido Ativo / (Passivo) 2023	1.671.860	(6.777.644)	7.592.042	-	(57.173)	-	-	(12.619)
Líquido Ativo / (Passivo) 2022	1.845.826	(6.721.032)	7.592.042	-	-	-	-	(10.864)

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

As transações efetuadas com as entidades VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A. e VICTORIA – Seguros, S.A. revestem a natureza meramente administrativa.

No que se refere às entidades SMA Vie e Investimo, desenvolvem a atividade de *front*

office da atividade de investimentos de ativos financeiros de acordo com mandatos de gestão específicos por carteira de investimentos.

NOTA 21 – ELEMENTOS EXTRA PATRIMONIAIS

Compromissos por garantias prestadas

Não existem garantias prestadas pela Companhia.

16.559.266 (2022: Euros 14.728.315), dos quais Euros 2.207.131 (2022: Euros 2.105.411) têm taxa garantida.

Fundos de Pensões

O valor dos ativos dos Fundos de Pensões geridos pela Companhia era de Euros

VI – NOTAS À CONTA DE GANHO E PERDAS

Relativamente ao Seguro de Vida, e no que respeita à análise dos prémios emitidos, temos a seguinte composição:

Prémios brutos emitidos de seguro directo	2023	2022
Relativos a contratos individuais	13 089 021	14 438 300
Relativos a contratos de grupo	18 085 486	16 312 748
Relativos a contratos de grupo em LPS	47 331	49 915
	31 221 838	30 800 963
Periódicos	19 097 510	18 718 795
Periódicos em LPS	47 331	49 915
Não Periódicos	12 076 997	12 032 253
	31 221 838	30 800 963
De contratos sem participação nos resultados	10 020 650	10 428 142
De contratos com participação nos resultados	21 153 857	20 322 906
De contratos com participação nos resultados em LPS	47 331	49 915
	31 221 838	30 800 963
De contratos mensurados pela alocação de prémio	14 682 144	14 168 269
De contratos mensurados pela alocação de prémio em LPS	47 331	49 915
De contratos mensurados pelo modelo geral de mensuração	16 492 363	16 582 779
De contratos mensurados pela abordagem da comissão variável	-	-
	31 221 838	30 800 963

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

A VICTORIA iniciou em 2016, junto das autoridades competentes, o processo de autorização para explorar em Espanha, em regime de livre prestação de serviços, todas as modalidades de seguro de vida. O impacto

desse negócio, na receita de prémios de 2023 foi de 47.331€ (em 2022: 49.915€).

Os sinistros pagos de contratos de seguros, são analisados da seguinte forma:

Sinistros Montantes pagos	2023	2022
Vida	25.461.513	25.368.942
Vencimentos	9.446.460	10.655.627
Capitais morte ou Invalidez	3.760.318	3.822.557
Rendas	3.031.051	2.883.296
Resgates	9.186.708	7.781.324
Outras	36.976	226.138

Nas notas seguintes, efetua-se a análise das componentes do resultado de contratos de seguros, de acordo com os modelos de

mensuração preconizados pela norma e de aplicação pela Companhia.

NOTA 22 – RÉDITOS DE CONTRATOS DE SEGURO

A análise efetuada aos proveitos de contratos de seguro ao nível do modelo de mensuração, é analisada como se segue:

2023	Modelo geral de mensuração	Abordagem de imputação dos prémios	Total
Proveitos de contratos de seguro	5.979.985	13.976.592	19.956.577
<i>Contratos não mensurados pela Abordagem de imputação dos prémios</i>			
Libertação do valor esperado dos sinistros ocorridos e gastos atribuíveis a contratos de seguros	3.876.234		3.876.234
Variações no ajustamento de risco (risco não financeiro) pelo risco expirado	437.527		437.527
Libertação da margem de serviços contratuais pelos serviços transferidos	1.530.371		1.530.371
Alocação dos custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	135.853		135.853
<i>Proveitos de contratos de seguro mensurados pela Abordagem de imputação dos prémios</i>		13.976.592	13.976.592

2022	Modelo geral de mensuração	Abordagem de imputação dos prêmios	Total
Proveitos de contratos de seguro	6.257.527	13.470.802	19.728.329
<i>Contratos não mensurados pela Abordagem de imputação dos prêmios</i>			
Libertação do valor esperado dos sinistros ocorridos e gastos atribuíveis a contratos de seguros	3.813.048		3.813.048
Variações no ajustamento de risco (risco não financeiro) pelo risco expirado	544.956		544.956
Libertação da margem de serviços contratuais pelos serviços transferidos	1.821.028		1.821.028
Alocação dos custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	78.494		78.494
<i>Proveitos de contratos de seguro mensurados pela Abordagem de imputação dos prêmios</i>		13.470.802	13.470.802

NOTA 23 – GASTOS DE CONTRATOS DE SEGURO

A análise efetuada aos gastos de contratos de seguro ao nível do modelo de mensuração, é analisada como se segue:

2023	Modelo geral de mensuração	Abordagem de imputação dos prêmios	Total
Gastos de contratos de seguro	(4.668.121)	(13.436.703)	(18.104.824)
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros	(4.287.109)	(7.977.596)	(12.264.705)
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	(135.853)	(3.565.463)	(3.701.316)
Alterações relativas a serviços passados	(79.016)	(1.893.644)	(1.972.660)
Alterações relativas a serviços futuros	(166.143)	-	(166.143)
2022	Modelo geral de mensuração	Abordagem de imputação dos prêmios	Total
Gastos de contratos de seguro	(5.446.864)	(10.628.272)	(16.075.136)
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros	(4.746.357)	(7.856.481)	(12.602.837)
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	(78.494)	(3.255.598)	(3.334.092)
Alterações relativas a serviços passados	(118.980)	483.807	364.827
Alterações relativas a serviços futuros	(503.033)	-	(503.033)

NOTA 24 – RESULTADO DE CONTRATOS DE RESSEGURO

A análise efetuada ao resultado de contratos de resseguro ao nível do modelo de mensuração, é analisada como se segue:

2023	Modelo geral de mensuração	Abordagem de imputação dos prémios	Total
Proveitos de contratos de resseguro	-	3.976.594	3.976.594
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros		3.958.895	3.958.895
Alterações relativas a serviços passados		17.699	17.699
Gastos de contratos de resseguro	-	(5.445.949)	(5.445.949)
<i>Gastos de contratos de resseguro - mensurados pela Abordagem de imputação dos prémios</i>		(5.445.949)	(5.445.949)
Resultado de contratos de resseguro – 31 de dezembro de 2023	-	(1.469.355)	(1.469.355)

2022	Modelo geral de mensuração	Abordagem de imputação dos prémios	Total
Proveitos de contratos de resseguro	-	3.382.899	3.382.899
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros		3.455.752	3.455.752
Alterações relativas a serviços passados		(72.853)	(72.853)
Gastos de contratos de resseguro	-	(4.102.369)	(4.102.369)
<i>Gastos de contratos de resseguro - mensurados pela Abordagem de imputação dos prémios</i>		(4.102.369)	(4.102.369)
Resultado de contratos de resseguro – 31 de dezembro de 2022	-	(719.470)	(719.470)

NOTA 25 – COMPONENTE FINANCEIRA DE CONTRATOS DE SEGURO

- I. Os resultados da componente financeira com impacto em resultado, são analisados como segue:

	Modelo geral de mensuração	
	2023	2022
Perdas da componente financeira de contratos de seguro reconhecida em resultados	1.358.323	830.296
Valor atual estimado dos fluxos de caixa	1.101.307	722.318
Margem de serviços contratual	142.279	107.052
Ajustamento de risco	114.738	926

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

- II. Os resultados da componente financeira com impacto em Capital, são analisados como segue:

Modelo geral de mensuração	Contratos seguro
Perdas da componente financeira 01.01.2022	(56.351)
Variação entre a taxa de desconto de mercado atual e a taxa de desconto locked-in	17.698.704
Perdas da componente financeira 31.12.2022	17.642.353
Variação entre a taxa de desconto de mercado atual e a taxa de desconto locked-in	(5.629.578)
Perdas da componente financeira 31.12.2023	12.012.775

NOTA 26 – COMISSÕES RECEBIDAS DE CONTRATOS DE SEGURO CONSIDERADOS PARA EFEITOS CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO

As comissões recebidas relativamente aos contratos de investimento, é analisada da seguinte forma:

	2023	2022
Encargos Subscrição	4 104	4 642
Comissão de Gestão	342 501	342 390
Encargos Resgate	30 919	28 630
	377 524	375 662

NOTA 27 – RENDIMENTOS / RÉDITOS DE INVESTIMENTOS

Os critérios de valorimetria utilizados na mensuração dos investimentos estão referidos

na nota III. Os rendimentos de investimentos são analisados como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	2023	2022
Terrenos e Edifícios	2 162 292	2 124 794
Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos	151 904	183 440
Outros investimentos financeiros		
Empréstimos concedidos e contas a receber		
Depósitos	4 346	163
Empréstimos concedidos - outros	405 335	258 142
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Títulos de Dívida	174 974	175 186
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas		
Títulos de Dívida	2 689 501	1 448 982
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados		
Instrumentos de Capital e Unid Participação	6 607	6 332
Títulos de Dívida	326 956	249 477
TOTAL	5 921 915	4 446 516

Os rendimentos de investimentos em associadas, respeitam a lucros distribuídos no ano pela sociedade SELICOMI Portugal, Lda.

NOTA 28 – GANHOS E PERDAS EM INVESTIMENTOS AO JUSTO VALOR POR RESERVAS

Os ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por reservas é analisada como segue:

	2023	2022
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas		
Instrumentos de Capital e Unid Participação		(28 425)
Títulos de Dívida	(17 397)	(5 533 173)
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Títulos de Dívida	4 593	
Terrenos e Edifícios	2 386 544	19 860
TOTAL	2 373 740	(5 541 738)

NOTA 29 – GANHOS E PERDAS EM INVESTIMENTOS AO JUSTO VALOR POR RESULTADOS

Os ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por resultados é analisada como segue:

ACTIVOS FINANCIEROS	2023		2022	
	VALIAS REALIZADAS	AJUST JUSTO VALOR	VALIAS REALIZADAS	AJUST JUSTO VALOR
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	228 899	2 074 037	(399 008)	(2 457 591)
Instrumentos de Capital e Unid Participação	224 755	1 476 264	(378 589)	(1 264 943)
Títulos de Dívida	4 145	597 773	(20 419)	(1 192 648)
TOTAL	228 899	2 074 037	(399 008)	(2 457 591)

No que respeita aos passivos financeiros, a movimentação é a seguinte:

PASSIVOS FINANCIEROS	2023	2022
Gastos em passivos	(2.753.070)	(1.714.194)
Ganhos em passivos	819.389	6.920.911
TOTAL	(1.933.681)	5.206.717

NOTA 30 – OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS TÉCNICOS

O saldo é como segue:

	2023	2022		2023	2022
Outros gastos técnicos			Outros rendimentos técnicos		
Por gestão Co-Seguro	-	-	Por gestão Co-Seguro		
Por gestão Fundos de Pensões	4 604	97 281	Por gestão Fundos de Pensões	203 388	180 118
Por outros	5	-	Por outros	6 444	2 851
Sub-total	4 609	97 281		209 832	182 969
Total	205 223	85 688			

NOTA 31 – OUTRAS PROVISÕES (VARIAÇÕES)

As outras provisões destinam-se a fazer face a outros riscos da atividade, nomeadamente pelo facto da Companhia proceder à anulação de cheques que não se encontram descontados há mais de 2 anos. Inclui ainda uma provisão para fazer face a

responsabilidades assumidas enquanto entidade gestora de Fundos de Pensões.

Da análise do ano, resultam os seguintes movimentos:

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Utilização/Transf	Saldo final
Outras Provisões	141.982	-	16.209	-	125.773

NOTA 32 – OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS

O saldo é como segue:

	2023	2022		2023	2022
Gastos e perdas não correntes			Rendimentos e ganhos não correntes		
Multas e penalidades	-	24 000	Restituição impostos		
Quotizações diversas e donativos	12 125	12 685	Outros rendimentos e ganhos	47 092	51 736
Outros gastos e perdas	44 512	8 038			
Gastos e perdas financeiras			Rendimentos e ganhos financeiros		
Juros suportados	6 239	45	Juros obtidos	3 416	-
Outros gastos e perdas	6 269	14 637	Outros rendimentos e ganhos	224	112
Ajustamentos			Ajustamentos		
De recibos por cobrar	-	-	De recibos por cobrar	12 422	16 361
De créditos de cobrança duvidosa	-	9 399	De créditos de cobrança duvidosa	15 580	-
Perdas em Activos Tangíveis	-	-	Ganhos em Activos Tangíveis	2 349	-
			Outros	3 000	2
Sub-total	69 145	68 804		84 083	68 211
Total	14 938	(593)			

NOTA 33 – GASTOS POR NATUREZA E FUNÇÃO

A composição dos gastos por natureza são analisados como se segue:

	2023	2022
Despesas com Pessoal	4 483 097	5 019 738
Fornecimento e Serviços Externos	3 566 988	3 146 645
Impostos e Taxas	64 946	63 496
Amortizações do Exercício	1 380 105	1 448 315
Juros Suportados	211 372	230 291
Comissões	181 242	195 040
Remunerações de mediação	2 835 934	2 725 922
Total	12 723 684	12 829 447

A rubrica Fornecimento e Serviços Externos inclui os honorários do Revisor Oficial de Contas e da sua rede e apresenta a seguinte distribuição (valores sem IVA):

- Serviços de Revisão Legal de Contas no montante de 61.284 Euros;
- Serviços de certificação dos elementos de informação para efeitos de Solvência II e outros serviços de garantia de fiabilidade, no montante de 39.800 Euros;

-Serviços de Revisão Legal de Contas no montante de 16.888 Euros, relativos aos Fundos de Pensões geridos pela VICTORIA – Seguros de Vida, SA

A análise por função dos contratos de seguros, desagregada entre gastos atribuíveis e não atribuíveis a contratos de seguro, é analisada da seguinte forma:

	2023			2022		
	Contratos de Seguro		Contratos Investimento	Contratos de Seguro		Contratos Investimento
	Atribuíveis	Não Atribuíveis		Atribuíveis	Não Atribuíveis	
Custos com sinistros	682 051	344 117		721 535	400 682	
Custos de aquisição	3 872 372	748 820	155 609	4 108 538	990 933	192 926
Custos administrativos	3 047 615	1 461 599	142 339	2 882 870	1 684 428	149 367
Custos com investimentos		1 260 546	399 565		1 099 805	281 155
Custos Gestão Fundos de Pensões		609 051			317 208	
Total	7 602 038	4 424 133	697 513	7 712 943	4 493 056	623 448

NOTA 34 – GASTOS COM O PESSOAL

Número médio de trabalhadores

A distribuição das categorias foi efetuada de acordo com a repartição existente no Balanço Social (Dec. Lei 9/92 de 22/01) e Anexo I do C.C.T. da Atividade Seguradora. Durante o

exercício a empresa teve, além de 1 membro do Conselho de Administração, ao seu serviço em média 79 empregados, com a seguinte estrutura por qualificação de funções:

Qualificação de Funções	Nº Médio de Empregados	
	2023	2022
Quadros superiores	17	17
Quadros médios	7	6
Profissionais altamente qualificados	17	19
Profissionais qualificados	37	41
Profissionais semi – qualificados	1	1
Estagiários e aprendizes	-	-
Total	79	84

Montante das despesas com o pessoal

Os gastos com o pessoal referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são analisados como segue:

Rubricas	2023	2022
Remunerações		
dos órgãos sociais	241.076	229.803
do pessoal	3.221.864	3.476.126
Encargos sobre remunerações	818.597	864.033
Benefícios pós-emprego		
Planos de contribuição definida	52.352	52.174
Planos de benefício definido	(26.421)	16.787
Outros benefícios a longo prazo dos	-	-
Benefícios de cessação de emprego	-	-
Seguros obrigatórios	79.979	83.993
Gastos de acção social	19.469	20.438
Outros gastos com pessoal	76.181	276.384
Total de custos com pessoal	4.483.097	5.019.738

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Os órgãos da Companhia responsáveis pelo planeamento, direção e controlo, são constituídos tendo por base a estrutura da Companhia no Grupo, o que significa que a gestão e/ou direção efetiva é independente do vínculo contratual. A distribuição das responsabilidades está representada de acordo com o organigrama institucional, e é composta pelas seguintes Direções:

- Comercial
- Gestão Risco e Controlo Interno
- Financeiro
- Técnico
- Operações
- Informática

e sendo uma organização transversal ao grupo, a composição é a seguinte:

Orgãos	Nº elementos	Valor Total Remuneração	
		VIDA	SEGUROS
Comissão Executiva	2	251.389	238.060
Diretores	11	442.708	782.791
Responsáveis	23	524.673	986.911
	36	1.218.770	2.007.763

No que respeita a benefícios de pós-emprego dos órgãos acima referidos, seguem o estipulado no CCT da Atividade Seguradora.

Governo da Sociedade

Os órgãos sociais da VICTORIA, nomeadamente os membros não executivos do Conselho de Administração, os quais integram outros órgãos de gestão de sociedades do Grupo SMA, e a Mesa da Assembleia Geral, não auferem qualquer tipo de remuneração fixa ou variável. Os membros do Conselho Fiscal auferem um valor anual fixo que é definido pelo Conselho de Administração em função da complexidade das funções desempenhadas e da situação económica da empresa.

A Comissão Executiva é composta por um Presidente e por um Administrador, os únicos

membros do Conselho de Administração com funções executivas. Ambos sustentam a sua política de remuneração nas duas componentes básicas: remuneração fixa e remuneração variável.

A definição e aprovação dos valores que devem ser aplicados relativamente à política de remuneração desta função é da responsabilidade do Conselho de Administração da VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A., sendo ratificados nas Assembleias Gerais das duas sociedades operacionais.

Os benefícios atribuídos aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, apresentados de forma agregada e individual, são os seguintes:

			2023	2022
Conselho de Administração			260.829	250.831
Vogal e Presidente da Comissão Executiva	Francisco Campilho	Outras remunerações	197.754	188.875
		Bónus Anual	63.075	61.956
Vogal	Carlos Suárez	Outras remunerações	-	-
		Bónus Anual	-	-
Conselho Fiscal			26.000	19.000
Presidente	João de Lara Everard	Outras remunerações	-	-
Vogal	Célia Maria Custódio	Outras remunerações	13.000	9.500
Vogal	Eduardo Roque Rêgo	Outras remunerações	13.000	9.500

VII) EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DE ENCERRAMENTO

O ano de 2023 ficou indubitavelmente marcado pela entrada em vigor a 01 de janeiro de 2023, da norma contabilística IFRS 17 – Contrato de Seguro, que veio substituir a atual IFRS 4 e pela IFRS 9 – Instrumentos Financeiros que vem substituir a IAS 39.

A adoção da IFRS 17, para além de novas regras para o reconhecimento, mensuração e divulgação dos contratos de seguro e de resseguro, reveste-se igualmente por uma alteração estrutural profunda e significativa, da forma como os contratos de seguros são contabilizados e, conseqüentemente, das demonstrações financeiras das empresas de seguros, pelo que é considerado um marco importante para o setor segurador a nível internacional.

O objetivo da norma, visa reforçar a transparência, a consistência e a comparabilidade das demonstrações financeiras, e providenciar informação mais adequada sobre o negócio segurador, possibilitar aos utilizadores das demonstrações

financeiras avaliarem o efeito dos contratos de seguro sobre a posição financeira da entidade, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.

A IFRS 17 aplica-se a contratos de seguro e resseguro, bem como a contratos de investimento com características de participação discricionária. Embora o conceito de contrato de seguro em IFRS17, não seja substancialmente diferente do preconizado pela IFRS 4, esta prevê que algumas componentes existentes nos contratos, possam ser excluídas do âmbito da IFRS 17.

Atendendo à complexidade decorrente da adoção das normas contabilísticas referidas, projeta-se como inevitável que os próximos anos serão de particular importância no que concerne à consolidação e otimização, de processos, sistemas informáticos, bases de dados e até mesmo das equipas de trabalho diretamente envolvidas.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Outros eventos que não os relacionados com o normativo contabilístico, mas que de forma significativa também influenciam a atividade das empresas, e em particular a atividade seguradora, encontram-se abaixo descritos.

Se o ano de 2023 consolidou o controlo dos efeitos da pandemia de Covid-19 que assolou o Mundo nos últimos anos, a Guerra na Ucrânia iniciada em finais de fevereiro de 2022, após a invasão por tropas russas, continua a ser uma realidade sem fim à vista. A expectativa de uma resolução rápida do conflito, foi-se desvanecendo pouco a pouco, e mais de 2 anos após o seu início é difícil prever em que de data e de que forma poderá a Paz ser alcançada. Para além do devastador impacto humano, a guerra continua a ter um forte impacto económico no mundo. Em 2023 ainda, surge um novo conflito bélico, neste caso Israel e o Hamas na Palestina. Vivem-se neste momento, receios fundamentados que a extensão do conflito possa assumir maiores dimensão, nomeadamente, podendo “alastar” para outros países. Também as próximas eleições presidenciais nos Estados Unidos da América, estão a transformar-se em mais um fator de indefinição e instabilidade a nível global.

Neste contexto de alteração do paradigma de taxas de juro muito baixas que nos acompanhou nos últimos anos, o nível de incerteza mantém-se elevado, apesar de globalmente se antever que a recessão económica será evitada e que a estabilidade monetária regresse.

No caso da VICTORIA, o ambiente de incerteza poderá implicar alguma volatilidade no preço dos ativos financeiros detidos.

A incerteza em torno do ritmo de crescimento económico bem como sobre a evolução do nível de preços, tornam a atividade da companhia mais desafiante, sendo expectável as linhas de negócio mais sensíveis à atividade económica possam apresentar indicadores de crescimento mais incertos. Igualmente desafiante é a projeção do impacto do nível de preços nos custos com sinistros e na globalidade das despesas da companhia e que obrigará a manter uma disciplina financeira apertada.

Neste momento, entende a companhia, que, relativamente aos ativos intangíveis registados, nomeadamente projetos informáticos em curso, a atual situação não coloca em causa a sua pertinência e consequentemente a continuidade dos mesmos.

A temática das Finanças Sustentáveis continuará a ser uma prioridade para o exercício, ao longo do qual se implementarão um conjunto de iniciativas que visam dar corpo à estratégia de longo prazo do Conselho de Administração.

Adicionalmente, parte dos riscos mencionados deverá continuar a ser mitigada através de medidas económicas e sociais eventualmente adotadas pelo Governo.

Por parte do Conselho de Administração, não se perspetivam alterações de políticas que

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

possam impactar de forma significativa o desenrolar da atividade normal da empresa.

VIII) JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash *flows* descontados. Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas, ativos financeiros mensurados ao justo valor através ganhos e perdas

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor é estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash *flows* descontados.

Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações, Empréstimos e outros passivos financeiros

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

IX) ALTERAÇÕES ÀS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

IX.1 ALTERAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação

financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

IX.2 NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES QUE ENTRARAM EM VIGOR NO EXERCÍCIO

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2023:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 17 - Contratos de Seguros (incluindo emendas à IFRS 17)	1-jan-23	Esta norma estabelece, para os contratos de seguros dentro do seu âmbito de aplicação, os princípios para o seu reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. Esta norma substitui a norma IFRS 4 - Contratos de Seguros.
Emenda à norma IAS 8 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros – Definição de estimativas contabilísticas	1-jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB define estimativa contabilística como montante monetário nas demonstrações financeiras sujeito a incerteza de mensuração.
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e IFRS Practice Statement 2 – Divulgação de políticas contabilísticas	1-jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB em fevereiro de 2021 clarifica que devem ser divulgadas as políticas contabilísticas materiais, em vez das políticas contabilísticas significativas, tendo introduzido exemplos para identificação de política contabilística material.
Emenda à norma IAS 12 Impostos sobre o rendimento – Impostos diferidos relacionados com ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1-jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB em maio de 2021 clarifica que a isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos não se aplica em transações que produzam montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis
Emenda à norma IFRS 17 – Contratos de seguro – aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – informação comparativa	1-jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB em dezembro de 2021 introduz alterações sobre informação comparativa a apresentar quando uma entidade adota as duas normas IFRS 17 e IFRS 9 em simultâneo.
Emenda à norma IAS 12 – Impostos sobre o rendimento – <i>International Tax Reform (Pillar Two)</i>	1-jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB em maio de 2023 inclui uma isenção temporária ao requisito de reconhecimento de impostos diferidos e divulgação de informação sobre os impostos decorrentes do modelo Pilar Dois da reforma da

tributação internacional, devendo ser divulgado que foi utilizada essa isenção.

Os impactos da aplicação pela primeira vez das normas acima descritas podem ser analisados na nota **Transição e respetivos impactos** deste anexo.

IX. 3 NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES QUE ENTRAM EM VIGOR EM EXERCÍCIOS FUTUROS

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Emendas à norma IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos como correntes e não correntes; Diferimento da data de aplicação; Passivos não correntes com <i>covenants</i>	1-jan-24	Estas emendas publicadas pelo IASB clarificam a classificação dos passivos como correntes e não correntes analisando as condições contratuais existentes à data de reporte. A emenda relativa a passivos não correntes com <i>covenants</i> clarificou que apenas as condições que devem ser cumpridas antes ou na data de referência das demonstrações financeiras relevam para efeitos da classificação como corrente/não corrente. A data de aplicação das emendas foi adiada para 1 de janeiro de 2024.
Emenda à norma IFRS 16 – Locações – Passivo de locação numa transação de venda e relocação	1-jan-24	Esta emenda publicada pelo IASB em setembro de 2022 clarifica como um vendedor locatário contabiliza uma transação de venda e relocação que cumpre os critérios da IFRS 15 para ser classificada como venda.

Estas emendas apesar de aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não foram adotadas pela Empresa em 2023, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

se estima que da futura adoção das referidas emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

IX.4 NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES AINDA NÃO ADOTADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontram ainda aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda às normas IAS 7 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa - e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – <i>Supplier Finance Arrangements</i>	1-jan-24	Estas emendas publicadas pelo IASB em maio de 2023 incluem requisitos de divulgação adicional de informação qualitativa e quantitativa sobre acordos de financiamento de fornecedores.
Emenda à IAS 21 – Os efeitos de alterações em taxas de câmbio – <i>Lack of exchangeability</i>	1-jan-25	Esta emenda publicada pelo IASB em agosto de 2023 define a abordagem para avaliar se uma moeda pode ou não ser trocada por outra moeda. Caso se conclua que a moeda não pode ser trocada por outra, indica como se determina a taxa de câmbio a aplicar e as divulgações adicionais necessárias.

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo (*Empresa*) no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas

(“*endorsed*”) pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			Taxa de Juro
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	
1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS										
1.1 - Nacionais										
1.1.1 - Partes de capital em empresas do grupo										
	sub-total									
1.1.2 - Obrigações de empresas do grupo										
	sub-total									
1.1.3 - Outros títulos de empresas do grupo										
	sub-total									
1.1.4 - Partes de capital em empresas associadas										
	Selicomi, Lda		591			591		591		
	sub-total		591			591		591		
1.1.5 - Obrigações de empresas associadas										
	sub-total									
1.1.6 - Outros títulos de empresas associadas										
	sub-total									
	sub-total		591			591		591		
1.2 - Estrangeiras										
1.2.1 - Partes de capital em empresas do grupo										
	sub-total									
1.2.2 - Obrigações de empresas do grupo										
	sub-total									
1.2.3 - Outros títulos de empresas do grupo										
	sub-total									
1.2.4 - Partes de capital em empresas associadas										
	sub-total									
1.2.5 - Obrigações de empresas associadas										
	sub-total									
1.2.6 - Outros títulos de empresas associadas										
	sub-total									
	sub-total									
	total		591			591		591		
2 - OUTROS TÍTULOS										
2.1 - Nacionais										
2.1.1 - Títulos de rendimento fixo										
2.1.1.1 - De dívida pública										
PTOTEKOE0011	O.T. JAN TF 15/25 - AFS		10.000	99,71		9.971	100,73	10.073	60	2,875%
PTOTETOE0012	O.T. JUL TF 16/26 - AFS		40.000	99,11		39.645	101,73	40.691	512	2,875%
PTOTEKOE0011	O.T. JAN TF 15/25 - HTM		2.150.000	99,71		2.143.857	99,71	2.143.857	13.004	2,875%
PTOTETOE0012	O.T. JUL TF 16/26 - HTM		3.050.000	99,29		3.028.418	99,29	3.028.418	39.052	2,875%
PTOTEKOE0011	O.T. JAN TF 15/25 - AFS		980.000	98,59		966.182	100,73	987.115	5.928	2,875%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			Taxa de Juro
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	
PTOTETOE0012	O.T. JUL TF 16/26 - AFS		710.000	96,62		685.974	101,73	722.262	9.091	2,875%
	sub-total		6.940.000			6.874.048		6.932.415	67.647	
	2.1.1.2 - De outros emissores públicos									
	sub-total		-			-		-		
	2.1.1.3 - De outros emissores									
913910001401	C.N.B./CAMAC S.1 90/95		175	-		-	-	-	-	
913910001402	C.N.B./CAMAC S.2 90/97		125	-		-	-	-	-	
913910003401	CONST.CAMPO ALEGRE 91/96		75	-		-	-	-	-	
913012876001	COPINAQUE 90/95		249	-		-	-	-	-	
913910003301	FABRIFER 91/96		100	-		-	-	-	-	
913012886001	SOMEK 92/97		150	-		-	-	-	-	
913012886002	SOMEK 94/99		349	-		-	-	-	-	
	sub-total		1.222			-		-	-	
	sub-total		6.941.222			6.874.048		6.932.415	67.647	
	2.1.2 - Títulos de rendimento variável									
	2.1.2.1 - Acções									
	sub-total		-			-		-		
	2.1.2.2 - Títulos de participação									
	sub-total		-			-		-		
	2.1.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento									
	sub-total		-			-		-		
	2.1.2.4 - Outros									
	FUNDO COMPENSAÇÃO TRABALHADOR							9.743		
	sub-total	-	0			0		9.743	-	
	sub-total	-	0			0		9.743	-	
	total	-	6.941.222			6.874.048		6.942.158	67.647	
	2.2 - Estrangeiros									
	2.2.1 - Títulos de rendimento fixo									
	2.2.1.1 - De dívida pública									
GRR000000010	HELLENIC REP 12/42 cup 0		630.000	0,02		110	0,34	2.142	-	0,000%
DE0001134922	BUNDESREPUB DEUTSCH TF 94/24		800.000	100,04		800.302	99,92	799.392	49.452	6,250%
IT0005439275	BUONI POL DEL TES TF 21/24		160.000	99,90		159.839	98,98	158.373	-	0,000%
FR0013200813	FRANCE O.A. TF 15/26		900.000	95,02		855.155	94,42	849.780	221	0,250%
FR001400BKZ3	FRANCE O.A.T. 21/32		600.000	92,28		553.696	96,26	577.572	1.180	2,000%
FR0013286192	FRANCE O.A.T. TF 17/28		400.000	98,93		395.720	93,87	375.492	1.803	0,750%
FR0013451507	FRANCE O.A.T. TF 18/29		900.000	88,12		793.102	87,71	789.345	-	0,000%
FR0014002WK3	FRANCE O.A.T. TF 21/31		3.200.000	82,04		2.625.362	83,03	2.657.056	-	0,000%
FR0011883966	FRANCE OAT TF 13/30		370.000	102,75		380.193	101,25	374.636	5.560	2,500%
FR0128071059	FRENCH DISCOUNT T-BILL 23/24		150.000	97,26		145.890	97,42	146.129	-	0,000%
FR0127613497	FRENCH T-BILL 23/24		250.000	99,79		249.478	99,79	249.473	-	0,000%
FR0127613505	FRENCH T-BILL 23/24 (CUP ZERO)		1.000.000	99,59		995.856	99,49	994.890	-	0,000%
FR0127613513	FRENCH T-BILL 23/24 (CUP ZERO)		1.410.000	99,27		1.399.774	99,21	1.398.875	-	0,000%
FR0013200813	FRANCE O.A. TF 15/26		20.000	95,60		19.120	94,42	18.884	5	0,250%
FR0011883966	FRANCE OAT TF 13/30		50.000	106,18		53.090	101,25	50.627	751	2,500%
FR0128071059	FRENCH DISCOUNT T-BILL 23/24		500.000	96,95		484.734	97,42	487.095	-	0,000%
FR0127613497	FRENCH T-BILL 23/24		170.000	97,18		165.198	99,79	169.641	-	0,000%
FR0127613513	FRENCH T-BILL 23/24 (CUP ZERO)		740.000	97,99		725.117	99,21	734.161	-	0,000%
FR0127921080	FRENCH T-BILL23/24 (CUP ZERO)		300.000	96,63		289.903	98,40	295.212	-	0,000%
	sub-total		12.550.000			11.091.638		11.128.774	58.973	

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			Taxa de Juro
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	
2.2.1.2 - De outros emissores públicos										
FR0011521319	CAISSE AMORT DET CADES TF 13/24		1.110.000	99,99		1.109.899	99,89	1.108.790	24.557	2,375%
FR0014007RB1	CAISSE D'AMORT DETTE SOC TF 22/32		300.000	99,88		299.644	84,38	253.149	1.280	0,450%
FR001400DCH4	CAISSE DES DEPOTS ET CON TF 22/27		900.000	99,40		894.622	101,44	912.924	2.656	3,000%
ES0224261034	CORES TF 14/24		300.000	99,95		299.845	99,05	297.150	1.557	2,500%
EU000A2SCAD0	EFSS TF 22/25		600.000	99,24		595.435	97,87	587.238	393	1,500%
FR0013246873	UNEDIC TF 17/27		500.000	99,85		499.274	95,91	479.555	4.747	1,250%
FR001400DCH4	CAISSE DES DEPOTS ET CON TF 22/27		200.000	99,24		198.472	101,44	202.872	590	3,000%
ES0224261034	CORES TF 14/24		200.000	99,52		199.040	99,05	198.100	1.038	2,500%
EU000A2SCAD0	EFSS TF 22/25		50.000	98,74		49.372	97,87	48.937	33	1,500%
FR0013246873	UNEDIC TF 17/27		100.000	99,57		99.571	95,91	95.911	949	1,250%
sub-total			4.260.000			4.245.175		4.184.626	37.801	
2.2.1.3 - De outros emissores										
XS2637963146	ABN AMRO BANK NV TF 23/26		1.600.000	99,77		1.596.290	102,00	1.631.984	1.694	3,875%
FR001400DCB7	AGENCE FRANCAISE DEVELOP TF 22/33		700.000	99,47		696.261	104,85	733.915	20.741	3,500%
FR001400I822	AGENCE FRANCAISE DEVELOP TF 23/33		1.100.000	99,36		1.092.938	103,68	1.140.436	21.707	3,375%
FR0012766889	AIR LIQUIDE FINANCE TF 15/25		100.000	99,95		99.947	97,41	97.408	721	1,250%
FR0013505559	AIR LIQUIDE FINANCE TF 20/25		200.000	99,97		199.943	97,17	194.332	1.492	1,000%
XS2444281260	ALFA LAVAL TREASURY TF 22/26		300.000	99,80		299.402	95,49	286.467	2.273	0,875%
XS1878191219	AMADEUS IT GROUP TF 18/26		800.000	99,91		799.305	97,03	776.232	3.410	1,500%
FR001400CSG4	ARVAL SERVI TF 22/26		2.900.000	99,73		2.892.242	101,20	2.934.887	31.694	4,000%
FR0011947720	ASSURANCE CREDIT MUTUEL NORD VIE TF 14/24		300.000	99,97		299.911	100,26	300.780	7.961	4,625%
FR0013399060	AUCHAN HS TF 19/24		1.000.000	99,99		999.920	99,79	997.880	24.092	2,625%
FR0011694033	AUTOROUTES SUD DE FRANCE TF 14/24		300.000	99,99		299.982	99,95	299.862	8.438	2,950%
XS2575952424	BANCO SANTANDER TF 23/26		2.000.000	99,69		1.993.833	100,76	2.015.100	71.712	3,750%
XS2634826031	BANCO SANTANDER TF 23/30		1.500.000	99,88		1.498.243	104,45	1.566.705	35.184	4,250%
FR0013408960	BANQUE FED CRED MUTUEL TF 19/29		700.000	89,28		624.946	91,38	639.646	9.740	1,750%
FR0014009A50	BANQUE FED CRED MUTUEL TF 22/25		200.000	99,97		199.937	96,57	193.130	1.213	1,000%
FR0014007PV3	BANQUE FED CRED MUTUEL TF 22/27		700.000	94,72		663.030	89,88	629.181	502	0,625%
FR0014006XE5	BANQUE FED CREDIT MUTUEL TF 21/25		1.600.000	97,63		1.562.053	95,80	1.532.816	131	0,010%
XS2447561403	BMW FINANCE TF 22/25		1.300.000	98,42		1.279.458	96,66	1.256.619	5.556	0,500%
FR0013465358	BNP PARIBAS 19/26		400.000	99,86		399.452	95,57	382.272	1.148	0,500%
FR0013398070	BNP PARIBAS 19/27		400.000	99,22		396.870	97,09	388.352	7.964	2,125%
FR0014007LK5	BNP PARIBAS 22/30		900.000	82,83		745.479	86,08	774.720	3.722	0,875%
XS1068871448	BNP PARIBAS TF 14/24		300.000	99,90		299.705	99,40	298.185	4.380	2,375%
FR001400I4X9	BNP PARIBAS TF 23/33		200.000	99,17		198.334	105,31	210.624	4.982	4,125%
XS1527126772	BP CAPITAL MARKETS PLC TF 16/24		300.000	100,00		299.999	99,79	299.373	3.121	1,117%
FR0013476199	BPCE SA TF 20/26		1.700.000	93,79		1.594.486	93,97	1.597.405	4.075	0,250%
FR0014007VF4	BPCE SA TF 22/26		500.000	95,01		475.031	94,23	471.160	1.705	0,375%
FR0014009YD9	BPCE SA TF 22/27		900.000	94,50		850.500	95,64	860.796	10.715	1,750%
FR001400HAC0	BPCE SA TF 23/26		200.000	99,71		199.424	100,81	201.616	5.111	3,625%
FR0012682060	BPI FRANCE SACA TF 15/25		1.200.000	99,41		1.192.975	96,49	1.157.904	3.607	0,500%
FR001400FKA7	BPI FRANCE SACA TF 23/29		2.300.000	96,68		2.223.635	101,14	2.326.128	6.504	2,875%
XS1441773550	BROWN-FORMAN CORP TF 16/26		100.000	99,94		99.937	95,38	95.378	580	1,200%
FR0013460607	BUREAU VERITAS SA TF 19/27		600.000	94,47		566.833	93,26	559.530	6.417	1,125%
XS2434702424	CAIXABANK SA 22/28		1.800.000	89,75		1.615.416	92,20	1.659.672	10.603	0,625%
FR0014003Z81	CARREFOUR BANQUE TF 21/25		500.000	100,00		500.000	95,17	475.830	292	0,107%
XS2405875480	COLGATE PALMOLIVE TF 21/29		1.400.000	86,95		1.217.335	87,34	1.222.718	585	0,300%
XS2712746960	COOPERATIEVE RABOBANK UA TF 23/26		100.000	99,99		99.991	102,20	102.198	620	3,913%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			Taxa de Juro
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	
XS2613658041	COOPERATIEVE RABOBANK UA TF 23/29		2.300.000	100,01		2.300.160	102,84	2.365.297	66.502	4,233%
FR0014007ML1	CREDIT AGRICOLE SA 22/28		2.500.000	89,50		2.237.617	91,88	2.296.925	15.111	0,625%
XS2016807864	CREDIT AGRICOLE TF 19/24		100.000	100,13		100.133	98,38	98.377	260	0,500%
FR0013173028	CREDIT MUTUEL ARKEA TF 16/26		300.000	99,98		299.935	100,12	300.366	5.674	3,250%
FR0013216918	DANONE SA TF 16/24		1.100.000	100,00		1.099.983	97,49	1.072.335	1.236	0,709%
XS1828032786	DEUT TEL TF 18/25		800.000	99,95		799.605	97,14	777.088	902	1,375%
XS1752475720	DEUTSCHE BAHN FINANCE GMBH TF 18/27		1.900.000	92,34		1.754.479	93,55	1.777.488	727	1,000%
XS2433244089	E ON SE TF 22/26		700.000	99,73		698.080	94,15	659.043	832	0,125%
BE0002596741	ELIA SYSTEM OP TF 18/28		800.000	94,51		756.110	92,87	742.936	3.836	1,500%
FR0013504677	ENGIE SA TF 20/28		900.000	93,72		843.498	94,82	853.362	12.006	1,750%
XS2066706909	ENEL FINANCE INTL NV TF 19/27		100.000	99,62		99.616	91,04	91.038	202	0,375%
XS1180451657	ENI SPA TF 15/26		100.000	99,85		99.849	96,13	96.127	1.364	1,500%
XS1551068676	ENI SPA TF 17/27		100.000	103,59		103.588	95,44	95.444	1.430	1,500%
XS1571293684	ERICSSON LM TF 17/24		100.000	99,98		99.979	99,61	99.611	1.563	1,875%
XS2345996743	ERICSSON LM TF 21/29		400.000	79,29		317.145	84,72	338.888	2.393	1,000%
FR0013463668	ESSILORLUXOTTICA TF 19/27		500.000	90,64		453.184	91,40	456.980	174	0,375%
FR0013516051	ESSILORLUXOTTICA TF 20/24		200.000	100,00		200.000	99,98	199.958	493	0,250%
FR0013369493	EUTELSAT SA TF 18/25		300.000	95,23		285.678	94,06	282.186	1.475	2,000%
FR0013422623	EUTELSAT SA TF 19/27		1.700.000	86,88		1.476.886	86,24	1.466.148	17.871	2,250%
XS2332254015	FCA BANK SPA IRELAND TF 21/28		700.000	99,99		699.953	98,91	692.356	-	0,000%
BE0002218841	FLUXYS BELGIUM TF 14/29		300.000	91,45		274.356	92,64	277.926	766	2,750%
XS1554373677	FRESENIUS FIN IRELAND PL TF 17/27		225.000	99,78		224.512	96,68	217.528	4.362	2,125%
XS1681519184	GLAXOSMITHKLINE CAPITAL TF 17/26		1.400.000	94,71		1.325.992	95,29	1.334.088	4.208	1,000%
BE0002280494	GRP BRUXELLES LAMBERT SA TF 17/24		700.000	99,98		699.834	98,99	692.916	5.838	1,375%
BE0002595735	GRP BRUXELLES LAMBERT SA TF 18/25		300.000	99,84		299.517	97,72	293.160	2.997	1,875%
XS2147977479	HEINEKEN TF 20/25		200.000	99,93		199.865	97,84	195.680	2.451	1,625%
XS2126093744	HONEYWELL INT TF 20/24		100.000	99,99		99.988	99,26	99.262	-	0,000%
XS1944456109	IBM CORP TF 19/25		1.800.000	98,05		1.764.902	97,14	1.748.484	14.412	0,875%
BE0002478536	INFRA CVBA TF 14/29		200.000	99,95		199.900	93,62	187.238	904	2,625%
XS2697483118	ING BANK NV TF 23/26		400.000	99,90		399.587	102,40	409.580	4.057	4,125%
FR0013281946	INGENICO GROUP SA TF 17/24		100.000	100,61		100.612	97,33	97.334	484	1,625%
XS2673808726	INTESA SANPAOLO SPA TF 23/31		700.000	99,28		694.975	106,50	745.500	12.154	5,125%
XS2461234622	JP MORGAN 22/30		300.000	89,53		268.605	93,03	279.090	4.554	1,963%
BE0002832138	KBC GROUP 21/27		1.100.000	91,20		1.003.167	93,44	1.027.851	2.292	0,250%
XS1679515038	KIMBERLY-CLARK CORP TF 17/24		900.000	98,41		885.727	97,76	879.813	1.767	0,625%
XS1485532896	KPN NV TF 16/25		300.000	99,85		299.560	96,39	289.173	1.363	0,625%
FR0014009E10	L' OREAL SA TF 22/24		100.000	99,98		99.981	99,15	99.150	284	0,375%
FR0014009E18	L' OREAL SA TF 22/26		1.900.000	93,62		1.778.712	95,32	1.811.004	8.403	0,875%
FR00140087C4	LA BANQUE POSTALE 22/28		1.000.000	89,69		896.854	91,98	919.820	8.904	1,000%
FR0013181898	LA BANQUE POSTALE TF 16/28		2.100.000	96,33		2.023.006	98,56	2.069.760	35.287	3,000%
FR001400HOZ2	LA BANQUE POSTALE TF 23/28		900.000	99,91		899.176	102,82	925.335	23.803	4,000%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			Taxa de Juro
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	
FR0014001R34	LA BANQUE POSTALE TF 21/32		1.300.000	82,33		1.070.279	87,87	1.142.271	4.023	0,750%
XS2463961321	LINDE PLC TF 22/27		1.100.000	93,75		1.031.261	94,47	1.039.203	8.265	1,000%
FR0013506508	LVMH MOET HENNESSY VUITT TF 20/25		800.000	99,93		799.412	96,91	775.272	4.393	0,750%
FR001400HJE7	LVMH MOET HENNESSY VUITT TF 23/25		100.000	99,94		99.944	100,59	100.587	655	3,375%
XS2462321212	NESTLE FINANCE INTL LTD TF 22/27		1.870.000	94,02		1.758.089	94,68	1.770.535	12.384	0,875%
XS1707074941	NESTLE FINANCE INTL TF 17/24		400.000	99,99		399.976	99,78	399.104	1.426	0,375%
XS2148372696	NESTLE TF 20/26		200.000	99,78		199.552	96,56	193.124	1.684	1,125%
FR0013241676	ORANGE SA TF 17/27		300.000	99,76		299.277	95,87	287.595	1.389	1,500%
FR0013396512	ORANGE SA TF 19/24		400.000	99,99		399.974	98,43	393.716	2.078	1,125%
FR0013396520	ORANGE SA TF 19/29		400.000	99,92		399.663	95,98	383.920	7.671	2,000%
FR0013323326	PEUGEOT TF 18/25		500.000	99,94		499.688	98,02	490.080	7.814	2,000%
XS1708192684	PROCTER & GAMBLE CO TF 17/24		1.100.000	99,92		1.099.174	97,39	1.071.290	1.007	0,500%
BE0002237064	PROXIMUS SA TF 15/25		200.000	99,78		199.551	97,56	195.118	932	1,875%
FR0014007KL5	RCI BANQUE SA TF 22/25		100.000	99,82		99.823	95,39	95.393	232	0,500%
XS2126161681	RELX FINANCE BV TF 20/24		700.000	99,97		699.770	99,14	693.945	-	0,000%
XS1789751531	RICHEMONT INT TF 18/26		2.300.000	95,74		2.202.062	95,84	2.204.251	17.596	1,000%
FR0014002G44	SAFRAN SA TF 21/26		800.000	93,22		745.726	93,60	748.832	792	0,125%
FR0014002G36	SAFRAN SA TF 21/31		200.000	82,14		164.284	86,96	173.924	1.184	0,750%
FR0013214137	SAGESS TF 16/28		400.000	94,38		377.523	90,76	363.024	492	0,625%
FR0013053329	SANEF SA TF 15/26		300.000	99,80		299.398	96,75	290.235	4.457	1,875%
FR0013505104	SANOFI TF 20/25		700.000	99,93		699.498	97,10	679.693	5.240	1,000%
FR0014009KS6	SANOFI TF 22/25		600.000	97,73		586.403	96,97	581.814	3.859	0,875%
XS1956025651	SANTAN CONSUMER FINANCE TF 19/24		500.000	99,98		499.924	99,54	497.715	4.205	1,000%
XS2018637913	SANTANDER CONSUMER FINANCE TF 19/24		100.000	100,04		100.042	98,25	98.250	192	0,375%
DE000A2TST8	SAP SE TF 18/24		1.300.000	99,91		1.298.836	97,33	1.265.264	559	0,750%
DE000A2G8VT5	SAP SE TF 18/26		500.000	99,94		499.719	96,32	481.605	4.003	1,000%
DE000A2YB7A7	SCHAEFFLER AG TF 19/24		437.000	100,00		437.004	99,23	433.622	6.268	1,875%
FR0013259116	SEB SA TF 17/24		100.000	99,99		99.989	98,85	98.848	877	1,500%
FR001400A4J6	SFIL SA TF 22/32		300.000	86,19		258.584	90,71	272.121	3.701	1,500%
XS1986416268	SIKA CAPITAL BV TF 19/27		450.000	99,88		449.458	93,35	420.075	2.647	0,875%
FR0013311503	SOCIETE GENERALE TF 18/25		1.200.000	98,54		1.182.463	97,17	1.166.016	12.649	1,125%
FR001400KZP3	SOCIETE GENERALE TF 23/26		1.800.000	99,87		1.797.677	102,45	1.844.010	19.648	4,250%
XS2203996132	SODEXO TF 20/28		1.000.000	95,69		956.888	91,85	918.530	4.563	1,000%
FR0014006TQ7	TDF INFRASTR TF 21/29		600.000	79,81		478.862	87,03	522.162	861	1,750%
FR0013346822	TELEPERFORMANCE TF 18/25		100.000	101,97		101.968	96,81	96.807	932	1,875%
FR0013534500	TEREGA SA TF 20/30		400.000	89,37		357.476	84,45	337.788	1.004	0,875%
FR0013486834	TEREGA SASU TF 20/28		600.000	90,74		544.457	89,07	534.396	3.154	0,625%
FR0013330115	THALES SA TF 18/24		100.000	100,22		100.224	99,10	99.096	612	0,875%
FR0013537305	THALES SA TF 20/26		700.000	94,68		662.737	93,19	652.351	-	0,000%
FR0013479748	THALES SA TF 20/27		100.000	99,87		99.871	91,99	91.992	230	0,250%
XS0994991411	TOTAL CAPITAL INTL S.A TF 13/25		300.000	99,87		299.613	99,47	298.407	990	2,875%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			Taxa de Juro
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	
XS1195202822	TOTAL S.A. TF 15/49		200.000	101,15		202.303	97,65	195.292	4.430	2,625%
XS1501166869	TOTAL S.A. TF 16		400.000	99,98		399.940	97,33	389.308	3.167	3,369%
XS2338955805	TOYOTA MOTOR CRED CORP TF 21/27		1.600.000	89,33		1.429.343	89,68	1.434.864	306	0,125%
CH1142231682	UBS GROUP AG 21/26		2.200.000	92,09		2.026.044	93,70	2.061.488	872	0,250%
BE0002784651	UCB SA TF 21/28		400.000	83,65		334.617	88,70	354.788	3.016	1,000%
XS2450200824	UNILEVER FINANCE TF 22/26		1.200.000	95,66		1.147.949	95,52	1.146.264	7.545	0,750%
XS1654192191	UNILEVER NV TF 17/25		500.000	99,93		499.633	96,58	482.920	1.829	0,875%
XS2147133578	UNILEVER NV TF 20/30		400.000	99,75		398.984	93,63	374.536	5.374	1,750%
XS1145750037	URENCO FINANCE NV TF 14/24		300.000	99,94		299.819	98,52	295.554	565	2,375%
FR0013424868	VIVENDI SA TF 19/25		500.000	96,95		484.755	96,15	480.760	1.733	0,625%
XS1586555945	VOLKSWAGEN INTL FIN NV TF 17/27		500.000	95,53		477.672	95,51	477.555	7.070	1,875%
XS2230884657	VOLVO TREASURY AB TF 20/24		700.000	99,94		699.569	97,41	681.891	251	0,125%
XS2343821794	VW LEASING GMBH TF 21/24		150.000	99,97		149.953	97,91	146.861	-	0,000%
XS2343822842	VW LEASING GMBH TF 21/26		600.000	91,39		548.327	92,68	556.050	1.008	0,375%
XS2637963146	ABN AMRO BANK NV TF 23/26		300.000	99,75		299.256	102,00	305.997	318	3,875%
FR001400CSG4	ARVAL SERVI TF 22/26		300.000	99,64		298.923	101,20	303.609	3.279	4,000%
FR0011947720	ASSURANCE CREDIT MUTUEL NORD VIE TF 14/24		500.000	100,00		500.000	100,26	501.300	13.268	4,625%
FR0013399060	AUCHAN HS TF 19/24		600.000	99,69		598.116	99,79	598.728	14.456	2,625%
FR0011694033	AUTOROUTES SUD DE FRANCE TF 14/24		300.000	99,26		297.777	99,95	299.862	8.438	2,950%
FR0013408960	BANQUE FED CRED MUTUEL TF 19/29		300.000	99,30		297.906	91,38	274.134	4.174	1,750%
FR0014006XE5	BANQUE FED CREDIT MUTUEL TF 21/25		200.000	99,81		199.624	95,80	191.602	16	0,010%
FR0013465358	BNP PARIBAS 19/26		200.000	99,81		199.612	95,57	191.136	574	0,500%
FR0013398070	BNP PARIBAS 19/27		300.000	99,28		297.846	97,09	291.264	5.973	2,125%
FR0014007LKS	BNP PARIBAS 22/30		100.000	99,12		99.117	86,08	86.080	414	0,875%
FR0013312493	BPCE SA TF 18/24		100.000	102,40		102.404	99,76	99.756	801	0,875%
FR0013476199	BPCE SA TF 20/26		100.000	99,66		99.656	93,97	93.965	240	0,250%
FR0014007VF4	BPCE SA TF 22/26		300.000	99,64		298.908	94,23	282.696	1.023	0,375%
FR0012682060	BPI FRANCE SACA TF 15/25		300.000	98,74		296.220	96,49	289.476	902	0,500%
XS2405875480	COLGATE PALMOLIVE TF 21/29		100.000	99,70		99.701	87,34	87.337	42	0,300%
XS2550081454	COOPERATIEVE RABOBANK UA TF 22/28		100.000	99,75		99.748	103,49	103.490	4.283	4,625%
XS2712746960	COOPERATIEVE RABOBANK UA TF 23/26		100.000	100,00		100.000	102,20	102.198	620	3,913%
XS2613658041	COOPERATIEVE RABOBANK UA TF 23/29		300.000	100,00		300.000	102,84	308.517	8.674	4,233%
XS1550135831	CREDIT AGRICOLE LONDON TF 17/24		100.000	104,06		104.058	98,04	98.036	290	1,000%
FR0014007ML1	CREDIT AGRICOLE SA 22/28		300.000	100,00		299.985	91,88	275.631	1.813	0,625%
FR0013173028	CREDIT MUTUEL ARKEA TF 16/26		200.000	99,97		199.932	100,12	200.244	3.783	3,250%
XS1828032786	DEUT TEL TF 18/25		100.000	104,77		104.765	97,14	97.136	113	1,375%
XS2433244089	E ON SE TF 22/26		100.000	99,47		99.467	94,15	94.149	119	0,125%
FR0013463668	ESSILORLUXOTTICA TF 19/27		300.000	99,05		297.159	91,40	274.188	105	0,375%
FR0013516051	ESSILORLUXOTTICA TF 20/24		100.000	99,98		99.982	99,98	99.979	247	0,250%
FR0013369493	EUTELSAT SA TF 18/25		300.000	104,92		314.748	94,06	282.186	1.475	2,000%
FR0013422623	EUTELSAT SA TF 19/27		100.000	99,82		99.822	86,24	86.244	1.051	2,250%
XS2332254015	FCA BANK SPA IRELAND TF 21/28		100.000	99,93		99.931	98,91	98.908	-	0,000%
BE0002280494	GRP BRUXELLES LAMBERT SA TF 17/24		100.000	103,59		103.590	98,99	98.988	834	1,375%
XS2126093744	HONEYWELL INT TF 20/24		100.000	99,76		99.756	99,26	99.262	-	0,000%
XS1944456109	IBM CORP TF 19/25		500.000	99,40		496.985	97,14	485.690	4.003	0,875%
FR0013281946	INGENICO GROUP SA TF 17/24		100.000	103,90		103.900	97,33	97.334	484	1,625%
FR0014009E10	L' OREAL SA TF 22/24		200.000	99,84		199.686	99,15	198.300	568	0,375%
FR001400HX73	L' OREAL SA TF 23/25		100.000	99,80		99.796	99,80	99.797	1.930	3,125%
FR00140087C4	LA BANQUE POSTALE 22/28		300.000	99,73		299.199	91,98	275.946	2.671	1,000%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			Taxa de Juro
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	
FR001400HOZ2	LA BANQUE POSTALE TF 23/28		200.000	99,91		199.822	102,82	205.630	5.290	4,000%
XS2463961321	LINDE PLC TF 22/27		100.000	99,69		99.685	94,47	94.473	751	1,000%
FR001400HJE7	LVMH MOET HENNESSY VUITT TF 23/25		100.000	99,95		99.950	100,59	100.587	655	3,375%
XS2462321212	NESTLE FINANCE INTL LTD TF 22/27		170.000	99,86		169.769	94,68	160.958	1.126	0,875%
XS2148372696	NESTLE TF 20/26		300.000	99,42		298.257	96,56	289.686	2.527	1,125%
XS2126161681	RELX FINANCE BV TF 20/24		100.000	99,38		99.383	99,14	99.135	-	0,000%
XS1956025651	SANTAN CONSUMER FINANCE TF 19/24		300.000	99,56		298.665	99,54	298.629	2.523	1,000%
DE000A2YB7A7	SCHAEFFLER AG TF 19/24		48.000	105,50		50.640	99,23	47.629	689	1,875%
FR001400KZP3	SOCIETE GENERALE TF 23/26		200.000	99,88		199.752	102,45	204.890	2.183	4,250%
XS2203995910	SODEXO TF 20/24		300.000	99,90		299.709	99,84	299.529	1.430	0,500%
FR0013486834	TEREGA SASU TF 20/28		100.000	99,35		99.349	89,07	89.066	526	0,625%
FR0013479748	THALES SA TF 20/27		300.000	99,71		299.127	91,99	275.976	690	0,250%
XS0994991411	TOTAL CAPITAL INTL S.A TF 13/25		300.000	99,33		297.993	99,47	298.407	990	2,875%
XS1195202822	TOTAL S.A. TF 15/49		700.000	100,00		700.000	97,65	683.522	15.505	2,625%
XS1501166869	TOTAL S.A. TF 16		100.000	100,00		100.000	97,33	97.327	792	3,369%
XS2450200824	UNILEVER FINANCE TF 22/26		300.000	99,86		299.577	95,52	286.566	1.886	0,750%
XS2343821794	VW LEASING GMBH TF 21/24		660.000	99,82		658.812	97,91	646.186	-	0,000%
		sub-total	108.610.000			104.570.437		104.504.358	914.111	
		sub-total	125.420.000			119.907.250		119.817.758	1.010.885	
	2.2.2 - Títulos de rendimento variável									
	2.2.2.1 - Acções									
LU0775917882	GRAND CITY PROPERTIES	993,00			21,26	21.111	10,18	10.109		
DE000LEG1110	LEG IMMOBILIEN	211,00			100,43	21.192	79,32	16.737		
US64110Y1082	NET LEASE OFFICE PROPERTY	26,00			-	0	16,70	434		
DE000A2E4MK4	NORATIS AG (GE)	2.448,00			16,28	39.844	6,50	15.912		
CH0001319265	SCHWEIZERISCH NATIONAL BANK-REG	1,00			4.352,75	4.353	4.630,67	4.631		
US92936U1097	WP CAREY INC (US)	405,00			76,96	31.168	58,58	23.723		
		4.084				117.667		71.545		
	2.2.2.2 - Títulos de participação									

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			Taxa de Juro
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	
	sub-total									
	2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento									
FR0010199075	BATI ACT INVEST PARTS 4 DEC	70.810			21,95	1.554.280	35,70	2.527.917		
FR0013067808	BFT MONETAIRE-I2	473			10.070,02	4.763.120	10.120,01	4.786.765		
FR0010213355	GROUPAMA ENTERPRISES - IC	190			2.284,63	434.080	2.330,11	442.721		
FR0000989626	GROUPAMA TRESORERIE-IC	13			40.457,33	525.945	41.223,12	535.901		
FR0010529743	OSTRUM ISR CASH EONIA-I	213			10.876,07	2.316.602	11.109,83	2.366.394		
FR0010599399	BFT AUREUS-C (MUTUAFON MIXT)	11.644			107,79	1.255.083	110,55	1.287.226		
FR0000291239	CPR CASH - P	68			22.102,82	1.502.992	22.747,91	1.546.858		
FR0014001001	CPR MONETAIRE SR-SI	36			20.158,75	725.715	20.579,93	740.877		
FR0011060870	SLF SHORT TERM EURO	1			20.112,45	20.112	20.750,64	20.751		
FR0010199075	BATI ACT INVEST PARTS 4 DEC	2.290			33,59	76.932	35,70	81.753		
LU0171307068	BLACKROCK GLOBAL FUNDS - WORLD HEALTHSCIENCE FUND (1)	131			48,07	6.300	58,78	7.704		
LU0274210672	DB X-TRACKERS MSCI USA TRN	587			36,49	21.418	126,42	74.206		
IE00BLNMPR11	MERCER LOW VOLATILITY EQUITY FUND	287			147,53	42.300	168,28	48.251		
IE00BLGYN474	MERCER SUSTAINABLE GLOBAL EQ	38.471			111,48	4.288.840	115,22	4.432.593		
IE00B6Z10102	Mercer Low Volatility Equity Fund NOT HEDGED	90			300,17	27.068	329,76	29.737		
LU0106235459	SCHRODER INTL EURO EQT-C ACC	312			33,08	10.332	51,76	16.166		
FR0013067808	BFT MONETAIRE-I2	75			10.021,63	751.622	10.120,01	759.001		
LU0329592371	BLACKROCK GLOBAL FUNDS - EUR SHORT DUR BONDS	3.428			16,34	56.000	16,29	55.842		
IE00063UI9P9	CORUM BUTLER ENTREPRISES 2029 FUND	130			100,00	13.000	106,52	13.848		
FR0010213355	GROUPAMA ENTERPRISES - IC	66			2.269,00	149.754	2.330,11	153.787		
FR0000989626	GROUPAMA TRESORERIE-IC	2			40.148,65	80.297	41.223,12	82.446		
IE00B66F4759	ISHARES EURO HY CORP BND	225			107,01	24.077	94,31	21.220		
IE00BM957972	MERCER ABS RET FIXED INCOME FUND	38.748			100,61	3.898.358	98,12	3.801.917		
IE00BBPLSL15	MERCER SHORT DURATION GB BD FUND 1	18.838			106,86	2.013.142	108,48	2.043.577		
IE00BBPLSM22	MERCER SHORT DURATION GB BD FUND 2	19.877			101,15	2.010.449	100,51	1.997.819		
IE00B1KQVY57	MGI EURO BOND-M7E	27.613			135,81	3.750.000	127,31	3.515.373		
IE00B86YYZ49	Mercer Global Credit	9.903			108,45	1.074.000	108,97	1.079.150		
FR0010529743	OSTRUM ISR CASH EONIA-I	38			10.787,58	409.928	11.109,83	422.174		
LU0414045319	SCHRODER INT EURO CORP - XD	1.473			133,18	196.224	131,03	193.052		
FR0013289386	AMUNDI EURO LIQ RA-RC	101			99,36	10.000	101,38	10.203		
FR0010599399	BFT AUREUS-C (MUTUAFON MIXT)	981			107,21	105.174	110,55	108.448		
FR0000293698	BTP TRESORERIE ACT - C -	5			10.827,90	54.140	11.094,65	55.473		
FR0014001001	CPR MONETAIRE SR-SI	1			19.995,43	19.995	20.579,93	20.580		
FR0011060870	SLF SHORT TERM EURO	6			20.359,04	122.154	20.750,64	124.504		
PTMNSKHE0012	LYNX DISCOVERY FUND	12.910			4,26	55.000	4,96	64.041		
	sub-total	260.036				32.364.434		33.468.273		
	2.2.2.4 - Outros									
	sub-total		-			-		-		
	total	260.036	125.420.000			152.389.350		153.357.576	1.010.885	
	3 - TOTAL GERAL	264.120	132.361.813			159.263.989		160.300.325	1.078.533	



3. Relatórios de Fiscalização

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

(Montantes expressos em euros)

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. (“Companhia”), que compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 226.131.297 euros e um total de capital próprio de 31.805.942 euros, incluindo um resultado líquido de 2.212.836 euros), as demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes da Companhia nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

PA



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, conseqüentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting, Financial Advisory e Risk Advisory a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com mais de 175 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 415.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 981.020,00 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, mas não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
--	---

Mensuração dos passivos de contratos de seguros dos ramos vida (Notas III, 14)

<p>No exercício de 2023, os passivos de contratos de seguro passaram a ser mensurados de acordo com a norma IFRS 17, a qual substituiu o normativo anteriormente em vigor. Face aos requisitos da norma IFRS 17, a data efetiva de transição foi 1 de janeiro de 2022, o que resultou na reexpressão dos saldos comparativos de acordo com os novos modelos de mensuração dos contratos de seguro e de resseguro.</p> <p>As responsabilidades com contratos de seguro dos ramos vida registadas pela Companhia em 31 de dezembro de 2023 ascendem a 134.308.385 euros, conforme detalhadas na Nota 14 do Anexo às demonstrações financeiras, sendo determinadas conforme descrito nas políticas contabilísticas apresentadas nesse Anexo.</p> <p>A determinação destas responsabilidades requer a aplicação pelo Conselho de Administração de julgamentos significativos ao nível das metodologias de cálculo a utilizar e dos pressupostos a assumir (taxas de desconto, taxa de inflação, expectativa de concretização dos sinistros), estando assim as estimativas sujeitas a subjetividade e incerteza.</p> <p>Desta forma, alterações nas metodologias utilizadas ou nos pressupostos assumidos podem ter impacto nas estimativas dos passivos de contratos de seguro registados para cada portefólio, e consequentemente no montante apurado das responsabilidades a registar pela Companhia.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria para dar resposta aos riscos de distorção material identificados incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Leitura das posições técnicas elaboradas pela Companhia, de suporte às decisões metodológicas tomadas pelo Conselho de Administração no âmbito da implementação da norma IFRS 17; • Análise da razoabilidade das decisões tomadas face aos requisitos da norma IFRS 17, nomeadamente ao nível dos critérios de agregação de contratos, dos modelos de mensuração a aplicar e das metodologias e pressupostos significativos utilizados pela Companhia para o cálculo das responsabilidades; • Entendimento do processo de apuramento e registo dos passivos de contratos de seguro dos ramos vida, e do respetivo ambiente de controlo interno implementado pela Companhia neste âmbito; • Análise da integridade, exatidão e reconciliação dos dados utilizados no cálculo das referidas responsabilidades com referência ao final do exercício; • Análise da metodologia e dos dados utilizados pela Companhia na determinação dos principais pressupostos a considerar no apuramento das responsabilidades; • Teste ao montante das responsabilidades apuradas pela Companhia para os portefólios mais significativos; • Leitura do relatório atuarial interno, preparado pela Companhia, e análise dos resultados e conclusões apresentados relativamente à mensuração dos passivos de contratos de seguro registados pela Companhia;
---	---

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
--	---

Mensuração dos passivos de contratos de seguros dos ramos vida (Notas III, 14) (cont.)

<p>Por outro lado, as estimativas de responsabilidades dependem de informação sobre o volume, montante e padrão atual e histórico de pagamentos de indemnizações, que é utilizada para formar expectativas relativamente a indemnizações futuras. Caso a informação utilizada para o cálculo das responsabilidades por serviços passados ou para a definição dos principais pressupostos não seja adequada, o montante das responsabilidades reconhecidas pela Companhia pode ser afetado por distorções materiais.</p> <p>Tendo em conta os fatores descritos acima relativamente à dimensão e à relevância das responsabilidades registadas pela Companhia, e que eventuais alterações nas metodologias e pressupostos utilizados para a sua determinação podem ter impactos relevantes no apuramento dos passivos de contratos de seguro, bem como a necessidade de utilização de julgamentos, a mensuração dos passivos de contratos de seguro foi definida como uma matéria relevante de auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão das divulgações constantes das demonstrações financeiras relacionadas com esta matéria, incluindo as relacionadas com a primeira aplicação da Norma IFRS 17, tendo em consideração o normativo contabilístico aplicável.
--	--

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Companhia se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Companhia.

PA

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não se detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não se detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou desrespeito do controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre se o uso pelo órgão de gestão do pressuposto da continuidade foi apropriado e, com base na prova de auditoria obtida, se existe alguma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

PA

- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que, para os aspetos materiais, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento da Companhia, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores da Companhia pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 14 de novembro de 2022, para concluir o mandato compreendido entre 2020 e 2022. Na assembleia geral de acionistas realizada em 17 de abril de 2023 fomos nomeados para um segundo mandato compreendido entre 2023 e 2025;
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Companhia nesta mesma data;
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5.º, número 1, do Regulamento (UE) n.º 537/2014, e que mantivemos a nossa independência face à Companhia durante a realização da auditoria.

Lisboa, 26 de abril de 2024



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos do artigo 420º, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal apresenta o seu Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. (“Companhia”), relativos ao ano de 2023, bem como sobre a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

1. RELATÓRIO DE ATIVIDADE

No âmbito das competências que lhe estão atribuídas como órgão de fiscalização da Companhia, o Conselho Fiscal procedeu, ao longo de 2023, ao acompanhamento da gestão e dos resultados da Companhia, em especial no que respeita:

- Ao cumprimento e controlo das políticas e estratégias definidas pelo Conselho de Administração;
- À observância das disposições legais, regulamentares e estatutárias;
- À adequação das políticas, critérios e práticas contabilísticas adotados e ao processo de preparação da informação financeira;
- À eficácia dos sistemas de controlo interno, gestão de riscos e auditoria interna.

Por se tratar de uma Entidade de Interesse Público, nos termos do artigo 3º da Lei nº148/2015 de 9 de setembro, o Conselho Fiscal desenvolveu designadamente, as seguintes ações:

- Analisou as normas internas vigentes e respetivas atualizações;
- Indagou sobre alterações na estrutura organizativa da Companhia, bem como o funcionamento das suas principais unidades orgânicas;
- Acompanhou o desenvolvimento das iniciativas e projetos relevantes para a atividade da Companhia, com especial incidência para o Comité de Gestão de Riscos, o Comité de Gestão de Ativos e Passivos e o Comité de Risco Operacional;
- Analisou a informação obtida das principais áreas responsáveis pela preparação e divulgação da informação financeira e pela gestão e controlo de riscos,
- Participou em reuniões, numa base trimestral, com o Conselho Executivo, através nas quais acompanhou a atividade da Companhia, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis tendo obtido do Conselho de Administração e dos diversos Serviços da Companhia informações e os esclarecimentos solicitados;
- Reuniu, quando necessário, com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, da qual obteve os esclarecimentos necessários à compreensão das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023, bem como do trabalho que foi desenvolvido. Analisou o conteúdo da Certificação Legal das Contas, emitida na modalidade de opinião sem reservas, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 com a qual concordou e dá aqui como integralmente reproduzida;
- Analisou os pedidos de aprovação prévia de serviços distintos de auditoria feitos pelo revisor oficial de contas e garantiu o cumprimento das regras de independência que devem pautar a prestação destes serviços;
- Comunicou ao Conselho de Administração as matérias relevantes de que tomou conhecimento no exercício das funções.

Finalmente, o Conselho Fiscal examinou as demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2023, as quais compreendem a demonstração da posição financeira, a conta de ganhos e perdas, a demonstração rendimento integral, a demonstração de variações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como o respetivo anexo, que inclui as principais políticas contabilísticas e estimativas e incertezas associadas à aplicação daquelas políticas. Adicionalmente, procedemos à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2023, preparado pelo Conselho de Administração, e da proposta de aplicação de resultados nele incluído

2. PARECER

Face ao exposto, tendo em consideração o trabalho realizado, e após considerada a Certificação Legal das Contas, somos de parecer que a Assembleia Geral:

- a. Aprove o Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023; e,
- b. Aprove a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.
- c. Proceda à apreciação geral da gestão e fiscalização da Companhia.

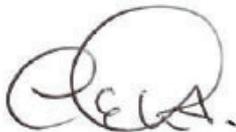
Finalmente, o Conselho Fiscal manifesta o seu agradecimento e apreço ao Conselho de Administração, aos Serviços da Companhia e ao Revisor Oficial de Contas, pela colaboração e disponibilidade sempre proporcionadas.

Lisboa, 26 de abril de 2024

O CONSELHO FISCAL



João de Lara Everard
Presidente



Célia Maria Pedro Custódio
Vogal



Eduardo Roque do Rosário Rêgo
Vogal

4. Anexos

Participação nos Resultados - Ramo Vida

TIPO DE PARTICIPAÇÃO	Participação nos resultados atribuída em 2023	Participação nos resultados a atribuir em 2024	Base de Incidência	Distribuição
SEGURO INDIVIDUAL				
Carteira Antiga				
Dividendos				
F1 e F4	1%	1%	Provisão Matemática	No início da anuidade. <i>Desconto no prémio</i>
Capital adicional				
F1 e F4	1% × anos do contrato (min. 20%, max. 25%)	1% × anos do contrato (min. 20%, max. 25%)	Capital Seguro	Contratos que terminam por morte ou sobrevivência. <i>Aumento do capital seguro</i>
Carteira Nova				
Produtos Tradicionais				
Bónus				
Futuro Seguro (F11), Futuro Programado (F15-F17), Dotal (F14), Reforma Segura (ACC), Nova Geração	0%	0%	Provisão Matemática	
Experiência Segura, Vida Activa e Geração Segura (com taxa garantida de 2,75%)	0%	0%	Provisão Matemática	
Experiência Segura e Geração Segura (com taxa garantida de 2%)	0%	0%	Provisão Matemática	
Vida 30+, Vida 50+	0%	0%	Provisão Matemática	
Seguro de rendas	0%	0%	Provisão Matemática	
Capital adicional				
Futuro Seguro (F11), Futuro Programado (F15-F17), Dotal (F14), Reforma Segura (ACC) Nova Geração – Sobrevivência	0%	0%	Capital Seguro	Contratos que terminam por morte ou sobrevivência. <i>Aumento do capital seguro</i>
Nova Geração – Morte	100%	100%		
Protecção Vida (FT), Renda Certa (FRT)	100%	100%	Capital ou Renda segura	Contratos que terminam por morte <i>Aumento do capital ou renda segura</i>
Desconto no Prémio				
Protecção Vida (FT)	50,5%	50,5%	Prémio	No início da anuidade. <i>desconto no prémio</i>

TIPO DE PARTICIPAÇÃO	Participação nos resultados atribuída em 2023	Participação nos resultados a atribuir em 2024	Base de Incidência	Distribuição
SEGURO DE GRUPO				
Produtos Tradicionais				
Bónus				
Misto (G11), Capital Diferido (G19)	0%	0%	Provisão Matemática	
Seguros de rendas	0%	0%	Provisão Matemática	
Vantagem Investimento	Variável de acordo com a variante do produto	Variável de acordo com a variante do produto	Provisão Matemática	
Desconto no prémio				
Seguro de risco	50.5%	50.5%	Prémio da Cobertura base	No início da anuidade. <i>Desconto no prémio</i>

Rentabilidade dos produtos financeiros - Ramo Vida

Produto	Situação da carteira	Tipo de taxa garantida	Taxa Juro 2023
PPR Valor Mais	Fechada	Fixa	3,50%
PPR Valorização	Fechada	Fixa	4,00%
VICTORIA Garantia Rendimento	Fechada	Indexada à Euribor	3,03%
PPR Garantia Valor	Fechada	Indexada à Euribor	2,69%
VICTORIA Reforma Valor	Fechada	Fixa	4,00%
INVEST	Fechada	Fixa	4,00%
Vantagem Investimento	Aberta	Fixa + Indexada à Euribor	Entre 0,25% e 2% de acordo com a variante
PPR Novo Valor	Fechada	Fixa	3,50%
Investimento Seguro	Fechada	Fixada anualmente	0,00%
Investimento Programado	Fechada	Fixada anualmente	0,00%
Confiança PPR	Fechada	Fixada anualmente	0,00%
LifePlan Moderado	Aberta	Sem garantia de taxa	4,47%
LifePlan Dinâmico	Aberta	Sem garantia de taxa	7,17%
PPR Ações Maximização	Aberta	Sem garantia de taxa	11,66%